

Revista **Socialismo e Liberdade** nº28 | 2020

FERNANDA MELCHIONNA

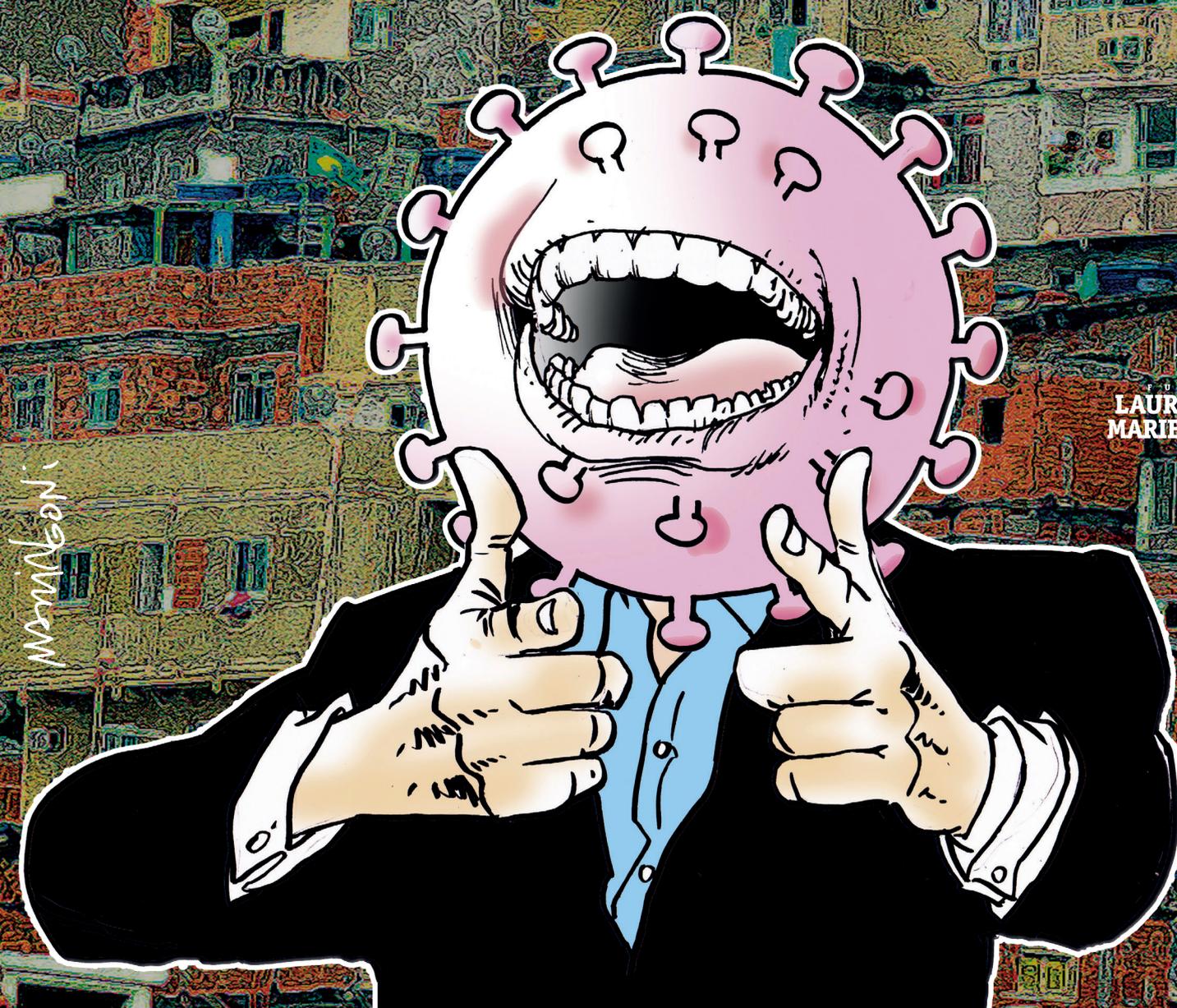
Com Bolsonaro no poder, a democracia corre risco extremo e constante

RESISTÊNCIA CHINESA

Só o Estado garante combate a uma doença que ocupa territórios como um exército inimigo

Viralizando a barbárie

Pandemia ataca um Brasil governado por milícias de extrema direita e mergulhado na mais prolongada crise econômica da história republicana. Mas resistência cresce e abre-se novo período de disputas



FUNDO DE APOIO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: **Alexandre Varela**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial
**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Máritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
HORA DE LUTAR PELO FUTURO _____	4
Luiz Arnaldo Campos Edson Miagusko	
FORA BOLSONARO E MOURÃO ELEIÇÃO LIVRE E ANTECIPADA _____	10
Valerio Arcary	
PREVIDÊNCIA E SAÚDE EM TEMPOS DE AUSTERIDADE, ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E CORONAVÍRUS _____	16
Rosa Maria Marques	
PANDEMIA: ORIGENS, PERSPECTIVAS E LIÇÕES _____	22
Lucas Sena	
CONFINAMENTO E OS LIMITES DO CAPITALISMO _____	26
Guilherme Prado Almeida de Souza	
ENTREVISTA: FERNANDA MELCHIONNA ENQUANTO BOLSONARO FOR GOVERNO, A DEMOCRACIA ESTARÁ EM RISCO _____	30
Gilberto Maringoni	
JUSTIÇA TRIBUTÁRIA PARA A REORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA _____	38
Camila de Caso	
O ATAQUE À EDUCAÇÃO POR QUE A EXTREMA DIREITA PRECISA ANIQUILAR A INTELIGÊNCIA? _____	44
Lisete Arelaro	
PARÂMETROS PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA _____	50
Amauri Soares	
O PAPEL DOS CRISTÃOS DIANTE DO FASCISMO _____	56
Ribamar Passos	
A CHINA E A PANDEMIA DO COVID-19: DO PAPEL DO ESTADO À ESTRATÉGIA GLOBAL _____	60
Valéria Lopes Ribeiro	
FRANÇA SE LEVANTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE MACRON _____	66
Michael Löwy	
CELSO FURTADO E A UTOPIA DA NAÇÃO _____	68
Leda Maria Paulani	
QUADRINHO: CLAUDIUS CECCON _____	73



E D I T O R I A L

PARA SUPERAR A BARBÁRIE: SOCIALISMO E LIBERDADE

Apresenta-se aqui a revista **SOCIALISMO E LIBERDADE**, número 28. O tempo de pandemia nos consome, mas, além disso, as surpresas do desgoverno no Brasil nos assustam. Até onde pode piorar? As atitudes do governo federal em pleno século XXI, se alterna entre comédias e tragédias de demissões e renúncias com falas e frases feitas e desfeitas. Lamentavelmente, essas são as marcas do tempo que misturam as margens do capitalismo atual com a situação política no Brasil. E, para provocar os desafios, um inimigo à vida que não é visto a olho nu, chega com doenças e mortes.

Neste momento que a superação exige ainda mais unidade, solidariedade e companheirismo, contribuições para formação, organização e pistas de ações são alimentos para o vazio de alternativas políticas à esquerda. Aprendemos e precisamos aprender mais, que o socialismo é a alternativa para a superação da barbárie que o capitalismo cria à vida das pessoas. É necessário aprender mais e sempre mais coletivamente, pois, principalmente neste tempo de pandemia, é fundamental saber e nos apoiar em organização para que todas as trabalhadoras e trabalhadores tenham certeza de que não estão só. Fazer ampliar a energia de transformação neste momento é um desafio que precisamos abraçar, por isso esta edição apresenta insumos de reflexão, debates, formação, organização e ação.

Ficar em casa é uma necessidade de saúde pública. Não podemos aceitar a utilização dos efeitos da pandemia para explorar, ainda mais, os trabalhadores, garantindo os ganhos dos milionários. É urgente ir além, por isso, em nossa pauta, taxar os milionários em geral para que o Estado invista na defesa da vida, faz-se necessário. O programa emergencial para enfrentar a pandemia ainda é insuficiente àqueles que vivem na informalidade do mercado de trabalho. Acabar com o vírus e assegurar saúde à população, exige medidas firmes em defesa da vida da maioria das pessoas e, por esse motivo, pensar a economia a parte da situação das pessoas é excluí-las ainda mais da sociedade.

Certamente, o Estado já está seguindo a cultura da propaganda da morte e a prática do extermínio de trabalhadoras e de trabalhadores, o que

não é uma novidade da pandemia. Todavia, com a situação atual, os setores dominantes apostarão em retirar a responsabilidade da política e colocá-la no vírus. Isso é mais uma mentira que só pode crescer com desconhecimento e com informações falsas.

Trata-se, portanto, de radicalizar a democracia e reforçar os setores que defendem a vida acima do lucro em todos os momentos. Nós, do PSOL, convencidos da barbárie criada pelo próprio capitalismo, acreditamos que apenas o socialismo, com liberdade e democracia, pode ser a superação. Porém, somos conscientes que este momento precisa ser ampliado com formação, organização e ações democratizantes. Dessa forma, nosso desafio é fazer com que a solidariedade e a força coletiva sirvam como baldes inspiradores da consciência em favor da vida, hoje e sempre.

O imperialismo está em disputa que ameaça o atual bloco histórico de dominação e o governo do Brasil apoia a hegemonia decadente dos EUA, este com poder de organização da exploração e dominação no mundo. Nós temos que curvar essa vara por completo. A defesa da vida precisa sair vencedora e trazer oxigênio para a política crescer com raios de esquerda e revolução transformadora.

São bem-vindas todas as contribuições que forem apresentadas para o crescimento da consciência e atuação na formação e ampliação da organização para ações coletivas vitoriosas, hoje e amanhã. Não podemos cair no discurso fácil em troca da defesa da democracia. Dessa forma, seguiremos apostando na transformação da maioria social política no Brasil.

Portanto, seguiremos coletivamente e firmes com nossa estratégia socialista para um mundo que a potência humana criativa seja algo real e verdadeiro, com respeito às diferenças e com a mais plena convivência entre as pessoas que atuam para a transformação. Somos nós, os que vivem da venda da força de trabalho, os sujeitos estratégicos para alargar as vagas abertas a favor da maioria das pessoas.

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

Hora de lutar pelo futuro

A emergência de uma crise global que pode ser mais profunda que a Grande depressão de 1929 e gerar mais vítimas que a II Guerra Mundial coloca por terra mantras neoliberais, como os do mercado autorregulável e do Estado mínimo. Na contramão de todos, o governo Bolsonaro segue em sua campanha negacionista, com possibilidades de gerar uma hecatombe sanitária no Brasil. Abre-se uma nova possibilidade de disputas

FERNANDA CARVALHO/FOTOS PÚBLICAS

**Luiz Arnaldo Campos
Edson Miagusko**

Finalizamos a elaboração deste texto no exato centésimo dia contado a partir do relato do primeiro caso de um vírus desconhecido e com alto poder de contaminação, identificado na região de Wuhan (China). Isso obrigou o governo chinês a decretar sérias restrições de isolamento e controle social para evitar a propagação. A maioria dos países ocidentais, incluindo o Brasil, relevou a epidemia como um problema chinês, resultado de costumes exóticos, num indisfarçável racismo resuscitado contra esse povo oriental. O vírus só passou a ser levado a sério quando rompeu fronteiras e chegou à Europa, com o epicentro no Norte da Itália e cenas de enterros coletivos, falta de leitos e quarentena obrigatória decretada pelo governo desse país.

Em cem dias o novo coronavírus se disseminou em escala global. A epidemia saiu da Ásia, se espalhou pela Europa (Itália e Espanha como países com maior quantidade de casos), deslocou-se para os Estados Unidos e chegou ao Brasil e à América Latina.

Da China aos Estados Unidos, da Itália à França, da Espanha à Alemanha, da Índia ao Brasil, a maioria dos governos foi obrigada a impor medidas de quarentena suspendendo aulas, fechando indústrias e comércio, restringindo a mobilidade entre cidades e regiões, com a finalidade de achatar a curva da pandemia e evitar o colapso dos sistemas de saúde.

EFEITOS IMPREVISÍVEIS

Os efeitos da pandemia não são totalmente previsíveis, mas estima-se que haverá uma perda de vidas maior que na II Guerra Mundial, uma crise econômica maior que 2008 e o colapso de sistemas de saúde pelo mundo. Segundo dados da Oxfam, estima-se que mais de 500 milhões de pessoas possam retornar à pobreza.

Muitos dizem que o mundo nunca mais será como antes e que esta crise marcará os rumos da nossa geração. A imagem hiperbólica é carregada de sentido e faz cada um perceber a ameaça do vírus individual e coletivamente, agregando ao contexto atual de crise econômica, uma dimensão sanitária.

O mundo pós-vírus será muito diferente

Da China aos Estados Unidos, da Itália à França, da Espanha à Alemanha, da Índia ao Brasil, a maioria dos governos foi obrigada a impor medidas de quarentena suspendendo aulas, fechando indústrias e comércio, restringindo a mobilidade entre cidades e regiões, com a finalidade de achatar a curva da pandemia e evitar o colapso dos sistemas de saúde

deste que estamos presenciando e esse futuro já está em disputa agora. Por enquanto, quase todos os governos do mundo, à exceção do brasileiro e poucos outros, buscam preservar os cidadãos com medidas de quarentena e injeção de recursos do Estado na economia. Antigos neoliberais e defensores dos mercados recorreram ao remédio do Estado para salvar a economia e os cidadãos da crise, com medidas semelhantes de aumento da dívida pública, socorro das empresas e distribuição de recursos para que os indivíduos permaneçam em quarentena.

Contudo, essa brecha que faz o neoliberal mais ortodoxo clamar pelos recursos estatais é apenas momentânea. O pós-pandemia já está em disputa neste presente insustentável que nos levou até aqui e da sua mudança dependerá o futuro.

O DESASTRE DA OFENSIVA

A pandemia chegou ao Brasil num cenário de baixo crescimento econômico e crise política do governo Bolsonaro. Os resultados medíocres do primeiro ano de governo, mesmo com as políticas de ajuste fiscal do ultraliberal Paulo Guedes, não reativaram a economia e tampouco geraram empregos, legando ao país um crescimento econômico pífio, alto desemprego e ataques aos direitos sociais e civis.

A chegada do vírus, em grande escala, se deu quando Bolsonaro tentava se manter na ofensiva, convocando grandes manifestações contra o Congresso e o STF, num movimento destinado a fazer avançar o autoritarismo, emparedar a esquerda, os movimentos sociais e instituições da República. A sirene de alarme da pandemia e as primeiras medidas de isolamento social melaram as anunciadas manifestações da extrema direita. E as posições tomadas pelo ex-capitão para enfrentar a crise, num primeiro momento em compasso com líderes direitistas mundiais, como Donald Trump, dos Estados Unidos e Boris Johnson, do Reino Unido, tiveram um resultado desastroso para seu governo. Em primeiro lugar, o isolamento internacional.

ABANDONO DO NEGACIONISMO

A violência da pandemia obrigou rapidamente os líderes dos EUA e Grã-Bretanha a abandonarem posturas negacionistas e aderirem ao isolamento social. Bolsonaro

ficou sozinho, sendo alvo de ridicularização em todo planeta, acompanhado no seu despautério apenas por bufões grotescos como os presidentes da Bielo-Rússia e da Turcomenistão, tipos esdrúxulos, sem a menor relevância mundial. Em segundo lugar, abriu uma crise com o ex-ministro da Saúde, perdeu aliados importantes como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, o prefeito de Salvador ACM Neto e diversos cardeais do DEM. A insistência em menosprezar a epidemia e os apelos para a volta da normalidade como meio de salvar a economia erodiram o apoio na classe média que passou a expressar repúdio por meio de “panelaços” diários nas capitais e cidades médias do país.

O desgaste presidencial resultou no fortalecimento de alternativas de centro-direita para as eleições presidenciais de 2022. Os governadores Dória “gerente privatizador” e Witzel “tiro na cabecinha” até ontem aliados, hoje se tornaram os principais opositores por fazerem o óbvio, sendo elogiados até mesmo por uma parte da esquerda.

Do mesmo lado estão o vice-presidente Hamilton Mourão, que na campanha eleitoral defendeu posições golpistas, o presidente da Câmara Rodrigo Maia, parceiro do ultraliberal Paulo Guedes tanto no ajuste fiscal, responsável por inviabilizar o enfrentamento da pandemia pelos brasileiros de baixa renda como na destruição gradativa da proteção social e desregulamentação do trabalho.

O capítulo dramático dessa ópera bufa foi o incensamento de, Luiz Henrique Mandetta, como novo herói nacional, simplesmente por fazer contraponto aos absurdos de Bolsonaro. Em seguida, o ministro foi demitido por brilhar mais que seu superior. No entanto, a insuficiência de leitos, a falta de insumos hospitalares, as dificuldades para o enfrentamento de uma pandemia que o governo antes observava passivamente, nada mais é do que o capítulo mais dramático de um modelo privatista de saúde, construído nas últimas décadas com o apoio relevante do ex-ministro.

RAINHA DA INGLATERRA

Abandonado por aliados, o desgaste de Bolsonaro chegou a tal ponto que passaram a pipocar nas redes sociais rumores, até agora não confirmados, da transfor-

A pandemia chegou ao Brasil num cenário de baixo crescimento econômico e crise política do governo Bolsonaro. Os resultados medíocres do primeiro ano de governo, mesmo com as políticas de ajuste fiscal do ultraliberal Paulo Guedes, não reativaram a economia e tampouco geraram empregos

mação do presidente, pelos generais de seu governo, em uma espécie de “rainha da Inglaterra”, cabendo ao general Braga Neto, chefe da Casa Civil, o comando administrativo do Planalto.

Bolsonaro perdeu a oportunidade, que crises externas extremas abrem, de se tornar um líder capaz de unir e guiar o país no enfrentamento de um inimigo comum, que não distingue classes sociais. Porém, apesar de tudo, não está politicamente morto. O espetáculo diário promovido com suas caminhadas em locais públicos, espécie de reality show transmitido pelas redes sociais para os apoiadores, revela uma estratégia de “defensor da economia e dos empregos”, voltada simultaneamente para empresários e setores mais pobres da população. Desresponsabilizando-se pelo combate à pandemia e sendo extremamente vagaroso nas ações econômicas para minimizar os resultados do isolamento social, o presidente busca se eximir das medidas duras e necessárias para o enfrentamento do novo coronavírus.

Com a popularidade em baixa, procura de imediato fidelizar os 30% da sociedade, considerados o núcleo duro e aposta num futuro de baixa letalidade do novo coronavírus para capitalizar o que chama de “histeria” de seus inimigos e adversários políticos.

De qualquer forma, sairá da crise menor do que entrou. Se, como dizem vários autores, a pandemia pode ser comparada a uma guerra, o covid-19 tem para Bolsonaro o mesmo efeito do “General Inverno” que dizimou as tropas alemãs quando da invasão da União Soviética.

AMPLIANDO A DESIGUALDADE

A política negacionista do governo brasileiro não se limita aos aspectos sanitários da crise e se estende para as medidas econômicas adotadas. Num momento em que bastiões do neoliberalismo reconhecem a falência do receituário neoliberal para se contrapor a uma hecatombe mundial e sem o menor constrangimento passam a adotar medidas keynesianas clássicas de garantia de emprego e renda para os trabalhadores e setores mais vulneráveis, a dupla Bolsonaro-Guedes permanece aferrada às ideias estapafúrdias como a facilitação de demissões e cortes salariais, em boa hora rejeitadas pelo povo e os parlamentares.



Uma primeira medida para destinar uma renda básica de R\$ 600 para atender trabalhadores informais ou sem meios para obter renda no meio da quarentena foi aprovada pelo Congresso e começou a ser implementada apenas três semanas depois. Mas trata-se de algo insuficiente para enfrentar a crise. E ao se examinar mais detidamente o seu pacote, supostamente redistributivo, é possível notar uma série de arapucas. Segundo o Sebrae, dos 30% micro e pequenos empresários que tiveram de buscar empréstimos para manter os negócios, 29,5% ainda aguardam uma resposta das instituições financeiras e 58% tiveram os pedidos simplesmente negados, na segunda quinzena de abril. Apesar de o socorro aos bancos ter sido anunciado como meio de permitir o financiamento da produção, na prática, o sistema financeiro, numa atitude genocida, entesoura esses recursos destinados a minorar os efeitos da crise.

Os mantras neoliberais anteriores são

incapazes de oferecer qualquer alternativa para enfrentar os efeitos da pandemia. A única saída para o país minimizar e enfrentar essa crise de longo prazo é uma política distributiva capaz de privilegiar

o atendimento da ampla maioria dos brasileiros que vivem do trabalho, com papel indutor do Estado e medidas de redistribuição para fazer pesar os sacrifícios sobre aqueles que mais podem arcar com a crise.

Abandonado por aliados, o desgaste de Bolsonaro chegou a tal ponto que passaram a pipocar nas redes sociais rumores, até agora não confirmados, da transformação do presidente, pelos generais de seu governo, em uma espécie de “rainha da Inglaterra”

Os mantras neoliberais anteriores são incapazes de oferecer qualquer alternativa para enfrentar os efeitos da pandemia. A única saída para o país minimizar e enfrentar essa crise de longo prazo é uma política distributiva capaz de privilegiar o atendimento da maioria dos brasileiros que vivem do trabalho, com papel indutor do Estado e medidas de redistribuição para fazer pesar os sacrifícios sobre aqueles que mais podem arcar com a crise



ROBERTO MARZITTI/PODUSQUILLAS

Não é demais lembrar que o Brasil é o vice-campeão da desigualdade social no mundo com 1% dos habitantes concentrando 28,3% da renda nacional, atrás apenas do Catar. Segundo o mesmo relatório da Oxfam, cinco bilionários concentram a mesma renda de 100 milhões de brasileiros. A desigualdade brasileira é um dos principais entraves para a resolução dessa crise de largas proporções e só é possível salvar vidas se atentarmos para a centralidade.

A LUTA CONTRA A DESTRUIÇÃO

Nada melhor que esta pandemia para revelar o caráter de destruição nacional do governo Bolsonaro e a insânia que preside seus atos e orienta seus seguidores. Nas vésperas da Páscoa, como notou o jornalista Ricardo Kotscho, uma macabra carreato de apoiadores, com automóveis e motos importadas, além de caminhões

de último tipo, circulou pela Avenida Paulista com sirenes ligadas sem se importar com os vários hospitais lotados de atingidos pelo coronavírus.

Esse é apenas um símbolo de uma política, baseada na provocação e confrontação permanentes, indiferente à sorte da maioria da população. Porém, essa política débil, com diversos flancos expostos não tem sofrido um combate a altura por parte da oposição, particularmente do setor mais à esquerda. O PDT, de Ciro Gomes, se aferra ao projeto de construir um polo ao mesmo tempo, contrário a Bolsonaro e Lula e, com isso, consegue na prática, debilitar a luta contra o monstro genocida. Ao PSOL e o PT falta a elaboração de um programa de medidas econômicas para enfrentar a crise. Pois, se no terreno sanitário e contraposição entre o “fique em casa” e a política bolsonarista de “isolamento vertical” vem conseguindo ser

feita, na área das medidas socioeconômicas, a esquerda até agora não conseguiu apresentar uma proposta que globalmente se confronte com os planos do governo, limitando-se a ações reativas contra os aspectos mais calamitosos dessa política. A lacuna precisa urgentemente ser preenchida, principalmente se considerarmos o cenário pós-crise onde o centro da política certamente será a disputa entre os distintos projetos de reconstrução do país.

Por outro lado trazem vivas esperanças os esforços e mobilizações autônomas desenvolvidas por grupos e pessoas sejam nos “panelaços”, nas redes sociais ou em ações de solidariedade social. Com as ruas interditadas a criação de novos espaços de militância social deve ser vista com grande otimismo.

UM FUTURO IMPREVISÍVEL

Até agora ninguém sabe quanto vai du-

A esquerda até agora não conseguiu apresentar uma proposta que globalmente se confronte com os planos do governo, limitando-se a ações reativas contra os aspectos mais calamitosos dessa política. A lacuna precisa urgentemente ser preenchida

rar e até onde irá se estender a pandemia, mas uma coisa é certa: os resultados já são catastróficos para a Humanidade. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o covid-19 já destruiu o equivalente a 14 milhões de empregos na América Latina e Caribe. Já os dados do Sebrae são ainda mais alarmantes. Para este organismo, só no Brasil, nove milhões de trabalhadores já foram demitidos e, pelo menos, 600 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas.

É difícil prever o quadro social e político que emergirá no planeta quando o coronavírus passar. Mais angustiante ainda se ouvirmos as vozes que preveem esta como apenas a primeira de uma série de pandemias. Certamente o atual padrão de neoliberalismo global sairá profundamente debilitado, mas, estamos longe de vislumbrar que alternativa se afirmará. Por um lado, o crescimento de propostas de extrema direita nacionalistas e xenófobas parece ser uma possibilidade, assim como não pode ser descartado um retorno a um keynesianismo mitigado que procure fazer frente a um período prolongado de privações. Porém, se há algo espantoso nessa pandemia global, como nos alerta Bruno Latour, é a suspensão, em questão de semanas e em todo o mundo, de um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível redirecionar ou desacelerar.

Ficou provada a possibilidade de colocar fim à irracionalidade desse modelo responsável pela adoção de modos de vida predatórios e cada vez mais desiguais. Este acontecimento deve servir de estímulo às lutas contra novas catástrofes anunciadas como a crise ambiental e o aquecimento global. Para lutadores anticapitalistas do mundo inteiro é um motivo de alento.



Luiz Arnaldo Campos é cineasta e presidente do Conselho Curador da Fundação Lauro

Campos/ Mariele Franco.



Edson Miagusko é sociólogo e professor de Sociologia na Universidade Federal Rural do Rio

de Janeiro

FORA

Bolsonaro e Mourão

Eleição livre e antecipada

Quatro notas sobre a mudança da conjuntura e da tática

VALERIO ARCARY

1. A conjuntura mudou, e exige da esquerda uma mudança na tática. Quando nossos inimigos enfraquecem, a mão não pode tremer, é preciso bater mais forte. Uma maioria dos setores organizados da classe trabalhadora e da juventude já está na oposição. Chegou a hora de agitar Fora Bolsonaro!

O gatilho foi o alinhamento insólito de Bolsonaro com as teses negacionistas da pandemia devastadora que assola o mundo. Estamos na inusitada situação de um presidente em luta pública contra o ex-ministro da área diante de uma guerra pela saúde pública. A emergência sanitária e as divisões na classe dominante provocaram um isolamento de Bolsonaro. O desgaste é um processo

em curso, tem dinâmica lenta, mas é clara.

Nas últimas semanas, a maioria dos governos estaduais passou a questionar a orientação da Presidência da República e o apoio de alguns dos principais grupos de mídia do país a Mandetta. Uma crise política está escancarada, e vivemos uma situação anômala, excepcional e anormal de “dualidade de poder” institucional, porém, o paradoxo é que durante um tempo prevaleceu a linha do ex-ministro, não a de Bolsonaro. Não parece sustentável, indefinidamente.

Mas, ao mesmo tempo, que a obtusa e teimosa atitude provocatória de Bolsonaro potencializa a crise do governo, o regime democrático-liberal se fortalece, revelando plasticidade, ou capacidade de absorção de choques, de adaptação

ao conflito de poderes, e de iniciativa diante da crise. Abriu-se uma conjuntura de instabilidade, mas deve se fechar. O poder não é compatível com um impasse prolongado, quando há um perigo imenso no horizonte.

A mudança na conjuntura impacta as distintas classes sociais de forma diferente. Os dias passaram a contar por semanas, e as semanas por meses. Tudo se acelerou. Uma parcela da classe média, sob a ameaça da iminência de um cataclismo sanitário sem precedentes, perdeu confiança na capacidade de Bolsonaro responder à emergência sanitária, e começou a se manifestar nas janelas. Uma maioria dos setores organizados da classe trabalhadora se consolidou na oposição. Uma maioria burguesa pressiona para que todas as ins-

tituições, Congresso e STF e, se necessário até o generalato, enquadrem Bolsonaro, e imponham uma tutela.

Mas isso só é possível, parcial e efemeramente, e parece improvável que se mantenha, pois entre outros fatores, Bolsonaro tem uma personalidade messiânica, uma corrente de massas neofascista, importante resiliência política no aparelho repressivo do Estado e apoio do governo norte-americano.

Uma nova conjuntura impõe uma mudança na tática. Quando há giros na situação política é comum que as organizações de esquerda sofram com um nível mais áspero de polêmica interna. Entram em crise e não é raro que se dividam. Portanto, o PSOL acaba de passar por uma prova importante.

As mudanças na conjuntura impactam as classes sociais de formas distintas. Os dias passaram a contar por semanas, e as semanas por meses. Tudo se acelerou. Uma parcela da classe média, diante da iminência de um cataclismo sanitário sem precedentes, perdeu confiança em Bolsonaro e começou a se manifestar nas janelas. Setores organizados da classe trabalhadora se consolidaram na oposição. A queda de Sérgio Moro, uma espécie de fiador do governo nas questões do moralismo udenista, acentua esse divórcio. Uma maioria burguesa pressiona para que todas as instituições, Congresso e STF e, se necessário até o generalato, enquadrem Bolsonaro, e imponham uma tutela. Mas o presidente ainda conta com apoios expressivos, segundo as pesquisas

A cena política se alterou com o enfraquecimento de Bolsonaro, mas a situação reacionária ainda está longe de mudar. São dois níveis de abstração distintos na análise da realidade: estrutura social e superestrutura política. As relações sociais de força se alteram quando se precipitam embates em que, claramente, ocorre a vitória ou a derrota de uma das classes em luta

confluência na necessidade de exigir o *Abaixo o governo* abre o caminho para que o PSOL se fortaleça.

2. Fora Bolsonaro é uma consigna de agitação. Não é para a ação. As palavras de ordem para a ação são aquelas articuladas com a necessidade de salvar vidas: defender os profissionais de saúde que estão abandonados na primeira linha de defesa, proibir demissões, defender os salários de quem tem emprego, e construir a solidariedade.

A conjuntura mudou com o enfraquecimento de Bolsonaro, mas a situação reacionária ainda está longe de mudar. São dois níveis de abstração distintos na análise da realidade: estrutura social e superestrutura política. As relações sociais de força se alteram quando se precipitam embates em que, claramente, ocorre uma vitória ou derrota de uma das classes em luta.

Dentro de uma mesma situação existem diversas conjunturas. Uma análise só é marxista se a sua referência é a luta de classes. O que define uma situação é a relação social de forças, ou o estudo das posições relativas na estrutura da sociedade da burguesia, dos trabalhadores e setores oprimidos e da classe média. As relações sociais de forças são mais estáveis que as relações políticas de força. Porque as relações políticas de força, ou a posição relativa do governo, das diferentes instituições de poder, como o Congresso, o Judiciário, as Forças Armadas, os governos estaduais, os partidos políticos, na superestrutura da vida social se alteram, oscilam, deslocam-se mais rapidamente. Mas este descompasso é transitório.

A conjuntura mudou, embora a situação ainda seja reacionária, ou seja, a classe trabalhadora permanece, infelizmente, na defensiva. Até agora, foram os governadores que se fortaleceram, não a esquerda. Ignorar que a situação permanece reacionária seria uma ilusão, mas desconsiderar a mudança da conjuntura seria um erro gravíssimo. Podemos e devemos nos inspirar no bom e velho empirismo leninista para a análise.

Recordemos que o contexto histórico recente deve ser levado em conta. O golpe de 2016 triunfou com pouca resistência, o que só é explicável pelo que foi a orientação dos governos do PT e as divisões que geraram dentro da classe trabalhadora e na juventude. Vimos de derrotas acu-

O golpe de 2016 triunfou com pouca resistência, o que só é explicável pelo que foi a orientação dos governos do PT, e as divisões que geraram dentro da classe trabalhadora e na juventude

muladas, e abriu-se uma situação reacionária. Lembremos, também, que nenhum governo cai, se não for derrubado, seja a “frio” ou a “quente”. Acontece que a “frio” é muito incomum. E a “quente” depende

da entrada em cena das massas populares à chilena. Nenhuma luta está perdida antes que acabe. E a luta contra Bolsonaro está apenas começando.

Nunca será bastante sublinhar que a potência da resistência a Bolsonaro esteve no movimento de mulheres que construiu o #EleNão na hora mais triste de 2018, e entre a juventude que protagonizou o tsunami da educação em 2019. Serão, provavelmente, a primeira linha quando pudermos voltar às ruas.

Fora Bolsonaro é o centro da luta para salvar vidas. Por quatro razões: (a) porque a pandemia é de máxima gravidade; (b) porque Bolsonaro errou rude, deixou um flanco aberto, subestimou o medo da população diante de drama de saúde pública, abriu uma crise na relação com as instituições; (c) porque uma onda de protestos se iniciou mesmo nas condições de quarentena, com a ocupação das janelas e deve ser impulsionada; (d) porque o embrião de uma Frente Única de Esquerda ganhou força com a plataforma das Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular.

3. Mudou a conjuntura, e ela exige lucidez e coragem. Audácia, audácia e audácia. Abriu-se uma brecha para a oposição, portanto, para a esquerda.

Só que a luta para que a esquerda ocupe um lugar central na oposição a Bolsonaro não é simples. O Brasil contemporâneo

nunca viveu as sequelas de uma guerra. O impacto de um cataclismo em poucas semanas, infelizmente, com a possibilidade de dezenas de milhares de mortes, é imprevisível. Será, provavelmente, um terremoto na consciência de dezenas de milhões.

Não há razão, contudo, para alimentar ilusões “facilistas” de que o processo de desgaste de Bolsonaro será gradual e constante, menos ainda que resulte, necessariamente no aumento da confiança na esquerda. Tudo estará em disputa. Bolsonaro reagirá e tem ambições bonapartistas. Dória e Witzel, que foram garantia da governabilidade de Bolsonaro, já se repositionaram pela necessidade de uma unidade nacional de emergência contra Bolsonaro. Haverá ação e reação, e uma luta implacável.

Bolsonaro enfraqueceu, mas mantém apoio. Há uma oportunidade. A burguesia está dividida em torno de um tema central, o que é uma novidade. Não acontece desde 2017, quando do escândalo da gravação de Michel Temer com Joesley Batista na garagem do Palácio do Jaburu. Uma maioria da classe dominante apoia a tática de mitigação defendida pelos governadores e até por uma ala do próprio governo Bolsonaro, liderada por Mandetta.

Salvar vidas é um programa humanitário. Unidade na ação é legítima contra Bolsonaro. Mas não há um programa comum

Salvar vidas é um programa humanitário. A unidade na ação é legítima contra Bolsonaro. Mas não há um programa comum possível. A tática da Frente Ampla com Maia ou Dória prepara uma derrota que será fatal. A esquerda deve se diferenciar com programa próprio que precisa ser ordenado pela defesa da quarentena total e nenhuma demissão, pois todas as vidas importam

possível. A tática da Frente Ampla com Maia ou Dória prepara uma derrota que será fatal. A esquerda deve se diferenciar com programa próprio que precisa ser ordenado pela defesa da quarentena total e

nenhuma demissão, porque todas as vidas importam. Deve exigir que, diante da crise, os mais ricos devem pagar pelo preço dela e, portanto, diante da tragédia, as grandes fortunas e as grandes corporações têm que





CLAUDIUS GERCON

ser taxadas. Por último, deve-se dizer que Bolsonaro tem que ser deslocado.

No início de março, a posição negociadora de Bolsonaro diante do perigo de uma pandemia catastrófica não era excepcional. Não era somente Bolsonaro que defendia a continuidade da atividade econômica, a facilitação do contágio em massa para uma rápida imunidade de grupo e o isolamento social dos idosos. Era compartilhada pelos governos dos EUA, do Reino Unido, e até da Itália e da França, e só o colapso do sistema hospitalar na Lombardia levou a um reposicionamento.

A posição de Bolsonaro contra o distanciamento social parece uma loucura, mas obedece a um método. É a expressão de uma visão de mundo. Responde à assustadora mistura de estratégia neofascista e ideologia ultraliberal. Naturalizava uma visão assombrosa de eugenia social. Há um debate na esquerda sobre a sanidade mental de Bolsonaro. É plausível discutir, seriamente, o problema, pois é indispensável saber contra quem lutamos. É claro que há que considerar, em alguma medida, o papel do indivíduo na história. O comportamento de Bolsonaro sugere uma mente paranoica, mas subestimá-lo constantemente tem sido um grave erro.

Ele é um monstro, não importa se é doido. Não será com um atestado médico de insanidade que será derrotado. Não é um bom critério de luta política priorizar a acusação dos inimigos de classe como dementes, maníacos, psicopatas. Socialistas não consideram que a sociedade se divide

entre os saudáveis e os malucos. Não reduzimos nossa luta a uma avaliação clínica, psicológica. O bolsonarismo é uma corrente política neofascista que tem apoio de um terço da população. Mas, também, porque respeitamos aqueles que, entre

Bolsonaro é um monstro, não importa se ele é doido. Não será com um atestado médico de insanidade que será derrotado

nós, têm sofrimento psíquico.

4. Aonde vamos? A situação vai ficar muito mais grave, antes de melhorar. Ela vai nos colocar diante de desafios perigosos. A possibilidade de interrupção do mandato se abriu, embora não seja a mais provável, porque não tem apoio de nenhuma fração burguesa importante. Mas a crise sanitária pode ser explosiva, Bolsonaro pode cometer erros muito mais graves, e as massas populares podem entrar em cena.

Vimos há cinco anos de acumulação ininterrupta de vitórias das forças reacionárias, mas não houve derrota histórica. Há que evitar tanto os otimismoes “selvagens”, quanto os pessimismos “hipocondríacos”. Sejam realistas, portanto, paciência revolucionária. Nossa aposta repousa na confiança de que em situações extremas as massas populares e a juventude liberam forças extraordinárias, e tiram lições políticas mais rapidamente.

Os cenários políticos serão condicionados pela evolução da crise sanitária e da crise econômico-social. Eles serão decisivos para prever os desdobramentos políticos. Os parâmetros objetivos que permitem projetar a dinâmica da evolução da pandemia no Brasil serão, essencialmente, a extensão e intensidade do contágio, e a taxa de letalidade.

Não há dados incontrovertidos, uma vez que não foram feitos testes em massa e é improvável que se consiga fazê-los antes de maio. Não está claro quais serão as terríveis dimensões da catástrofe, mas serão dramá-

ticos, porque as projeções mais moderadas consideram dezenas de milhares de óbitos já na primeira onda, e as mais apocalípticas não menos de centenas de milhares.

O impacto poderá favorecer as inevitáveis conclamações à “unidade nacional” contra o vírus. Governos e mídia apresentarão o flagelo como inevitável, anistiarão os governos em todas as esferas. Mesmo assim, é possível que esse discurso não seja suficiente para acalmar o mal-estar popular, pois associada ao crescimento da demanda por atendimento hospitalar, veremos as condições materiais de sobrevivência das grandes massas se deteriorar. A aprovação do programa de renda mínima de emergência para cinquenta milhões de pessoas será um fator de relativa atenuação da catástrofe, mas tem prazo curto de validade, porque uma segunda onda de contágio é previsível.

Nesse contexto, temos três grandes cenários políticos. O primeiro e mais provável, no momento, é que a pressão pelo enquadramento de Bolsonaro seja, em alguma medida, bem sucedida durante a crise. Enquanto ganha tempo, e procura sair do isolamento, Bolsonaro pode tolerar um “freio de arrumação” das alas em disputa, ou uma gestão do ministério articulada pelos generais do Planalto e mediada por Braga Neto. Seria um passo atrás, transitório, enquanto se verifica o ritmo da pandemia e suas sequelas econômicas.

Ninguém sabe, realmente, as negociações que aconteceram nessas últimas semanas na cozinha do Palácio, mas parece prevalecer um acordo de divisão de tarefas, em que Bolsonaro e sua ala neofascista, contrariados, aceitaram que a linha de Mandetta continue sendo aplicada, diante do jogo de pressões. Embora Bolsonaro tenha provado que é incontrolável. Essa hipótese é a que tem hoje o apoio explícito da maioria da classe dominante.

A segunda hipótese é que diante de um agravamento desastroso da pandemia, da insatisfação social crescente, do comportamento irresponsável de Bolsonaro, e o perigo de uma subversão revolucionária a chilena, uma maioria burguesa se constitua defendendo um deslocamento de Bolsonaro a “frio”, pelas regras constitucionais. Acontece que o Brasil não é a Argentina. Seria uma solução extrema para a burguesia brasileira, portanto, menos provável. A tradição da cultura política em

O maior problema é que Bolsonaro nunca aceitará a renúncia. Não é o seu perfil político, social ou psicológico. Não é Jânio Quadros, embora venha ensaiando blefes bonapartistas, como o de 15 de março

Brasília é a negociação permanente.

O maior problema é que Bolsonaro nunca aceitará a renúncia. Não é o seu perfil político, social ou psicológico. Não é Jânio Quadros, embora venha ensaiando blefes bonapartistas, como o de 15 de março. Por outro lado, a urgência de manutenção da linha de distanciamento social não é a mesma do início dos anos 1960. Líderes como Bolsonaro lutam até o fim. Preferem a morte à rendição sem luta. Apelaria à mobilização de massas de suas hordas envenenadas pela ideologia neofascista.

Nessas circunstâncias, porque um ani-

mal político encurralado é muito perigoso, Bolsonaro poderia apelar para a decretação de Estado de sítio, a tentativa golpista. Um deslocamento a “frio” teria que ser, portanto, uma intervenção implacável, cirúrgica, instantânea: um impeachment de emergência, feito às pressas, e negociado com o Supremo, “com tudo”. Ou uma combinação de *impeachment* parlamentar com julgamento do STF. Sempre existem advogados habilidosos para a arquitetura de um processo.

A terceira hipótese seria a abertura de um deslocamento a “quente”, uma derubada revolucionária de Bolsonaro. Essa hipótese, que deve ser a estratégia do PSOL, e por ela deve lutar para construir a Frente Única de Esquerda é, por enquanto, infelizmente, muito improvável, por várias razões. O maior obstáculo é que ela não depende somente das sequelas do cataclismo sanitário e social, ou das barbaridades que Bolsonaro venha a cometer.

Para que a situação venha evoluir nessa direção são necessárias, também, outras três condições. A primeira é que a burguesia e seus representantes, tanto no Congresso Nacional e STF, como nos governos estaduais, venham a cometer erros de gestão da crise que levem a uma ruína nacional sem precedentes, um fracasso retumbante. A segunda é que as massas entrem em cena com disposição revolucionária de luta. A terceira é que os partidos de esquerda com maior influência não aceitem os cantos de sereia da classe dominante, e não abracem a estratégia quietista de deixar sangrar Bolsonaro até 2022, aceitando dar tempo para ele se recuperar, com medo de medir forças nas ruas. Ou, tão grave quanto, uma rendição diante de Mourão como um mal menor.

O papel da esquerda deve ser a defesa de uma saída anticapitalista. O Brasil precisa de uma esquerda com instinto de poder e um programa socialista.



Valerio Arcary é professor titular aposentado do IFSP. Doutor em história pela USP. Foi

presidente nacional do PSTU entre 1993/98 e, desde 2016, é membro da Coordenação Nacional do MAIS/PSOL. É autor de O martelo da história, entre outros livros.

PREVIDÊNCIA E SAÚDE em tempos de austeridade, estagnação econômica e coronavírus

A Constituição de 1988 definiu e concretizou o maior projeto sanitário do mundo, o Sistema Único de Saúde. Pode ser uma grande ferramenta no combate à pandemia que nos assola, se for revertida a onda de cortes de verbas verificadas nos últimos anos. Mais do que nunca, o Brasil precisa de um programa de proteção social amplo, democrático, abrangente e público

Rosa Maria Marques

Nunca foi tão evidente o quão necessária se faz uma proteção social pública que garanta aposentadorias e pensões adequadas, que promova ações e serviços de saúde para todos e que apoie, com bene-

fícios e serviços, os setores de mais baixa renda. Esse é um dos aspectos provocado pela chegada do coronavírus no Brasil.

A situação de nosso sistema de proteção social, por pouco, não é igual àquela revelada pela resposta dos cientistas estadunidenses ao pedido do presidente

dos Estados Unidos, Donald Trump, para que desenvolvessem uma vacina contra o Covid-19. Mas os impactos de três anos e meio de austeridade no tratamento da coisa pública, da reforma trabalhista, do quase inexistente desempenho econômico e a reforma previdenciária provoca-

ram o sucateamento de parte do serviço público, o aumento da desigualdade e da exclusão e o empobrecimento de parcela significativa da população brasileira, fragilizando-a ainda mais frente ao avanço do Covid-19.

A PERDA DE DIREITOS E A PREVIDÊNCIA

O ano de 2019 ficará na memória dos trabalhadores brasileiros. Nele, foi completada a maior investida realizada contra os direitos, modificando profundamente a proteção garantida pelo Estado na relação capital/trabalho. O início dessa investida ocorreu em 2017, durante o governo de Michel Temer (que sucedeu a Dilma Rousseff por ocasião do impeachment).

Sob um discurso de modernização, adotando a lógica da maximização da eficiência, redução de custos e estabelecimento de mercados competitivos, o Brasil, seguindo uma tendência mundial, aprovou, no ano de 2017, a lei que regulamentou a terceirização (Lei nº 13.429) e a reforma trabalhista (Lei nº 13.467), (BERWIG, 2018). Nesse momento, a reforma trabalhista empreendida alterou 117 artigos e 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conjunto de leis que dispunham sobre o mercado de trabalho, aumentando a flexibilização e a precarização laboral, e concedendo garantia jurídica sobre o custo da força de trabalho aos capitalistas, estrangeiros ou locais, que queiram investir no país e competir ou não no mercado internacional (maiores detalhes em MARQUES e UGINO, 2017).

O final do avanço contra os direitos dos trabalhadores ocorreu em 2019, já sob a presidência de Jair Bolsonaro, quando foi aprovada a reforma do sistema de pensões. A reforma da Previdência Social, aprovada na Câmara dos Deputados em agosto e, no Senado, em outubro de 2019, constitui a mais radical mudança realizada desde a Constituição de 1988, isto é, da Carta que constitui o marco demarcatório com relação ao período ditatorial anterior.

Antes dela, houve alterações em certos aspectos das condições de acesso às pensões, tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1998, como no de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em 2003, mas nenhuma delas teve a amplitude da realizada por Jair Bolsonaro que alterou, entre outros pontos, os parâmetros que

definem o valor e as condições de acesso à aposentadoria e pensões.

A AMPLITUDE DAS MUDANÇAS

Para se entender a amplitude dessa reforma, é preciso lembrar duas características da realidade brasileira. A primeira delas diz respeito ao mercado de trabalho, que é integrado por dois grupos de trabalhadores: os com direitos sociais garantidos e os outros. Esses outros formam um amplo contingente: em dezembro de 2019, 41,1% dos ocupados estavam na informalidade, isto é, sem garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários, compreendendo 38,4 milhões de pessoas.

O segundo aspecto é que, junto aos trabalhadores formais do setor privado, a exigência de uma idade mínima para a obtenção da aposentadoria não era generalizada. Ela estava prevista para o trabalhador urbano que comprovasse pelo menos 15 anos de contribuição, exigindo o mínimo de 65 anos para o homem e 60

**O ano de 2019
ficará na
memória dos
trabalhadores
brasileiros. Nele,
foi completada a
maior investida
realizada contra
seus direitos,
modificando
profundamente
a proteção
garantida pelo
Estado na relação
capital/trabalho**

anos para as mulheres; e para o trabalhador rural, concedida aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, sem exigência de contribuição.

Em novembro de 2019, essa modalidade de aposentadoria compreendia 32,66% do número de benefícios emitidos junto à clientela urbana e, no caso da rural, quase a totalidade (6.509.226 de 7.009.434). Em relação aos urbanos, portanto, a maior parte das aposentadorias não era explicitamente regida pela idade, pois a introdução da idade mínima não foi aprovada quando da reforma de FHC.

Apesar disso, quando foi definida a fórmula do cálculo do valor da aposentadoria a ser aplicada a partir dessa reforma, a idade foi contemplada, constituindo ou não em um redutor, a depender do tempo de sobrevivência esperada no momento da solicitação da aposentadoria. A fórmula que era aplicada era chamada de fator previdenciário.

Mais tarde, no governo Dilma Rousseff, foi introduzida a combinação entre tempo de contribuição e idade, o que poderia substituir o fator e era mais favorável aos trabalhadores que pudessem comprovar os quesitos solicitados nessa combinação. Já no setor público, dos funcionários federais, a idade foi incluída como um critério de acesso à aposentadoria desde 2003, com a reforma promovida por Lula.

Dessa maneira, a adoção da idade como critério de acesso esteve presente nas reformas realizadas, mobilizando as atenções em pelo menos vinte anos.

BOLSONARO RADICALIZA

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República criou as condições políticas para que uma reforma mais radical fosse promovida. Basicamente, a nova versão aprovada definiu, para todos os trabalhadores do mercado formal (do setor público e do governo federal), que a idade mínima para ter acesso à aposentadoria é de 65 anos, se homem, e de 62 anos, se mulher. O tempo mínimo de contribuição passou de 15 para 20 anos, no caso de homem, permanecendo os 15 no caso da mulher; o cálculo do valor integral da aposentadoria, que antes era calculado levando em conta 80% dos salários mais altos que o trabalhador recebeu desde julho de 1994, foi alterado para todos os salários desde julho de 1994.

O valor da aposentadoria, que iniciava

com 70% do benefício integral e incorporava 1% por ano de contribuição além do tempo mínimo, mudou para 60%, mais 2% a cada ano a mais de contribuição.

Em resumo, tanto as condições de acesso (idade e tempo de contribuição) como de obtenção do valor pleno do benefício tornaram-se mais duras, sendo previsível a existência de perdas para o conjunto dos trabalhadores, isto é, que estes em geral terão dificuldade de comprovar os requisitos necessários para se aposentarem com benefício pleno.

Projeta-se, para o futuro, portanto, queda no valor do benefício médio. Mas entre todos os trabalhadores, destacam-se como mais prejudicados as mulheres e aqueles localizados na base da pirâmide salarial, que não só são mais suscetíveis ao desemprego como, para fazer frente a ele, tendem a exercer atividades informais. O resultado disso será o aumento da exclusão da cobertura e da desigualdade, numa sociedade em que o nível de um e de outro já é extremamente elevado.

IMPACTOS NA VIDA REAL

Os impactos dessa reforma (na idade média das pessoas no momento da concessão da aposentadoria; no valor pago da aposen-

Entre todos os trabalhadores, as mais prejudicadas são as mulheres e aqueles localizados na base da pirâmide salarial. São os mais suscetíveis ao desemprego e os que tendem a exercer atividades informais. O resultado será o aumento da exclusão e da desigualdade

tadoria; e nas contas do sistema de pensões dos trabalhadores do setor privado e no sistema de pensões dos funcionários públicos do governo federal) começarão a ter efeito no próximo ano e de forma gradual, dado que a implantação das novas condições contempla um período de transição.

Além disso, há que se considerar a existência de uma verdadeira corrida à aposentadoria, realizada por aqueles que, de uma forma ou de outra, tinham condições de se aposentar antes que a legislação se alterasse.

Grande parte das mudanças introduzidas pela reforma de Bolsonaro estavam contempladas na proposta de reforma de seu antecessor, Michel Temer. Este, no entanto, não conseguiu aprová-la dada a oposição manifestada por diferentes setores da sociedade, principalmente em 2017, quando foi realizada uma greve geral. A eleição de Bolsonaro, no entanto, implicou nova correlação de forças no Congresso Nacional e enfraqueceu a capacidade de reação dos setores contrários à reforma.

Mesmo assim, um aspecto da proposta de reforma de Bolsonaro não foi sequer apresentado no plenário da Câmara de Deputados para ser apreciado: a criação

de um Fundo de Pensão que tivesse como horizonte substituir o regime de repartição vigente para os trabalhadores do setor privado da economia.

Nada impede, no entanto, que essa proposta seja reapresentada no futuro, caso os setores nela interessados sintam que tenham condições políticas para viabilizá-la. No curto prazo, não há possibilidade de isso acontecer. A instabilidade e incerteza que reina no país e no mundo, provocado ou não pelo avanço do coronavírus, inviabiliza qualquer arranjo nesse sentido.

ANTECIPAÇÃO DAS APOSENTADORIAS

Um impacto da reforma previdenciária que não é, em geral, muito mencionado, é a corrida que provoca, entre os trabalhadores e servidores, para anteciparem a aposentadoria. Isso acontece sempre e, quanto maior a perda futura, maior a quantidade de trabalhadores que se mobilizam nessa iniciativa. Ao final de 2019, o governo federal contava com 607.833 servidores, 22.856 a menos do que em 2018. Essa foi a maior queda do número de servidores observada nos últimos 20 anos. Somente no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), houve perda de 4.645 servidores em 2019.

A entrada na inatividade dessa quantidade de servidores do INSS, por não ser acompanhada por uma política de abertura de concurso público, levou à formação de filas enormes no atendimento dos postos do INSS e ao atraso significativo na concessão de novos benefícios.

Para os servidores que não se aposentaram, lhes coube o aumento da carga de trabalho e a experiência de interagir com uma população a ponto de explodir, dado o descaso com que o governo tratou o atendimento nos postos do INSS e no trabalho interno de processamento das demandas por benefícios. Quando essa situação tomou as manchetes da mídia, o governo propôs, inicialmente, mobilizar militares para preencherem as necessidades de servidores do INSS, em caráter provisório. Ao final, mediante medida provisória publicada em 02/03/2020, foi regulamentada a contratação de militares da reserva e servidores aposentados, os quais devem começar suas atividades em abril. Segundo o presidente do INSS, Leonardo Rolim,

Grande parte das mudanças introduzidas pela reforma de Bolsonaro estava contemplada na proposta de reforma de seu antecessor, Michel Temer. Este, no entanto, não conseguiu aprová-la dada a oposição manifestada por diferentes setores da sociedade, principalmente em 2017, quando foi realizada uma greve geral

em março, havia 1,883 milhão de benefícios na fila de concessão, entre benefícios previdenciários e assistenciais, e o tempo médio de concessão era de 80 dias, bem distante do prazo legal de 45 dias. Veremos se tal medida resolverá a situação das filas de atendimento e de concessão.

Mas para além do problema das filas, o que fica é a postura do governo em relação ao quadro de servidores. Este deve continuar a diminuir para que o objetivo de reduzir o gasto com servidores seja atingido e, ao mesmo tempo, para que seja adotada uma “nova forma de gestão”: no lugar de concurso, quando se fizer necessário, a contratação por tempo determinado.

O SUS, EMENDA CONSTITUCIONAL 25 E O CORONAVÍRUS

Não há dúvida que somente um sistema público e universal - com capacidade de definir e orientar a tempo os cuidados de prevenção ao avanço do coronavírus, e de dispor das ações e serviços de saúde à altura do desafio da doença - tem condições de fazer frente à ameaça que paira sobre todo o povo brasileiro.

O Brasil conta, para isso, com o Sistema Único de Saúde (SUS), única alternativa para mais de 70% da população, que não conta com planos e seguros de saúde e que não têm condições financeiras para acessar serviços particulares.

Apesar disso, o que constituiu uma “vantagem” em relação à maioria dos países, nos últimos anos, deixou de ser, particularmente desde a vigência da Emenda Constitucional 95 (que congela os gastos do governo federal por vinte anos). A situação financeira do Sistema tem se deteriorado, ameaçando a continuidade de programas que o consagraram até no plano internacional e fragilizando sua capacidade de atendimento. Mesmo assim, o SUS não foi totalmente desmantelado e nele estão mantidas as bases que lhe dão sustentação como um sistema público e universal. Entre esses fundamentos, salienta-se a formação humanista e solidária da maioria dos profissionais, que nele não permaneceriam se não fosse sua identidade com os princípios que organizam e sustentam o SUS.

O IMPACTO DO TETO DE GASTOS

Em pouco mais de três anos, qual foi o impacto da EC 95 sobre o financiamen-



to do SUS? Foi transformar a situação de subfinanciamento em desfinanciamento. Apenas para lembrar, falava-se em subfinanciamento porque, em comparação com países com sistema iguais, isto é, públicos e universais, o Brasil sempre comprometeu ou dedicou recursos públicos, em termos de percentual do Produto Interno Bruto (PIB), correspondente à metade do esforço dos outros países.

Além disso, o Brasil constitui um caso único: um país em que a maior parte dos gastos em saúde é privada, embora tenha um sistema público universal de saúde. E o peso do setor privado no total do gasto não se alterou com a criação do SUS. Nas últimas três décadas, ele manteve-se relativamente estável, entre 55% a 60% dos gastos totais em saúde (OMS, 2018).

Qual foi a perda de recursos sofrida pelo SUS durante o tempo em que vige a EC 95? Quem nos responde a isso é Francisco Funcia, economista que integra a Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin) do Conselho Nacional de Saúde. Segundo esse pesquisador, se for considerada a aplicação do governo federal no SUS pelo valor empenhado (critério adotado desde a vigência da EC 29/2000, que definiu a participação do governo federal no SUS e tomou outras providências), a perda de recursos ocorrida em 2019 pode ser apurada de duas formas, tal como mostra a Tabela 1 por ele elaborada.

Não há dúvida que somente um sistema público e universal - com capacidade de definir e orientar a tempo os cuidados de prevenção ao avanço do coronavírus, e de dispor das ações e serviços de saúde à altura do desafio da doença - tem condições de fazer frente à ameaça que paira sobre todo o povo brasileiro

Como diz Funcia: “se estivesse em vigor o piso de 15% da (receita Corrente Líquida (RCL), o valor empenhado em 2019 seria R\$ 13,2 bilhões maior que o efetivamente aplicado; mas, se fosse adotado o mesmo percentual da RCL empenhado em 2017, o valor empenhado, em 2019, seria 20,2 bilhões maior que o efetivamente empenhado”. É importante registrar que o próprio governo, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, admite que houve redução de recursos para o SUS depois da implantação do novo regime fiscal introduzido pela EC 95.

Isso é importante de ser dito, pois os governos Temer e Bolsonaro não admitiam publicamente a possibilidade de a EC 95 provocar redução de recursos para a área de saúde. E mesmo ao ser admitida a perda, essa é subestimada, ficando em R\$ 9,05 bilhões, bem distante dos 20,2 bilhões calculados por Funcia. Esse mesmo pesquisador estima que a perda de recursos do SUS, de 2018 a 2019, foi R\$ 30,39 bilhões (R\$ 10,18 bilhões em 2018).

COVID-19 E A ÁREA DE SAÚDE

Em 13 de março de 2020, quando o quadro do impacto da chegada do Covid-19 começou a se delinear, o governo federal, mediante Medida Provisória, abriu crédito extraordinário a favor dos Ministérios da Saúde e da Educação, no valor de R\$ 5 bilhões, os quais devem ser alocados para o “enfrentamento da emergência de saúde

TABELA 1

Referência	Parâmetro Referência	Receita Corrente Líquida (RCL) em 2019	Valor Referência	Valor Aplicado ASPS em 2019	Perda de Aplicação em 2019
	A	B	C=AXB	D	E=D-C
A. Piso de 15% da RCL ¹	15,00%	905.659	135.849	122.610	-13.239
B. Aplicação em 2017: 15,77% da RCL ²	15,77%	905.659	142.822	122.610	-20.212

Elaboração Própria. Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde - Planilhas de Execução Orçamentária e Financeira, posição dezembro encerrado) e de Secretaria do Tesouro Nacional - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (3º quadrimestre de 2019).

Notas: (1) Respeito ao princípio constitucional da vedação de retrocesso, pois esse percentual vigorou em 2016 e 2017; (2) Adoção de um percentual factível de empenhamento, porque efetivamente ocorreu em 2017, portanto, compatível com as contas públicas em época de teto de despesas primárias estabelecido pela EC 95 (FUNCIA, 2020).

pública de importância internacional decorrente do coronavírus”.

Esse valor, embora importante, está muito distante da perda de R\$ 30,39 bilhões ocorrida no SUS depois da vigência da EC 95. Ao se valer do crédito extraordinário, o governo aumenta a disponibilidade de recursos para a área da saúde e, ao mesmo tempo, mantém o novo regime fiscal (EC 95).

O balanço dos efeitos do coronavírus na saúde e na economia brasileira, devido ao impacto interno no nível das atividades e à desaceleração da economia mundial, está ainda para ser feito. O que se sabe é que os setores mais desfavorecidos da população são os que menos têm condições de fazer presente ao covid-19, a começar pelos milhares de pessoas que vivem nas ruas das cidades, sem um teto para se abrigarem e exercerem a não socialização prevista

REFERÊNCIAS

BERWIG, Solange E. Os trabalhadores do SUS: regulação e resistência em tempos de reforma do Estado brasileiro. Tese de doutorado. PUC-RS? Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8400>. Acesso em 19/02/2020.

FUNCIA, Francisco. Estimativas da perda de recurso de Sistema Único de Saúde (SUS) como decorrência da Emenda Constitucional 95/2016. In Domingueira da Saúde. Disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-10-marco-2020>. Acesso em 17/03/2020.

MARQUES, Rosa Maria e UGINO, Camila Kimie. O Brasil é chamado à ordem. Argumentum, Vitória, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017. Disponível em [file:///C:/Users/Rosa/Downloads/17944-Texto%20do%20artigo-54952-1-10-20180323%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rosa/Downloads/17944-Texto%20do%20artigo-54952-1-10-20180323%20(1).pdf). Acesso em 16/02/2020.

OMS. Global Health Expenditure Database. Disponível em: <http://apps.who.int/nha/database/ViewData/Indicators/en>. Acesso em: nov. 2018.

O balanço dos efeitos do coronavírus na saúde e na economia brasileira, devido ao impacto interno no nível das atividades e à desaceleração da economia mundial, está ainda para ser feito. O que se sabe é que os setores mais desfavorecidos da população serão os mais prejudicados

como medida preventiva. O governo, em 17 de março, anunciou uma série de medidas, no valor de R\$ 147,3 bilhões, com o intuito de contrarrestar ou minimizar o impacto da doença na economia. Parte desse valor, cerca de R\$ 60 bilhões, precisarão ter aprovação do Congresso Nacional para serem utilizados.

Entre essas medidas, destacam-se a antecipação do pagamento da segunda parcela do décimo terceiro para pensionistas e aposentados (o anúncio da antecipação da primeira parcela foi feito na primeira quinzena de março); a ampliação dos beneficiários do Bolsa Família em 1,2 bilhão; o adiamento do pagamento do FGTS e do Simples, por parte das empresas, em 3 meses, entre várias outras medidas. Sua efetividade será testada ao longo dos próximos meses.

EMPREGO E TRIBUTOS

Cabe aos setores comprometidos com os trabalhadores atuarem para que essas medidas sejam, de fato, levadas a termo e que outras a elas se somem. Entres essas, a defesa do emprego (para aqueles que o têm em meio da elevada taxa de desocupação que existe no país) faz-se necessária, pois não foi encaminhada pelo governo nenhuma ação ou medida nesse sentido. Postergar o pagamento de alguns tributos por parte dos empresários não garante que eles não demitam trabalhadores em função da diminuição do nível de atividade, principalmente daqueles que, em outra situação mais favorável, serão rapidamente encontrados no mercado de trabalho, posto que não têm muita qualificação. Além disso, não há, entre as medidas anunciadas pelo governo, nenhuma ação com relação aos desempregados e aos trabalhadores do mercado informal, sendo que, esses últimos, constituem 41% da força de trabalho ocupada no país.



Rosa Maria Marques é professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia

Política da PUCSP e ex-presidenta da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES)

PANDEMIA

origens, perspectivas e lições

Estamos diante de um vírus extremamente agressivo, com enorme capacidade de contágio e sem vacinas ou medicamentos à vista. A única saída é o isolamento social. No entanto, o governo brasileiro nos apresenta um verdadeiro show de horrores, com suas políticas que semeiam confusão, informações falsas e desprezo pelas vidas das pessoas



FREEMIX.COM

O vírus tem uma especificidade de contaminação. É um processo similar ao de uma chave abrindo uma fechadura. A chave da minha casa não é capaz de abrir a porta da sua casa. No entanto, toda vez que o vírus se reproduz no interior da célula, ele faz uma cópia de seu material genético

Essa família apresenta esse nome devido ao formato de coroa. Até o ano passado, existiam sete (7) cepas virais dessa família que infectam humanos, dentre elas o sars-cov que matou 667 pessoas, em 2002-2003, e o mers-cov que matou 858 pessoas, em 2013-2014. Todas essas variantes evoluíram de vírus que infectam um hospedeiro natural, saltaram para um hospedeiro intermediário e, por fim, a partir de processo evolutivos, passaram a infectar os humanos².

Já para o novo coronavírus que infecta humanos, o sars-cov-2 apresenta uma similaridade genética com o coronavírus que infecta uma espécie de mamífero conhecida como pangolim (*Manis Javanica*) e uma espécie de morcego (*Rhinolophus sp*)³. Porém, não estava bem estabelecido quem era o hospedeiro natural e o hospedeiro intermediário.

Um novo estudo, publicado no dia 24 de março, mostrou que a sequência genômica dos vírus encontrado em um dos pangolins possui uma semelhança muito alta (99,83 – 99,92%) com as cinco sequências obtidas por meio do exame das amostras encontrados em humanos, e todas têm organizações genômicas similares ao sars-cov-2.

Não podemos ainda ser categóricos ao ponto de afirmar que o vírus “saltou” de pangolins para humanos. Mas, os dados existentes já se mostram categóricos para afirmar que o sars-cov-2 tem uma origem natural e não foi criada em nenhum laboratório para ser uma arma biológica.

TRANSMISSÃO, TAXA DE CONTAMINAÇÃO E MORTALIDADE

O coronavírus infecta células de vias respiratórias causando sintomas de leves a graves. Nos casos graves, o indivíduo infectado apresenta falta de ar, podendo ser necessária a internação na UTI para realizar ventilação mecânica (respirar por aparelhos). A transmissão se dá pela entrada do vírus pelas vias respiratórias. Ou podemos respirar diretamente o vírus, que em geral, após ser eliminado por tosse ou espirro, pode ficar suspenso no ar por até 3 horas, com capacidade de contaminação. Porém, o vírus pode permanecer estável, por até 48 horas, no papelão e 72 horas

de abrir outra fechadura.

De forma similar, as novas mutações no vírus podem fazer com que ele mude as células e os hospedeiros que ele infectou. Assim como nossa chave pode vir a abrir outras portas, o vírus se modificando, ao longo do tempo, pode “saltar” de hospedeiro. Esse processo de mutação e seleção natural é a força motriz da evolução das espécies, processo descrito por Charles Darwin no livro *A origem das espécies*.

COMO SURTIU O SARS-COV-2?

O sars-cov-2 faz parte de uma família de vírus “coronaviridae” ou “o coronavírus”.

adotando um caráter pandêmico. Entender a origem e a dinâmica de dispersão são lições fundamentais para minimizar os impactos do atual surto e evitarmos pandemias de dimensões similares.

VÍRUS, INFECÇÃO E COMO SURTEM

Primeiro, vamos responder o que é um vírus. Eles são organismos que não apresentam células, logo são incapazes de sobreviver ou de se reproduzirem sozinhos. Para tal, precisam usar toda maquinaria de uma célula para garantir a reprodução. São o que chamamos de parasitas intracelulares. O material genético do vírus é

protegido por uma cápsula que precisa se acoplar a uma célula e, depois, colocar esse material genético dentro dela. Após, o material genético do vírus passa a controlar a célula usando a maquinaria celular para produzir mais vírus.

Uma questão importante é que o vírus tem uma especificidade de contaminação, ou seja, infecta tipos de células e seres vivos específicos. É um processo similar ao de uma chave abrindo uma fechadura. A chave da minha casa não é capaz de abrir a porta da sua casa. No entanto, toda vez que o vírus se reproduz no interior da célula, ele faz uma cópia de seu material genético.

Contudo, como cópias não são perfeitas, isso faz com que o vírus, recém produzido, possa ter o material genético diferente do “molde” que lhe deu origem. Esse processo é conhecido como “mutação”.

Voltemos à analogia da chave e da fechadura. Se eu faço a cópia de minha chave em um chaveiro, essa chave pode sair levemente diferente. Esse “levemente” pode ter 3 desfechos possíveis: **1 - a chave não abre** a porta da minha casa; logo, ela não servirá de molde para chaves futuras; **2 - essa mudança não terá impacto** funcional na chave, ou seja, ela abrirá a porta; e **3 - a cópia ficará diferente** a ponto

Lucas Sena

A pandemia do novo coronavírus já infectou milhões e matou milhares de pessoas em todo o planeta. O início do surto ocorreu na cidade de Wuhan, na China. Um estudo publicado na revista científica *The Lancet* mostrou que 49 dos 100 primeiros casos registrados trabalhavam ou moravam próximo ao mercado de animais (como os nossos mercados públicos)¹. A partir das primeiras contaminações, o vírus iniciou a dispersão para o mundo,

1 bit.ly/2Vk90ZN

2 www.nature.com/articles/s41579-018-0118-9

3 www.nature.com/articles/s41591-020-0820-9

em plásticos e aço inoxidável⁴. Dessa forma, podemos nos contaminar tocando em uma superfície infectada e levando a mão à boca e ao nariz.

O resultado é que temos um vírus de propagação rápida, visto que um indivíduo infectado pode transmiti-lo para mais de uma pessoa, resultando em um crescimento no número de infectados de forma exponencial. Mas, o que isso quer dizer? A melhor analogia para entender a taxa de crescimento exponencial é olhar para uma dívida de cartão de crédito. Quando pagamos o valor mínimo, parece que a situação está sob controle até que, “do nada”, a dívida fica incontrolável.

Esse crescimento abrupto do número de infectados em um curto espaço de tempo causa um efeito devastador, pois leva à saturação do sistema de saúde de um país acarretando um aumento na taxa de mortalidade. O exemplo mais dramático é o da Itália, que atingiu uma taxa de mortalidade de 11%. Nesse sentido, precisamos criar condições para atrasar, ao máximo, o pico do número de infectados. Distribuir os casos ao longo do tempo, criando o efeito conhecido como “achatamento da curva”. Assim, se evitará que o sistema de saúde entre em colapso, podendo dar o devido atendimento aos infectados.

COMO FREAR O CRESCIMENTO DESCONTROLADO

A redução do número de pessoas nas ruas é o primeiro passo. Quanto menor o fluxo de pessoas, menor será a taxa de contaminação. Esse processo é conhecido como “isolamento horizontal”. A Inglaterra, inicialmente, foi contra essa medida propondo o “isolamento vertical”, que, na prática, prevê isolar apenas os casos de risco. Essa política modificou a postura do governo britânico após o estudo do Imperial College. O isolamento de Wuhan, localizada na província de Hubei, foi determinante para que outras províncias chinesas contivessem a epidemia.

Após o cordão sanitário (isolamento e quarentena) realizado em Wuhan, no dia 23 de janeiro, o número de casos em outras províncias passou a ter uma taxa de crescimento negativo em relação à média (achatamento da curva), como mostra o gráfico 2 do artigo publicado na revista

Precisamos criar condições para atrasar, ao máximo, o pico do número de infectados. Distribuir os casos ao longo do tempo, criando o efeito conhecido como “achatamento da curva”. Assim, evitará que o sistema de saúde entre em colapso, podendo dar o devido atendimento aos infectados

Nature⁵. Em azul, a taxa de crescimento em outras províncias, antes do cordão sanitário e, em verde, a taxa de crescimento após a aplicação do cordão de isolamento.

Outras medidas centrais são testes em massa como a Alemanha vem realizando na população. Isso faz com que os indivíduos que já foram contaminados e que já derrotaram o vírus possam ir voltando às atividades, formando uma barreira biológica, visto que tais indivíduos já possuem anticorpos para o novo coronavírus.

Outra importante medida é a ampliação dos leitos de UTI, garantia de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para profissionais de saúde e a distribuição de máscaras e álcool em gel para a população.

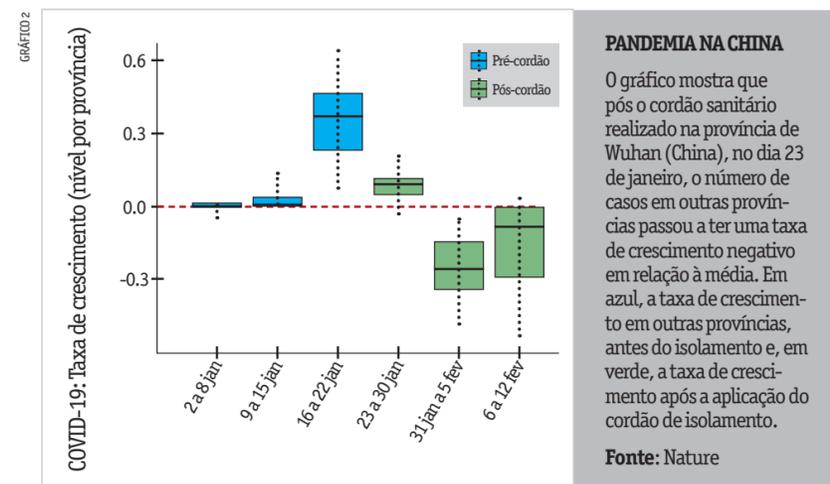
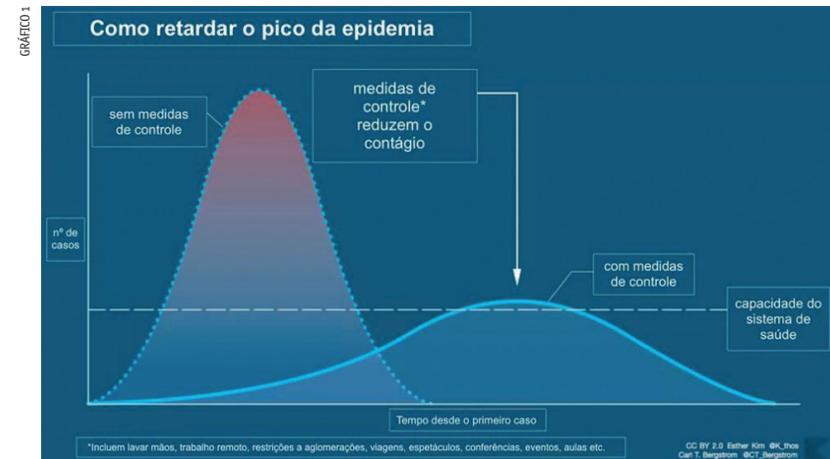
ENFRENTAR A TOTALIDADE DOS DESAFIOS

Os fatos são expressão de uma situação gravíssima, tanto pela velocidade com que o vírus se propaga, quanto pela insuficiência de equipamentos de proteção individual. Mas, numa avaliação geopolítica, essa crise humanitária desmascara as “verdades neoliberais” impostas nesses últimos 40 anos “a ferro e fogo” por governantes, patrões e por uma mídia manipuladora.

Hoje, vemos que a iniciativa privada é incapaz de dar qualquer resolutividade para essa pandemia. E a incapacidade não se encerra na questão da saúde pública. Os governos do mundo todo, inclusive o brasileiro, já saíram em socorro às grandes empresas e ao sistema financeiro, colocando à disposição trilhões de dólares para evitar uma quebra generalizada do sistema.

No Brasil, como se não bastasse termos um governo de plantão com ideias fascistas. Bolsonaro se cerca de setores obscurantistas, terraplanistas e negacionistas das práticas mais avançadas de prevenção e proteção contra essa pandemia.

Assistimos a um show de horrores com as declarações e atos do presidente, contrário à quarentena e ao isolamento social. E a perspectiva é de uma confluência de crises sem precedentes na história do Brasil. Somado ao histórico de concentração de renda e de um passivo de mais de 350 anos de escravidão e injustiças sociais, viveremos um pós-quarentena de milhares de vítimas, de desemprego em



massa, de quebra no comércio e na indústria, na qual as necessidades mais elementares do povo como água e comida serão “mercadorias de luxo”.

Nesse quadro, os setores politicamente progressistas nas comunidades, precisam entender que a pandemia e a crise social, com seus efeitos deletérios como o desemprego e a depressão, precisam ser encaradas em sua totalidade. E, no caso, a questão do poder e do governo ganham uma relevância determinante. É impossível superar essa confluência de crises com um governo tipo Bolsonaro. Faz-se necessário que o conjunto da sociedade se mobilize para resolver as questões mais elementares e imediatas da população mais vulnerável, mas também para apresentar um projeto de nação inclusiva, que se apoie na democracia, nas decisões e na distribuição de riquezas, o mais rápido possível para contornarmos essa catástrofe anunciada. Um projeto dessa magnitude tem que levar em conta que a interdição, a interrupção, o impeachment

ou qualquer que seja o meio de substituir Bolsonaro é uma tarefa urgente e necessária. Sem essas ações o Brasil vai continuar indo em direção ao colapso e a convulsões sociais, sem precedentes.

LIÇÕES E PERSPECTIVAS:

O “salto” do vírus de uma espécie selvagem para os humanos expõe os riscos da ocupação humana no ambiente silvestre. Todos os animais apresentam microrganismos específicos com os quais seu corpo está adaptado; quando os humanos se deparam com organismos silvestres, estamos correndo o risco de nos contaminarmos com agentes biológicos que nosso corpo não tem capacidade de se proteger. Nesse sentido, a destruição de ecossistemas combinada com o consumo de animais silvestres é uma bomba-relógio que pode estourar, novamente, em qualquer canto do planeta.

A segunda questão é que temos que repensar a estrutura de cidade na sociedade contemporânea. Grandes conglomerados urbanos facilitam a propagação de vírus.

Assistimos a um show de horrores com as declarações e atos do presidente, contrário à quarentena e ao isolamento social. E a perspectiva é de uma confluência de crises sem precedentes na história do Brasil

Isso se dá porque a densidade populacional é grande e um indivíduo infectado é capaz de transmitir o vírus para muitas pessoas. O cenário é agravado nas favelas onde, além da alta densidade populacional, as condições sanitárias são precárias. Oscar Niemeyer dizia que o modelo de cidade ideal não deveria ser um conglomerado se ligando em outra cidade, mas sim cidades cercadas com cinturões verdes.

A terceira questão é a necessidade de desenvolvimento de uma indústria nacional de tecnologia que nos torne independentes, do ponto de vista tecnológico. Além do desenvolvimento da ciência de ponta, que passa pelo fortalecimento das Universidades Públicas.

A aposta na ciência de entender a situação que estamos vivendo é uma questão central para enfrentarmos, da melhor maneira possível, essa epidemia e que nos possibilite tirar lições para evitarmos futuros surtos de magnitude similar.



Lucas Sena é biólogo, mestre e doutorando em Genética e Biologia Molecular UFRGS

4 www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMc2004973

5 bit.ly/3bgefku

Confinamento e os limites do capitalismo



Não há apenas um sistema mundial com uma economia regente, há também uma ecologia-mundo. Veremos ecologia e economia em unicidade nos ajuda a entender melhor a atual crise

Esta é a primeira vez na história de 300 mil anos do homo sapiens que todas as sociedades do mundo se concentram ao mesmo tempo sobre o mesmo acontecimento, com tamanho grau de mobilização e impacto econômico

Guilherme Prado Almeida de Souza

Na batalha contra o covid-19, enquanto as figuras políticas de alto escalão do sistema desejam criar um *Leviatã sanitário* - como bem classifica a socióloga argentina Maristella Svampa -, na busca por devolver uma situação de estabilidade para o sistema, - algo impossível -, nossa tarefa deve

ser diferente. É preciso situar a importância do covid-19 como *resultado* e como ponto *agravante* de dois problemas que o atual sistema histórico em declínio enfrenta em sua dissipação. Ambos se denominam os *limites do crescimento capitalista* e seus *limites ecológicos*. Ao fazê-lo temos mais possibilidades de eleger reais alternativas sistêmicas.

OS LIMITES DO CRESCIMENTO CAPITALISTA E A EMERGÊNCIA DO CAPITALOCENO

Revisitando os “peakists”, como Richard Heinberg, intelectuais que consideram os picos de recursos e limites ecológicos em suas análises, lembramos que as possibilidades para a volta do crescimento estável como nos ditos “anos dourados” do século

XX, parecem acabadas. Podemos elencar principalmente três dos limites para o crescimento tal qual conhecíamos:

» O esgotamento de recursos minerais e fósseis ou escassez de suas fontes de fácil extração (que são mais rentáveis), além da instabilidade nos preços dessas *commodities*. Mercados tranquilos e que favorecem o crescimento “sustentável” são aqueles nos quais os preços sobem devagar.

» A proliferação de impactos ambientais negativos devido à exaustão dos ecossistemas, o que consumirá cada vez mais o orçamento dos Estados e a produtividade das empresas. Os EUA desde 1980 possuem gastos com desastres climáticos que excedem US\$ 1.1 trilhão. Só no ano de 2016, foram gastos US\$ 46 bilhões.

» Crises financeiras, como a que aconteceu em 2008. Elas poderão ser motivadas inclusive por fenômenos climáticos, como o relatório “The Green Swan”, de atores desse mercado. Como tais afirmações antecipam, estamos também diante de limites ecológicos, como:

» A maior taxa de perda de biodiversidade já registrada.

» Os impactos do aquecimento global que mata, por exemplo, 5 indianos por dia em eventos relacionados às chuvas¹.

» A queda generalizada de 23% da produtividade das terras agricultáveis no mundo.

¹ <https://www.indiaspend.com/5-indians-died-every-day-in-rain-related-weather-events-over-3-years/>

» Uma pegada ecológica global de 1,75, ou seja, que torna necessário quase dois planetas por ano para sustentar o atual metabolismo econômico².

Tal cenário crítico fez o geógrafo britânico Jason W. Moore afirmar estarmos diante do *capitaloceno*, era geológica na qual as forças produtivas do capitalismo - forças destrutivas, como diz Michael Löwy -, alteram o destino da vida na Terra. Ele inclusive complementa a teoria criada pelo grande sociólogo Immanuel Wallerstein, dizendo que não há apenas um sistema mundial com uma economia regente, há também uma ecologia-mundo. Veremos ecologia e economia em unicidade nos ajuda a entender melhor a atual crise.

² <https://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>

Do ponto de vista ecológico, esta é mais uma das epidemias zoonóticas que se somam à gripe aviária, suína, e tantas outras decorrentes, dentre outros motivos, do modo capitalista industrial de produzir, e de nossa intrusão ou destruição dos ecossistemas de animais silvestres



COVID-19: UM VÍRUS QUE PIORA OS SINTOMAS DO CAPITALISMO

Em ligação com essa perspectiva, o marxista argentino Enrique Dussel defende que dentro desse cenário dramático, o coronavírus inaugura um momento único. Seria a primeira vez na história de 300 mil anos do *homo sapiens* que todas as sociedades do mundo se preocupam ao mesmo tempo sobre o mesmo acontecimento, com tamanho grau de mobilização e impacto econômico.

Isso revela o lado nefasto e regressivo da globalização criada pela modernidade capitalista. Ela exporta cada vez mais rapidamente prejuízos, doenças, desemprego e perdas para a maioria. Consequentemente, não é culpa de nossos coabitantes da terra o fato de 70% das novas doenças em humanos terem origem animal³, mas do sistema histórico que nos rege.

Do ponto de vista ecológico, portanto, essa é mais uma das epidemias zoonóti-

3 <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/relatorio-da-onu-aponta-que-70-das-novas-doencas-em-humanos-tiveram-origem-anim-11091150>

cas que se somam à gripe aviária, suína, e tantas outras decorrentes, dentre outros motivos, do modo capitalista industrial de produzir, e de nossa intrusão ou destruição dos ecossistemas de animais silvestres. Esses espaços se encontram cada vez mais restritos pela urbanização ou expansão das fronteiras das *commodities*.

Nesse sentido, estudos mostraram que o surgimento do ebola, por exemplo, está relacionado com os morcegos. Esses animais, também ligados a outras epidemias, já voam para as cidades em busca de comida devido ao desmatamento de suas florestas, entrando em contato com seres humanos. Assim, como nos antes raríssimos extremos climáticos, as epidemias graves têm se tornado cada vez mais comuns e letais. Apesar de tudo isso, de Alberto Fernández, na Argentina, a López Obrador, no México, provavelmente não apareceu nenhuma palavra sobre a questão ecológica até agora.

Nascido na China, o coronavírus resultou em medidas drásticas do governo local, visando isolamento social e fechamento de empresas. Uma das consequências foi a

redução da poluição do ar, o que pode ter poupado cerca de vinte vezes mais vidas do que as perdas pela doença⁴. Esses dados mostram que, longe de dizer que o vírus tenha impacto ambiental positivo, o caos sistêmico já estava instalado muito antes de seu primeiro caso ter sido constatado.

Na questão mais estritamente econômica, ele acentua as tendências já mostradas antes de sua ascensão. Para a pesquisadora estadunidense Gail Tverberg, que há tempos estuda as taxas declinantes do crescimento econômico, se a redução na produção do petróleo já foi de cerca de 1,6% em 2019, o impacto do vírus pode ser muito mais terrível do que estamos vendo.

QUEDA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

Em pouco mais de dez anos o petróleo bateu seus mais altos índices de preço da história (US\$ 147 por barril em 2008), e também os mais baixos, chegando recentemente a preços negativos. Tamanha

4 <http://www.g-feed.com/2020/03/covid-19-reduces-economic-activity.html?fbclid=IwAR2zGidoNj0AVFRzd8iHvLpMoHM6UzXHxTvaKkV9a-nt-atqlcii74ms-g>

instabilidade pode tornar a produção em alguns lugares um total prejuízo, além de levar produtores até a desativar poços. Tal quadro tornaria ainda mais complicado o casamento entre oferta e demanda. Como estamos diante de um capitalismo fóssil, onde grande parte dos bens e serviços que acessamos para sobreviver é profundamente dependente de energia suja, essa instabilidade deve levar a grandes impactos.

Se antes muitos economistas analisavam uma crise financeira, a queda ainda maior do crescimento, ou mesmo o encolhimento da economia mundial, tornará insolúvel o mercado financeiro. Somando-se ao endividamento das famílias e empresas, teremos pilhas de dívida estatal ainda maiores, feitas para combater os impactos do coronavírus.

No terreno social, vemos a incapacidade dos sistemas de seguridade em lidar com o novo cenário de crises e pandemias constantes que enfrentaremos. Os benefícios geralmente são cedidos apenas mediante a alguma condicionalidade às pessoas, sejam elas contribuintes ou pobres o bastante. É por isso que o debate sobre renda básica deve se manter para além da atual crise, tendo em vista superar o falido Estado de bem-estar social.

Nos EUA, um chefe executivo regional do FED diz que os níveis de desemprego podem chegar a 30% e o PIB cair incríveis 50%⁵. Muito menos que isso já tornaria possível uma depressão bem mais séria que a de 1929, quando a economia mundial era muito menos globalizada.

Mas o que isso tudo representa, sabendo-se que ondas de coronavírus podem manter em alguma proporção parte do isolamento e do fechamento de empresas até 2022?

CRESCIMENTO CONTÍNUO

A atual economia é feita para não parar de crescer. Assim, paradas intermitentes se tornam caóticas. Se olharmos para o caos global, constatando que o desabastecimento de máscaras produzidas na China ou o de cartelas de ovo na Inglaterra são resultado de uma globalização nefasta, tiraremos algumas lições. Talvez uma economia viciada em dogmas como eficiência

5 <https://www.zerohedge.com/markets/feds-bullard-warns-unemployment-may-soar-30-gdp-crash-50-q2>

Os tempos de coronavírus nos darão mostra de que conexões locais e circuitos cooperativos e solidários terão maior capacidade de absorção de choques que esta velha economia nos dá. Talvez estejamos diante de um fenômeno maior, de uma grande transição sistêmica

e escala, - onde mais segurança consiste em maior produção e produção concentrada em um local com menos custos -, terá que dar lugar a resiliência em comunidade e diversidade produtiva local.

Os tempos de coronavírus nos darão mostra de que conexões locais e circuitos cooperativos e solidários terão maior capacidade de absorção de choques que esta velha economia nos dá. Talvez estejamos diante de um fenômeno maior, de uma grande transição sistêmica que só nos daremos conta mais adiante. Restamos construir o caminho para o lado mais democrático e igualitário na bifurcação diante de nós.



Guilherme Prado Almeida de Souza é mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC.



Entrevista

Fernanda Melchionna

Enquanto Bolsonaro for governo, a democracia estará em risco

Líder da bancada do PSOL na Câmara Federal, ex-vereadora em Porto Alegre e ex-militante do PT, Fernanda Melchionna analisa a conjuntura nacional, as ações da esquerda no Congresso e nos movimentos sociais e faz uma cortante avaliação da classe dominante: “Embora sejam visíveis as divisões no interior da burguesia e do próprio governo, eles seguem unidos na agenda antipovo”.

Gilberto Maringoni

Como você vê a situação brasileira diante da crise?

A conjuntura se acelerou tremendamente a partir do mês de março, com a entrada da pandemia do novo coronavírus. Há um grande entrave no país, que é o próprio presidente da República. Ele não lidera o país para combater o vírus, evitar o aumento do número de mortes e salvar vidas. É um dos pouquíssimos líderes mundiais negacionistas. Isso ampliou uma divisão burguesa que já acontecia antes. Editoriais da grande mídia falam em se tentar governar à revelia de Bolsonaro, via governadores, prefeitos e até via militares. É o caso do Ministério da Saúde. Apesar de o titular da pasta ser um conservador em termos políticos, ele segue recomendações da Organização Mundial de Saúde. Do outro lado, existe uma dificuldade para a organização dos trabalhadores, por força do isolamento a que estamos submetidos. Não há como ocupar as ruas com manifestações multitudinárias de protesto, apesar de os painéis serem expressão de um descontentamento crescente, mesmo em bairros bolsonaristas. Começa a haver barulho nas favelas. Bolsonaro tem perdido apoio, sofre isolamento, mas mesmo assim não conseguimos nos opor na intensidade necessária. A pandemia é uma das coisas mais impactantes e difíceis que nossa geração já viveu, em diversos países. No Brasil, em que 30% da população não tem água e 50% não tem saneamento, temos de exigir renda básica, ampliação dos leitos do SUS, testes rápidos e um programa emergencial contra o vírus. Isso tem de estar casado com a luta contra Bolsonaro.

O que deve ser feito?

O governo teria todas as condições de

O governo teria todas as condições de enfrentar o coronavírus. Poderia pagar salários à população desempregada, conceder renda mínima, contratar mais profissionais para a área de saúde e abastecimento, comprar equipamentos e gastar entre 10% a 15% do PIB para investir contra a crise

enfrentar o coronavírus. Poderia pagar salários à população desempregada, conceder renda mínima, contratar mais profissionais para a área de saúde e abastecimento, comprar equipamentos e gastar entre 10% a 15% do PIB para investir contra a crise. Um governo sério não dependeria de importações, mas faria uma reconversão industrial imediata, colocaria a Petrobras para produzir álcool em gel, a indústria têxtil para equipamentos de proteção e se apoiaria nas Universidades e nos pesquisadores. Bolsonaro faz o contrário. Corta as bolsas de doutorado, de pneumologistas, de cientistas e desvaloriza os cérebros do Brasil.

Como se comporta a base de apoio do governo?

A burguesia está dividida e isso se expressa até mesmo entre os ministros, entre quem defende a Ciência e a ala olavista e fundamentalista. Isso também se manifesta na divisão entre o governo e os prefeitos e governadores. E há arestas na ala militar e na própria base bolsonarista no Congresso. Não existe uma unidade no sentido de implementar uma linha de contrarrevolução preventiva, com fechamento de liberdades democráticas e censura. Mas há consenso entre eles para implementar uma agenda econômica antipovo. Isso dá musculatura política para que o Bolsonaro siga avançando contra as liberdades democráticas. É um nó. É um período bastante difícil e que, obviamente, pressupõe toda unidade de ação necessária em defesa das liberdades democráticas, ao mesmo tempo em que se faz necessária a denúncia permanente dessa agenda econômica antipovo, que está levando o Brasil a uma situação muito grave para os trabalhadores.

No jogo parlamentar, isso faz diferença?

Faz diferença na pauta que está sendo votada em determinados momentos. Por exemplo, quando o Eduardo Bolsonaro fala em um novo AI-5, o que é gravíssimo, existe um repúdio da superestrutura quase generalizado, que junta os políticos da ordem, do centrão e da esquerda, o que é importante. É insuficiente, pois ele não foi punido, mas é importante que exista essa movimentação. Quando Sérgio Moro ou o próprio Bolsonaro ameaçam o jornalista Glenn Greenwald é muito importante que haja a defesa da liberdade de imprensa, como o Rodrigo Maia e outros fizeram. Isso é um exemplo bom de unidade de ação.

Bolsonaro e seu clã se diferenciam dessa agenda?

Enquanto Bolsonaro for governo, a tentativa dele de promover retrocessos democráticos por dentro do regime político estará em pauta. Não é um raio em céu azul. Não é que agora tenha se indignado com a chantagem do Congresso. Não. Ele tem isso como DNA no governismo. Eles querem fazer isso como estratégia política de poder, como uma contrarrevolução preventiva. Os setores mais próximos a Bolsonaro querem um regime político ditatorial

Isso pode atingir as relações do país com o mundo?

O governo e a família presidencial não são apenas entraves ao enfrentamento da crise. Eles atrapalham e muito. Quase criaram uma ruptura diplomática séria com a China, apenas para lamber as botas de Donald Trump. Se a política de Bolsonaro prosseguir, logo vai se formar um cordão de isolamento sanitário contra o Brasil e os brasileiros. À medida que outros países forem superando a pandemia, irão estabelecer medidas protetivas para seu povo e para seu país. Se continuarmos sem testes, com subnotificação e se o contágio crescer, é óbvio que se constituirá um cordão sanitário contra o Brasil. Bolsonaro ajuda o coronavírus a contagiar nosso povo. É algo gravíssimo.

Você está em seu primeiro mandato como deputada. Como tem sido essa experiência?

É algo muito diferente da Câmara Municipal de Porto Alegre, pela abrangência da atuação e pela complexidade dos temas tratados. Na Câmara tínhamos uma articulação entre rua e plenário, por meio de um partido ativo. Na vereança, vai-se a um

Enquanto Bolsonaro e a extrema direita forem governo, suas tentativas de promover retrocessos democráticos por dentro do regime político estará em pauta. Eles querem fazer isso como estratégia política de poder, como uma contrarrevolução preventiva

bairro e se consegue organizar a disputa concreta, o enfrentamento sindical e, às vezes, consegue-se ganhar pessoas para a luta política, numa compreensão mais geral de que, além daquela luta específica, é preciso uma disputa pelo poder. Em Brasília, a atuação é nacional, com temas muito mais gerais e com incidência muito maior sobre a vida dos trabalhadores.

Você fala em contrarrevolução preventiva. A mesma avaliação parte da esquerda teve sobre 1964. Ali havia um ascenso do movimento de massas. Pode explicar melhor essa ideia?

Em relação a 1964, há uma diferença no que tange à correlação de forças. Por isso, também acho que existe uma divisão burguesa que tem sido a marca do período político atual. Existe uma divisão de para onde seguir ajustando, com quais medidas. No sentido econômico, existe uma unidade. Mas, no sentido político, de regime político, eles não têm unidade. O bolsonarismo é uma expressão da extrema direita que tenta fazer um regime parecido com o de 1964, com algumas diferenças. Eles não têm motivos para botar tanque na rua. Eles podem fazer isso por dentro do próprio regime político. É algo mais parecido com a Hungria atual do que com 1964, no Brasil.

Bolsonaro puxou a política para os extremos e parece que a oposição não está conseguindo radicalizar pelo outro lado. Em sua opinião, o caminho da oposição é ir para o centro e ampliar o espectro ou radicalizar para deixar nítidas as divergências?

A Nova República acabou, como modelo, antes de Bolsonaro. Houve uma fissura, pela esquerda, em 2013, com as jornadas

FLICKR/FERNANDA MELCHIONNA



de junho, em que as pessoas questionaram esse modelo de representação. Negava-se o que havia, mas não se formou uma direção política capaz de afirmar que tipo de modelo deveria existir. Então, 2013 teve elementos democráticos e foi uma fissura no regime. A política do PT foi, por um lado, repressão, e não funcionou. Houve uma tentativa de conciliação com o pacto da reforma política, com aqueles cinco pontos que Dilma Rousseff apresentou durante os protestos. O PMDB, quando viu a perda de capacidade de controle do movimento de massas por parte de Dilma e constatou que ela não faria o ajuste fiscal com a intensidade que eles queriam, expulsou o PT do condomínio do poder. Os atos da direita em 2015 (pelo impeachment de Dilma) foram um contrajunho de 2013. Um simulacro no qual a extrema direita entrou em cena, conseguiu capitanear essas mobilizações e se apresentou num processo eleitoral marcado pela crise econômica e pela crise de representação, que seguia desde 2014. Assim a extrema direita conseguiu

se vender como antissistema – posição que sabemos ser mentirosa.

Eles não pregam um antissistema democrático?

Sim, mas o jogo é complexo. Acho que

parte significativa do povo está contra esse sistema de dominação, mas de uma forma difusa. E Dilma ajudou nisso. Ela não teve força para implementar uma política econômica com Joaquim Levy, mas o segundo governo representou um estelionato elei-

FERNANDA POR FERNANDA

“Sou gaúcha de Alegrete, tenho 36 anos e comecei a militar com 14, nas passeatas contra as privatizações do Fernando Henrique e do Antônio Britto [governador do Rio Grande do Sul pelo PMDB entre 1995-99]. Meu pai, já falecido, foi um dos fundadores do PT na nossa cidade. A eleição de Olívio Dutra para o governo, em 1998, me marcou muito. Em 2000, houve uma greve dos professores estaduais. A direção do PT não dialogou e tratou de reprimir o movimento. A Luciana Genro, na época deputada estadual pelo partido, foi a única a apoiar a paralisação. Eu morava no interior, gostei muito da posição dela.

Em 2001, entrei no curso de biblioteconomia da UFRGS, vim para Porto Alegre e comecei a militar no movimento estudantil. Depois disso, teve a eleição de 2002, a Carta ao Povo Brasileiro, a composição do governo Lula com gente da burguesia e o ápice, que foi a reforma da Previdência. Em 2003 eu me desfiliei e entrei no movimento pela construção do PSOL. Minha formatura foi em 2006 e, dois anos depois, fui eleita vereadora na primeira eleição municipal do PSOL. Tive três mandatos consecutivos. Desde o início de 2019 sou deputada federal”.

Se a política de Bolsonaro prosseguir, logo vai se formar um cordão de isolamento sanitário contra o Brasil e os brasileiros. À medida que outros países forem superando a pandemia, irão estabelecer medidas protetivas para seu povo e para seu país

O segundo governo Dilma representou um estelionato eleitoral, já que ela se elegera em 2014 pela esquerda. O segundo turno foi contra a privatização, contra o programa do Aécio. E ela ganha e assume o programa do Aécio



toral, já que ela se elegera em 2014 pela esquerda. O segundo turno foi contra privatização, contra o programa do Aécio. E ela ganha e assume o programa do Aécio.

O povo votou quatro vezes na esquerda, embora se possa discutir que tipo de esquerda é o PT. Mas o povo foi ao encontro marcado com a mudança. O PT não faltou a esse encontro?

Claro! E nunca apelou às massas. Quando foi, nos quatro governos do PT, que se disse: “Nós queremos fazer uma reforma política”? O PMDB não quer. E isso o Bolsonaro faz, só que pela extrema direita. Quando Lula se elegeu, em 2002, embora não fosse decorrente de um enfrentamento a quente como em outras partes da América Latina, havia a expressão popular de uma agenda antineoliberal. Foi uma ideia de esperança e de luta. Mas o PT nunca tentou, só conciliou e os sinais foram claros: Carta ao Povo Brasileiro, reforma da Previdência, Banco Central com o Meirelles, tudo isso.

Apesar de muita água ter passado por baixo da ponte, esse impulso pelo não enfrentamento de demandas estruturais no Brasil nos leva ao ano de 2018...

Sim, 2018 foi uma devastação da institucionalidade da Nova República, com seus partidos políticos. Houve diminuição do PP, PSDB, do PMDB, entre outros, e a extrema direita ocupou esse espaço. Há vários metalúrgicos aqui da região metropolitana de Porto Alegre que votavam no PT e que agora votaram no Bolsonaro. Não se pode dizer que sejam fascistas. Ao contrário. Mas digo isso para mensurar em que medida essa experiência de conciliação de classes, combinada a muitos outros elementos, fez com que um setor do povo se deslocasse para a

direita. É um setor do povo trabalhador que votou contra os próprios interesses em uma eleição muito distorcida, com a percepção de que estaria votando contra o sistema. Em suma, é óbvio que todas as viúvas da ditadura, todos os reacionários, a extrema direita da caserna todos os LGBTfóbicos, machistas e racistas estavam no projeto do Bolsonaro. Mas é importante ressaltar que nem todos os que votaram nele são isso. Ao contrário. Muitos desses 57 milhões que elegeram o capitão são parte dessa crise de representatividade e da crise econômica dos últimos anos.

Como se coloca o PSOL nesse quadro?

O PSOL, que é esquerda e precisa ser cada vez mais antissistema, cresceu um pouco, mas cresceu. Saímos de seis – levando em consideração que Erundina e Glauber vieram já no meio do mandato de deputados

federais para o partido – para dez deputados. Muitas das nossas mulheres e dos nossos novos deputados foram expressão da primavera das mulheres, da luta do #EleNão. Isso é resultado de um processo concreto de mobilização, mas é um crescimento insuficiente, quando pensamos no país.

Mas qual é a forma de se enfrentar a extrema direita?

Acho que essa é a pergunta central do momento. É óbvio que temos de resistir à agenda deles. É evidente que, quando houver ameaças às liberdades democráticas, precisamos fazer toda unidade de ação com qualquer um – com o Diabo e a sua avó, como diria Trotsky – para que não se avance sobre as liberdades democráticas. Estou falando de unidade de ação, não de unidade eleitoral. Unidade de ação concreta, como no caso da ideia de se fazer um novo

AI-5, na defesa de Glenn Greenwald, ou na defesa da jornalista Patrícia Campos Mello. Precisamos ter elementos de frente única, mas precisamos golpear juntos e marchar separados. Não só porque o PSOL precisa se colocar, por termos um programa diferente, mas porque também é a partir da ausência de uma esquerda antissistema com influência de massas que a extrema direita acaba ocupando espaço. Enfim, nós precisamos potencializar uma esquerda antissistema, antirregime e anticapitalista sem sermos sectários, porque é preciso ter unidade de ação, mas ao mesmo tempo sem perder a independência. Temos de ir além do “Fora Bolsonaro” e avançar para medidas que possam dar um canal para movimentos de massa e chamar mobilizações mais duras.

E há diferenças no interior da oposição?

Acho que, dentro da oposição ao gover-



no Bolsonaro há um setor que quer esperar 2022 como a direção petista e o próprio Lula, não apostando em medidas mais radicais agora para derrotar Bolsonaro. Com isso, não investe em manifestação de rua e em auto-organização, o que é um risco enorme. Não sabemos como será 2022, ainda mais em um governo como esse.

No caso da reforma tributária, por exemplo, a oposição ao governo teve unidade?

A burguesia pretende fazer a reforma tributária apenas para simplificar a tributa-

ção. O problema de nossa carga tributária é ela ser regressiva. Isso passa pela taxa-ção dos pobres, na prática, com 50% da taxa-ção sobre o consumo. A oposição propõe uma série de medidas no sentido contrário, como taxar patrimônio, renda etc. Não há problema em o PSOL se somar a outros partidos, embora eu ache que, em determinados momentos, temos que apresentar as nossas propostas. Ocorre que assinar junto não significa esquecer que, durante 13 anos, o PT esteve no governo e não fez nada para mexer na estrutura econômica e política do país.

Dê exemplos, por favor.

Sobre a taxa-ção das grandes fortunas, temos o projeto da Luciana Genro que eu desarquivei e está tramitando. O PT nunca tentou, assim como fazer a taxa-ção sobre lucros e dividendos. Eles se propuseram a ser os gerentes do condomínio do poder com uma lógica de que, se sobrar dinheiro no bolo, como na ideia do Delfim Netto, nós repartiremos melhor. Foi o que aconteceu. Nos governos Lula houve um cenário econômico mais favorável. O Brasil fez mais relações Sul-Sul – e não apenas Norte-Sul –, o que expandiu nossos mercados. As gestões petistas ampliaram o Bolsa Família e criaram medidas compensatórias e assistenciais que obviamente são importantes, mas não são estruturais. Na primeira crise econômica, cai tudo por terra. E, mais do que isso, leva ao que se viveu, com o ceticismo em relação a projetos de transformação do país, tanto econômicos como políticos. O único plebiscito que fizeram foi sobre o Estatuto do Desarmamento, em 2005. Ou seja, nunca chamaram o povo para participar. Pelo contrário. A consigna do Lula em 2010 era “deixa o homem trabalhar”. Deveria ser “organizem-se, façam e venham

junto comigo trabalhar contra esse modelo de dominação”, mas não. Era “deixa o homem trabalhar”...

O que significa isso, na prática?

Temos aí o pior ainda da experiência petista, pois assim se desorganiza o movimento por baixo. Há também um elemento de inclusão via consumo, que obviamente tem impacto na vida das pessoas, pois conseguem consumir mais, embora tenham se endividado. No fim das contas, existe um elemento de consumo que muda a vida imediata da pessoa, mas não muda a consciência, não muda a auto-organização e não muda a estrutura social. E, agora, eles apresentam uma reforma tributária que jamais tentaram. A situação que vivemos hoje começou quando chamaram Joaquim Levy para dirigir a economia. É óbvio que o foco não é gastar todo o nosso tempo batendo no PT. É preciso enfrentar a extrema direita. Mas, também, nós temos que mostrar nossos projetos políticos e a diferenciação, sob pena de não nos apresentarmos como uma esquerda independente, capaz de construir uma alternativa no Brasil. Por isso não podemos ter um balanço distorcido do passado, pois está em curso uma narrativa de que “foi tudo maravilhoso” nos anos petistas.

Mas você não foi militante petista?

Eu fui do PT entre 1998 e 2003. Há uma narrativa segundo a qual a experiência do impeachment cortou uma trajetória exitosa. Houve, é claro, um golpe parlamentar, com as características que conhecemos, e isso interrompeu a experiência petista, além de ter consequências danosas para o país. Tudo foi embalado pelo discurso de que a governabilidade é um elemento essencial, que não havia como ser diferente, que não tinha outro caminho. Isso é uma falácia. Eu brinco com meus amigos, e também dou muitas entrevistas para redes petistas, falando que o PT era petista quando eu era adolescente. Se alguém chegasse num encontro do PT, há vinte anos, e dissesse que o PMDB seria nosso aliado, que o Michel Temer seria aplaudido em um congresso do partido, que nós governaríamos com Sarney e Maluf, eu ia chamar essa pessoa de maluca. Eu era uma menina, claro, não estava acompanhando com profundidade os movimentos do Zé Dirceu, por exemplo. Desde 1994 ele já vinha entrando um pouco nesse caminho...

A situação que vivemos hoje começou quando chamaram Joaquim Levy para dirigir a economia. É óbvio que o foco não é gastar todo o nosso tempo batendo no PT. É preciso enfrentar a extrema direita. Mas, também, nós temos que mostrar nossos projetos políticos e a diferenciação, sob pena de não nos apresentarmos como uma esquerda independente, capaz de construir uma alternativa no Brasil

Você afirma haver quem queira reconstituir o regime da Nova República. De quem se trata?

Uma evidência disso foram as demonstrações políticas e as falas do Lula depois de sair da cadeia. Obviamente, acho sua soltura uma vitória democrática. Isso não está em debate, mas sim os sinais públicos e a orientação política que dá. Ele está dizendo que não se pode pedir impeachment só porque nós não gostamos de Bolsonaro. Ninguém está falando em gostar ou não, e sim de um projeto autoritário de poder. Isso mostra que ele pretende seguir os parâmetros do regime democrático burguês, como se o Bolsonaro não representasse perigo real. Lula tenta remontar a Nova República, o que eu acho impossível. A Nova República morreu. O que virá daí eu não sei. Pode vir um fechamento do regime, mais grave ainda. Pode ser que as vozes democráticas, que na minha opinião são majoritárias no Brasil, consigam reverter esse processo. Pode ser que a eleição nos EUA tenha repercussão do que vai ser a extrema direita no mundo inteiro. Pode ser que muitos cenários ocorram.

O PSOL é a única bancada com paridade de gênero. Qual é a importância disso? Qual é o peso das mulheres no Congresso?

O PSOL tem a única bancada paritária e com muita diversidade. Acho que isso é um mérito não só da conjuntura, da Primavera Feminista, mas também das mulheres do partido, da ideia de representação de 50% de homens e mulheres nas direções partidárias. O PSOL sempre foi um partido muito feminino. Nasceu com líderes mulheres, como a Luciana Genro e a Heloisa Helena, além do Babá e do João Fontes. Essas medidas de ter o feminismo anticapitalista como um norte, mas ao mesmo tempo pensar medidas internas de ampliação da participação das mulheres, também são fundamentais para que nós tenhamos essa diversidade e representatividade na bancada. No Congresso, houve um aumento inédito da bancada feminina. Passamos de 10% para 15% do total de parlamentares. Há contradições, pois há também mulheres de extrema direita. São minoritárias em sua representação, mas existem. São mulheres que não só reproduzem o discurso do Bolsonaro, mas também reproduzem o machismo e o modelo patriarcal que leva à desigualdade, à violência, ao sexismo e tudo o mais que estamos vivendo.

Justiça tributária para a reorganização da economia



SHUTTERSTOCK

A globalização mostra sua face perversa: a interdependência imposta pelas cadeias globais de valor, em prol de uma maior especialização e eficiência, oculta uma imensa vulnerabilidade para empresas e Nações

A reforma tributária sempre foi uma bandeira importante para os partidos de esquerda. Trata-se de um instrumento que, bem aplicado, pode levar à distribuição de renda da sociedade. A pandemia causada pelo novo coronavírus, ao mesmo tempo em que provocou um aumento expressivo de demandas por ampliação dos serviços de saúde, vem ocasionando uma queda abrupta da arrecadação, fruto da redução da atividade econômica

Camila de Caso

CRISE SANITÁRIA NO BRASIL

Vivemos uma crise econômica mundial provocada pela disseminação do coronavírus que tem natureza distinta das crises

anteriores observadas no capitalismo. Neste caso, o início da crise se deu no mundo real, na esfera produtiva, posteriormente atingindo os mercados financeiro e de crédito.

Desde a década de 1980, o capitalis-

mo intensificou a fase de globalização com nova estrutura de integralização do comércio gerando uma nova ordem econômica a partir da competição entre os distintos sistemas de produção nacional. De um lado tivemos o movimento de cen-

tralização do capital e de outro a descentralização da produção.

Agora, a globalização mostra a face perversa: a interdependência imposta pelas cadeias globais de valor, em prol da maior especialização e eficiência, oculta uma imensa vulnerabilidade para empresas e Nações. A necessidade de importação de peças da China para continuidade da produção global é uma realidade. Num primeiro momento, pouco a pouco, os polos industriais de cada país foram fechados a fim de conter a disseminação acelerada do vírus a partir da importação de peças intermediárias para a garantia da continuidade das cadeias produtivas e os impactos no mercado acionários foram imediatos.

O segundo fator que corroborou para a

desorganização das cadeias produtivas globais foi a queda na produção industrial e de serviços. Nos primeiros meses do ano a produção chinesa registrou queda de 13,5%, cuja participação no PIB mundial é de quase 20%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). As vendas no varejo e o investimento em ativo fixo caíram 20,5% e 24,5%, respectivamente, nos dois primeiros meses do ano.

SINAIS DE DESABASTECIMENTO

A interrupção de importação dos países europeus a fim de conter a disseminação do vírus em meio a medidas protecionistas somada à contração industrial da China já dá sinais de um desabastecimento de bens intermediários.

Concomitante, tivemos a disputa geopolítica entre Arábia Saudita e Rússia que evidencia a interdependência das cadeias globais de valor já citada. Esse enfrentamento - que se traduziu para desvalorização do preço do barril de petróleo no mercado internacional - é também exemplo dessa interdependência ao afetar diretamente as cadeias produtivas e as empresas do setor de energia. Ela é particularmente negativa para países dependentes da renda do Petróleo. Vale notar que internamente teremos também efeitos negativos na arrecadação dos Estados extratores da matéria-prima advindos da perda de fonte de royalties em um momento onde se fará necessário o aumento do investimento e transferências de renda.

Ao que tudo indica, os efeitos da crise sanitária no Brasil serão devastadores. Se na economia é possível diminuir a perda de lucro e reverter a tendência de longo prazo, quando tratamos de vidas as decisões devem ser tomadas imediatamente. Temos demandas urgentes nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, assistência social e trabalho. O que nos traz de volta sempre a mesma questão: de onde virá o dinheiro para que o Estado consiga atender às demandas de investimento público? Como financiar o combate ao covid-19?

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

São inúmeros os mecanismos que o Estado detém para conseguir atenuar os efeitos econômicos e proteger a população mais vulnerável garantindo uma renda básica durante o momento de pandemia. É necessário também que o Estado assista às pequenas e médias empresas e que nacionalizem os fluxos de rendimento para que não jogue à própria sorte parcela da população que historicamente carrega o país nas costas, por meio da produção de seu excedente.

É verdade que em uma economia como a brasileira as restrições financeiras para o gasto público são poucas, se não inexistentes. Aqui, o Estado deve agir rápido de maneira a assegurar que todos, inclusive a classe trabalhadora, possam tomar as necessárias medidas de isolamento social de modo a reduzir ao máximo a velocidade de disseminação do vírus para que o sistema de saúde dê conta da demanda.

Porém, se, ao contrário do divulgado

pelos economistas *mainstream*, é verdade que o Estado não está quebrado, também é verdade que se tivéssemos avançado em pautas que aumentam o poder de arrecadação, ao invés de reformas que reduzem gastos, estaríamos, hoje, em situação melhor do que a atual.

É necessária uma reforma tributária no Brasil que tribute mais os super-ricos e traga alívio financeiro para a população brasileira.

SEM TOCAR NO ESSENCIAL

O ano de 2019 foi marcado pelo primeiro ano do governo Bolsonaro, no qual a principal medida foi aprovar a Reforma da Previdência, ou seja, diminuir direitos da classe trabalhadora para garantir a continuidade das taxas de lucro do setor privado.

Também em 2019 tramitaram no Congresso Nacional duas propostas de reforma tributária. Uma na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45 de 2019 apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e elaborada em parceria com o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Outra no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 110 de 2019 que tem conteúdo idêntico ao substitutivo aprovado na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 293 de 2004 da Câmara dos Deputados, tendo como relator o Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

É importante destacar que ambas as propostas visam a simplificação de impostos, não avançam nos principais problemas de nossa atual carga tributária. A diferença entre as duas propostas que tramitaram em 2019 no Congresso Nacional é a escolha de quais impostos e/ou tributos seriam unificados. Vale ressaltar também que a vontade política do atual Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em se chancelar perante o mercado financeiro fez com que a PEC nº 45 de 2019 avançasse mais no Congresso trazendo maior protagonismo a Casa. Em decorrência do exposto, trataremos de detalhar mais a Proposta da Câmara dos Deputados.

A PEC nº 45, de 2019, avança ao simplificar a incidência de tributos sobre bens e consumos na carga tributária brasileira – popularmente conhecida por ser caótica pela quantidade de impostos oficiais divididos entre municípios, estados e a

Ao que tudo indica, os efeitos da crise sanitária no Brasil serão devastadores. Se na economia é possível diminuir a perda de lucro e reverter a tendência de longo prazo, quando tratamos de vidas as decisões devem ser tomadas imediatamente. Temos demandas urgentes nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, assistência social e trabalho

União. Porém, é limitada e não atinge o principal problema: a falta de progressividade na tributação de renda e patrimônio no Brasil aprofunda e reproduz a desigualdade social. Ou, como disse Eurico Marcos Diniz de Santos, diretor do CCiF, em audiência pública da “Comissão Especial da PEC 45/2019 - Reforma Tributária” no dia 01 de outubro de 2019, não há reforma, é somente uma simplificação de impostos.

REDISTRIBUIR RECURSOS

No momento que o debate econômico colocado pelo Ministério da Economia, dirigido por Paulo Guedes, diz respeito a falta de recursos para financiar e viabilizar o isolamento social a fim de salvar vidas a partir de transferência de renda para a população em maior vulnerabilidade – tal qual o praticado ao redor do mundo por governos tanto de esquerda quanto de direita – é urgente e necessário que seja debatida a arrecadação de tributos como função redistributiva para a sociedade.

Se o debate permeia o campo de que o Estado não tem capacidade financeira de honrar com suas obrigações, sendo omisso e severo ao não interferir ativamente para diminuir o caos social que a população já vinha se deparando e que se intensifica a partir da crise sanitária, é necessário que se diminua a incidência de tributos sobre bens e serviços – que o Brasil se encontra acima da média dos países da OCDE em proporção ao PIB – e aumente progressivamente a incidência de tributos sobre renda e patrimônio dos super-ricos.

Grosso modo, o objetivo prioritário da PEC 45/2019 desenhada é promover a migração para um novo modelo com dois impostos: um imposto moderno sobre o valor adicionado, batizado de IBS; e um Imposto Seletivo (IS) com incidência sobre bens específicos cujo consumo se deseja desestimular (bebidas alcoólicas, produtos do fumo etc.).

A implementação do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) se propõe a simplificar a carga tributária brasileira a partir da unificação de tributos que incidem sobre o consumo de bens e serviços. A simplificação se dará sobre impostos e contribuições da esfera da: (i) União, sendo esses, IPI, PIS e Cofins; (ii) na esfera Estadual, ICMS; e (iii) Municipal, ISS. Portanto, podemos dizer, com conforto, que a proposta de unificar as alíquotas desses cinco

tributos e alterar a arrecadação dos entes federativos colocando como substitutivo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) visa apenas simplificar a tributação de bens e serviços no país.

DISCURSO SIMPLISTA

É senso comum que a carga tributária brasileira é pesada no bolso da população e de difícil compreensão. Por isso, o discurso raso de que uma proposta de reforma tributária que simplifique, a partir da unificação e diminuição das alíquotas incidentes, e que modernize o sistema de tributação, trazendo a falsa percepção de sobra de renda a partir da redução de alíquota sobre alguns bens e serviços no pagamento de impostos para o governo, tem forte apego popular.

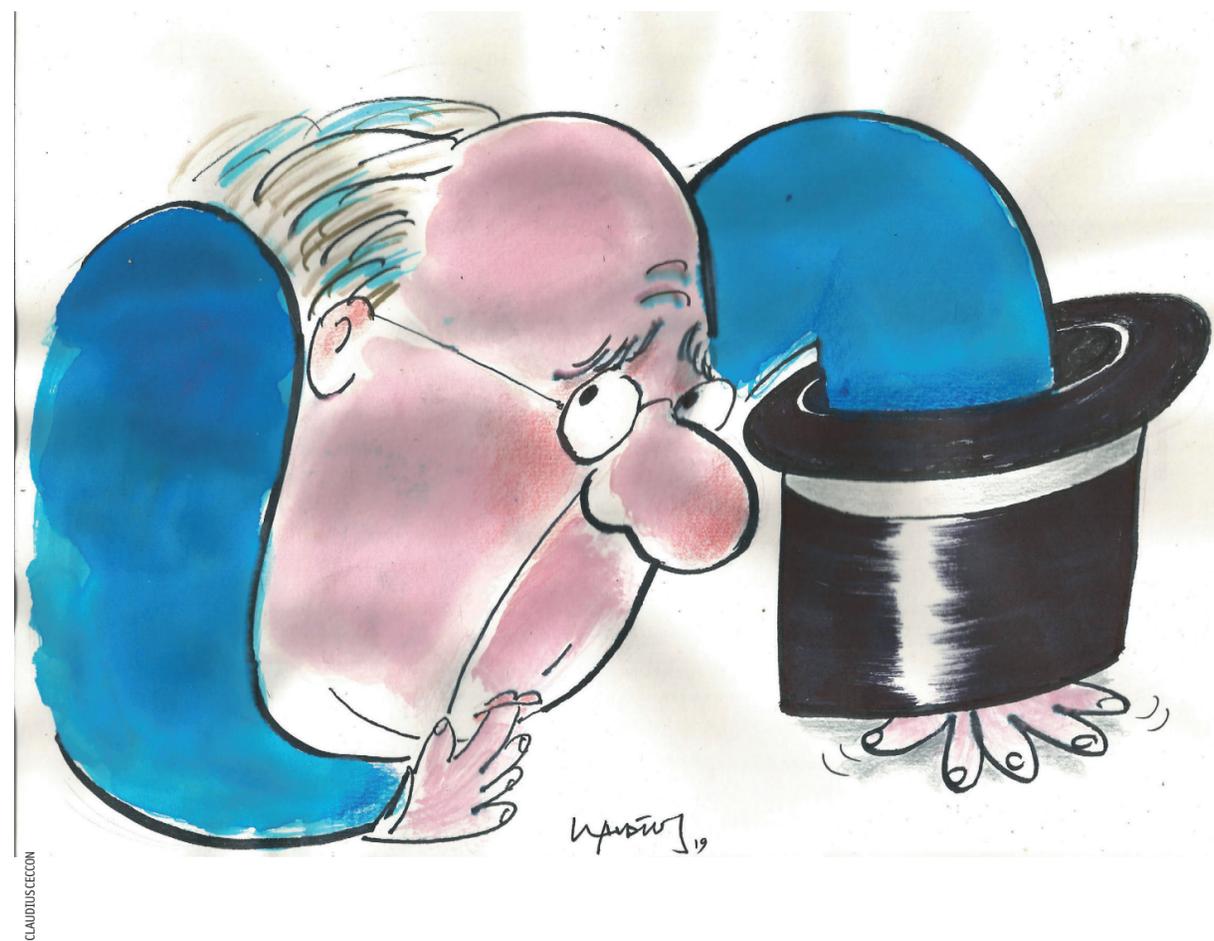
Diferentemente dos tributos brasileiros, o IBS vem no formato do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). No modelo atual de tributação, os impostos e regimes cumulativos e não cumulativos de recolhimento convivem entre si, dificultando o apro-

A uniformização das alíquotas dos impostos incidentes sobre bens e serviços apenas redistribuirá a carga entre esses dois setores, isto é, não altera a estrutura da carga tributária

veitamento de créditos tributários, e fazendo “efeito cascata” ao longo da cadeia produtiva e sobre as exportações e investimentos. No novo modelo, a literatura internacional informa que o imposto sobre valor agregado tem mecanismo de pleno aproveitamento de créditos tributários, fazendo com que a incidência se dê de maneira não cumulativa e exclusiva sobre o consumo final e nem sobre as exportações e investimentos.

Em outras palavras, podemos afirmar que a incidência cumulativa ao longo da cadeia de produção, desde o fornecedor de matéria prima até o consumidor na ponta, se soma o valor de cada etapa da cadeia produtiva acumulando ao longo do processo até chegar no valor acumulado final, recaindo sobre o consumidor. Esse seria o “efeito cascata”.

Já o modelo não cumulativo, ou seja, o do imposto sobre valor agregado, a cada etapa do modo de produção se é descontado o valor do tributo pago na etapa anterior do valor dessa nova etapa, por-



tanto, agregando o valor anterior a cada parte do processo de produção. Esse tipo de modelo pode ser chamado também de “crédito financeiro”, considerando que todo imposto pago nas etapas anteriores da cadeia de produção e comercialização venha a ser recuperado.

Um imposto do tipo IVA vem no sentido de que o imposto pago pelo consumidor final corresponda exatamente à soma do imposto que foi recolhido em cada uma das etapas de produção e comercialização do bem ou do serviço adquirido. Chama-se “crédito financeiro” porque de fato funcionará como um crédito para cada etapa do processo.

ALTERAR A CARGA TRIBUTÁRIA

Nos estudos de tributação internacional, o princípio da não cumulatividade foi pensado para garantir o ressarcimento integral do imposto incidente sobre bens e serviços utilizados na atividade produtiva. A ideia por trás do IVA é taxar o consumo e não a produção, em especial a partir do modelo apresentado pelo IBS na PEC nº 45/2019, na qual não há alteração da carga tributária brasileira e muito menos no percentual dos impostos que recaem sobre bens e consumo, renda e patrimônio.

A uniformização das alíquotas dos impostos incidentes sobre bens e serviços

No Brasil, quase 30% da renda está na mão de 1% da população e as regras tributárias privilegiam os mais ricos, em prejuízo dos mais carentes. O momento crítico em que vivemos pode ser uma grande oportunidade de trazer maior justiça à distribuição de renda no país

apenas redistribuirá a carga entre esses dois setores, isto é, não altera a estrutura da carga tributária, que continuará num patamar de pouco menos de 50% sobre o consumo, enquanto a tributação sobre renda e patrimônio permanecerá inalterada. O que deveria ocorrer, para aumentar a progressividade tributária, seria a redução da proporção de impostos pagos com bens e serviços para a população brasileira taxando mais renda e patrimônio.

A PEC propõe também a implementação do Imposto Seletivo (IS) que tem índole extrafiscal, cobrado sobre determinados bens, serviços ou direitos com o objetivo de desestimular o consumo. Ponto de outra forma, o IS completa o modelo proposto incidindo sobre bens específicos cujo consumo se deseja desestimular (exemplos, bebidas alcoólicas, produtos do fumo etc.). O modelo de IS visa a mudança de comportamento dentro da sociedade e não aumentar a arrecadação do Estado, por isso o caráter extrafiscal, o que for arrecadado via IS será descontado do valor arrecadado do IBS. Dessa forma, IBS e IS são complementares.

Modelos internacionais do que podemos colocar para elucidar o IS seria a tributação de meio ambiente. Será de competência federal e base de incidência ampla que incidirá em uma única etapa (monofásica)

sobre bens e serviços específicos.

Portanto, a incidência é monofásica sendo a tributação realizada apenas em uma etapa do processo de produção e distribuição, e nas importações. Sendo assim, o IS e o IBS são tributações complementares.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária sempre foi uma bandeira importante para os partidos de esquerda por ser um instrumento que, bem aplicado, pode levar à distribuição de renda da sociedade. A pandemia causada pelo novo coronavírus, ao mesmo tempo que provocou um aumento expressivo de demandas da sociedade por ampliação dos serviços de saúde, vem ocasionando uma queda abrupta da arrecadação, fruto da redução da atividade econômica. Estima-se que os Estados e o Distrito Federal sofrerão uma perda de arrecadação da ordem de R\$ 14 bilhões nos próximos três meses, como informa o Conselho Nacional de Política Fazendária do Ministério da Economia (Comsefaz).

O governo Bolsonaro tem sido rápido em apresentar medidas para limpar o fluxo de rendas negativas do sistema financeiro, porém não age nem de longe com a mesma responsabilidade com a sociedade.

O Estado tem que agir no sentido de dar segurança para a sociedade que se encontra em alta vulnerabilidade. As medidas urgentes de combate ao covid-19 devem ser financiadas a partir de aumento do endividamento público e o mundo deverá se acostumar por um longo período a viver com suas economias com alto grau de endividamento em relação ao PIB.

A PROPOSTA DO PSOL

No Brasil, quase 30% da renda está na mão de 1% da população, as regras tributárias privilegiam os mais ricos, em prejuízo dos mais carentes. Um momento crítico como este deve ser visto como uma grande oportunidade de trazer maior justiça à distribuição de rendas no país. O litígio tributário chega a cerca de 40% do PIB brasileiro já descontado os créditos podres, ou seja, irrecuperáveis.

Desse modo, o PSOL apresentou propostas na PEC 45/2019 e retoma o debate dentro da Câmara dos Deputados a partir de medidas de:

1. Eliminação da isenção da taxa de lucros e dividendos gerando um im-

O sistema tributário é um instrumento de política econômica indireta, que permite aumentar a renda disponível para a população, sem que se mexa nos gastos do Estado. É possível e urgente a alteração da carga tributária incidindo mais sobre renda e patrimônio e reduzindo a tributação sobre bens e consumo

pacto de R\$ 55 bilhões.

2. Aumentar a alíquota de Imposto sobre Herança para os super-ricos, impacto positivo de R\$ 35 bilhões.

3. Criação de cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para aviões e embarcações de passeio, impacto de R\$ 4,6 bilhões.

4. Implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), impacto de R\$ 36,7 bilhões.

5. Criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física (CSPF), impacto de R\$ 28,1 bilhões.

Por fim, nossa atual carga tributária é altamente regressiva com 48,44% dos tributos incidindo sobre os consumos de bens e serviços, quando a média dos países da OCDE é de 32,55%. Temos uma carga tributária em relação ao PIB alinhada à média dos países da OCDE, porém concentradora de riqueza.

O sentimento que o cidadão comum tem de que paga muitos impostos, mostra-se uma verdade pela alta regressividade da carga tributária brasileira, que faz com que os mais pobres e a classe média paguem mais impostos proporcionalmente a sua renda recebida em relação aos super-ricos. A regressividade da carga tributária afeta diretamente o bolso da maior parcela da população.

Para além de fonte de financiamento de políticas públicas, o sistema tributário é um instrumento de política econômica indireta que permite aumentar a renda disponível da população sem que para isso se mexa nos gastos do governo. É possível e urgente a alteração da carga tributária brasileira incidindo mais sobre renda e patrimônio e reduzindo a tributação sobre bens e consumo. Os governos que vão antes resolverem a crise sanitária, apresentarão também retomada econômica mais acelerada, como até mesmo o FMI vem demonstrando. O que falta é vontade política deste governo.



Camila de Caso é economista, assessora da bancada do PSOL e mestrandia em

desenvolvimento econômico pela UNICAMP



O ATAQUE À EDUCAÇÃO

Por que a extrema direita precisa aniquilar a inteligência?

Vivemos tempos obscurantistas na área de Educação, em todos os níveis. Os ministros do governo Bolsonaro caracterizam-se por conhecimentos rudimentares, falta de experiência, inépcia e um comportamento autoritário digno do fascismo terraplanista. Não tentam apenas estrangular o setor público com falta de verbas e ataques à inteligência, mas de impedir seu funcionamento democrático para prejudicar a população

Lisete Arelaro

Estamos vivendo situações tão caóticas no Brasil, que se torna difícil analisar com objetividade os fatos e particularmente o processo de destruição dos sistemas públicos de atendimento social à população. No entanto, não restam dúvidas de que o atual governo tem uma particular pre-

dileção com o desmonte da Educação, da Ciência, da Tecnologia e das Artes.

Durante a campanha eleitoral, o atual presidente já dava sinais dessa neurose, pois apresentou como prioridades duas ações: a criação de 200 escolas cívico-militares e a condenação do professor Paulo Freire ao ostracismo, por vincular a falta de qualidade do ensino público brasileiro

ao uso das ideias de nosso patrono da Educação. Naquela época, ameaçava substituí-lo por outra figura, sob o argumento de que seria um “comunista”. Logo, a acusação se generalizou por todas e todos que o admiravam. Após a eleição, partidários do presidente apresentaram um Projeto de Lei, propondo que o novo patrono fosse Padre Anchieta.

Por que Paulo Freire é considerado tão demoníaco, apesar de ser o educador mais condecorado do país e o único brasileiro lido entre os cem maiores pensadores em língua inglesa?

Porque Freire sempre defendeu que todo ato pedagógico é político. Isso implica opções sobre o que nós, professoras e professores, militantes e educadores populares acreditamos ser o futuro da nossa

Por que Paulo Freire é considerado tão demoníaco, apesar de ser o educador mais condecorado do país e o único brasileiro lido entre os cem maiores pensadores em língua inglesa? Porque Freire sempre defendeu que todo ato pedagógico é político

sociedade. Duas outras ideias decorrem desse pensamento.

Primeira, Paulo Freire destaca que a educação e a ciência são atos coletivos, que envolvem grupos que acreditam nas mesmas ideias e trabalham na construção de perspectivas comuns.

Segunda, que não há pensamento político que não gere um processo de conscientização, e esse é o pensamento que

permite o conhecimento da realidade. Por isso, esse pensamento é crítico e, como tal, implica diálogo permanente com os diferentes grupos sociais que viabilizem um projeto de transformação social.

EQUÍVOCOS EM SÉRIE

A escolha do Ministro da Educação já indicava que alguma coisa estava muito equivocada para o grupo que assumia o governo. O primeiro foi Ricardo Vêlez. Trata-se de um colombiano que, além de ser amigo de Olavo Carvalho, extravagante guru do presidente, só tinha dado aulas num colégio militar. Não conhecia nada da realidade acadêmica universitária. Sua atuação foi desastrosa, o que levou a substituição em menos de três meses.

Dentre tantos absurdos, três das suas declarações merecem destaque, pois elas nos ajudam a entender o projeto que estavam tentando implantar no país.

Primeira: mudar os livros didáticos para revisar a maneira como se tratava a ditadura militar e o golpe de 1964. Vêlez considerava que tais processos eram minimizados e perdiam a importância histórica de movimento cívico militar que haviam mudado no Brasil. Além disso, o presidente afirmava não ter existido tortura no período da ditadura. Como protestamos, mostrando que se tratava de fatos incontestáveis, documentados e que parte das pessoas torturadas estavam vivas para testemunhar, passamos a ser chamados de “marxistas culturais”. O governo entendia ser essa uma acusação pejorativa para nos desqualificar. Na verdade, essas atitudes já indicavam que haveria um controle das informações e que as consideradas verdadeiras por eles deveriam estar presentes nos livros didáticos. O debate público sobre a obrigatoriedade do estudo do criacionismo como uma teoria científica foi um bom exemplo disso.

A segunda manifestação do ministro foi uma proposta que explicitava haver sido estabelecida uma nova ditadura no Brasil. Vêlez sugeriu que a direção das escolas filmasse os alunos cantando o Hino Nacional e enviasse o vídeo ao MEC. Depois, repensou por descobrir que as imagens dos alunos eram privativas e, portanto, a divulgação seria ilegal sem autorização dos responsáveis.

E a terceira inconveniência ministerial foi, numa crise de sinceridade, ter afirma-

do que a Universidade não é para todos. É verdade que, apesar dos protestos, o MEC começou a rever o sistema de bolsas do Fies e do Prouni e a incentivar o ensino a distância (EAD). Além disso, aventou a possibilidade de se estabelecer a cobrança de mensalidades nas Universidades federais, já que os estudantes nelas matriculados seriam necessariamente ricos.

O FLAGELO WEINTRAUB

A demissão foi fruto da repercussão negativa das propostas, mais do que uma eventual contradição dos objetivos do governo. Em Educação, aprendemos que tudo pode piorar. Assim, foi nomeado Abraham Weintraub, um professor que sequer domina a língua portuguesa e que todos os dias consegue falar/propor uma bobagem ou disparate diferente. A partir do novo titular do MEC, o projeto para destruição das Ciências e da Tecnologia nas Universidades públicas, Institutos Federais e Instituições de Pesquisa vai ficando nítido.

Logo surgem os terraplanistas. Pensamos ser brincadeira. Não, de fato dirigentes do MEC afirmaram acreditar que a Terra é plana. E que tinham provas científicas para tal. Hoje, até o Presidente da CAPES, ex-professor e ex-reitor da UFPB e da Universidade Mackenzie, assumiu que acredita nisso.

As primeiras providências foram a redução de investimentos básicos para sobrevivência das instituições. Os cortes, já no final do mês de maio de 2019, apontavam falta de recursos para o pagamento de água, luz, gás, telefone e material de higiene na maioria das Universidades e institutos federais. Os funcionários terceirizados foram o segundo grupo a ser atingido pelas medidas. A alegação recorrente era a obediência estrita à Emenda Constitucional nº 95 – conhecida como emenda do “fim do mundo”, uma vez que suspende por 20 anos os investimentos nas áreas sociais – obrigando que gestores públicos cortassem em praticamente 50% o número de funcionários de limpeza, segurança e apoio nos diferentes campi universitários.

Para o governo, ambiente limpo e saudável para estimular o estudo é dispensável e até desnecessário. A crise é real até hoje e vem se agravando, pois os servidores que permanecem nas unidades de

Abraham Weintraub é um professor que sequer domina a língua portuguesa e que todos os dias consegue falar/propor uma bobagem ou disparate diferente. A partir do novo titular do MEC, o projeto para destruição das Ciências e da Tecnologia nas Universidades públicas, Institutos Federais e Instituições de Pesquisa vai ficando nítido

ensino são submetidos a trabalhos exaustivos, com dupla jornada de trabalho.

VIVA A IGNORÂNCIA

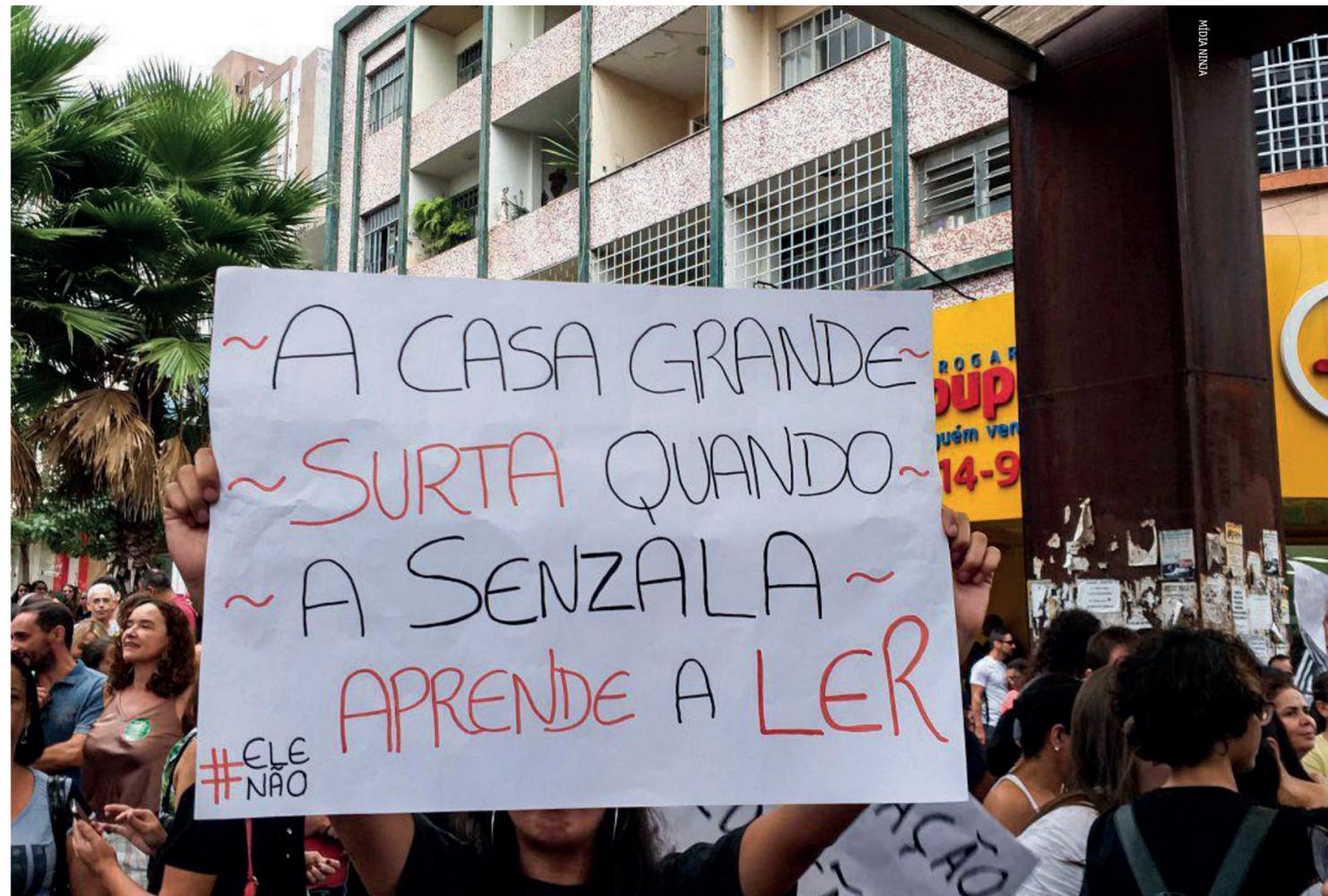
Como se não bastassem essas duras e falsas medidas de economia, a segunda decisão atingiu o coração das Ciências, das Artes e das Tecnologias, por meio do corte de cerca de 8 mil bolsas de estudo de alunos de pós-graduação, tanto de mestrado quanto de doutorado. O subsídio é condição fundamental para qualquer estudante poder se dedicar integralmente aos estudos, à pesquisa e às atividades acadêmicas. Some-se a isso o fato de não ter havido reajuste nos valores há sete anos. O corte atingiu, inclusive, quem estava com a bolsa em vigência e alguns, em estágio fora do país.

O ministro nunca se doutorou – apesar de ser sua obrigação –, foi aluno relapso na graduação e não apresentou algum projeto de pesquisa às agências financiadoras Capes, CNPQ ou Fapesp, evidentemente não sabe a importância das bolsas para a formação acadêmica da juventude.

Como se não bastasse isso, no dia 19 de março de 2020, o presidente do CNPQ – o astrônomo – baixou uma Portaria (nº1122/2020) definindo como prioritárias as áreas de Tecnologias para a concessão de bolsas de estudos para os projetos de pesquisa, de desenvolvimento e inovações, no período de 2020/2022 e surpreendentemente toda a área de humanidades e artes foi excluída.

Na verdade, nenhuma fonte de recurso foi poupada. No Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a mesma lógica para sufocar a pesquisa foi adotada, com cortes de mais de 40% nos recursos. Paulo Guedes, titular da Economia, quer extinguir tal fundo, via Projeto de Lei encaminhado ao Congresso.

Por inveja ou maldade, membros do governo percebem que o conhecimento científico pode desmascará-los. O rol de disparates emanados dos ministros é grande. Há coisas como peixes serem inteligentes para se desviarem do óleo derramado no litoral, a exploração sexual das meninas no Norte ser causada pelo não uso de calcinhas, as ONGs serem responsáveis pelos incêndios na floresta amazônica, os índios não terem direito às terras ancestrais para justificar a exploração de minérios de seu subsolo ou as extensas



plantações de maconhas nos campi universitários, entre outras.

PRIVATIZAÇÃO DA PESQUISA

Não nos iludamos: a aparente crise criada tem um objetivo bem definido: acelerar o processo de privatização da pesquisa científica e das Universidades. Depois de ofender diariamente professores e alunos – os primeiros porque ganham muito e trabalham pouco e os segundos, por serem vagabundos – o ministro apresentou o projeto Future-se, que nada mais era do que a subordinação das linhas de pesquisa aos interesses do mercado. A legislação do governo Dilma – Lei nº 13.243, de 11/01/2016, que estabeleceu o novo Marco regulatório da Ciência, da Tecnologia e da Inovação – já permitia entrada das empresas nos nossos laboratórios e oficinas, sem “pedir licença”.

A situação se agrava por não haver substituição de professores que se aposentam ou morrem. Já temos departamentos especializados que não terão como continuar trabalhando, caso o pessoal não

O ministro nunca se doutorou – apesar de ser sua obrigação –, foi aluno relapso na graduação e não apresentou algum projeto de pesquisa às agências financiadoras Capes, CNPQ ou Fapesp

seja recomposto. Estima-se que só a Universidade de Brasília precise, de imediato, de 247 novos professores para continuar funcionando. Não se trata de criação de novos cursos ou ampliação de matrículas, mas simplesmente sobrevivência dos cursos atuais.

O movimento estudantil, apesar das grandes manifestações de rua que conseguiu realizar em 2019, sabe que os cortes orçamentários devem continuar, pois o objetivo do governo – que tem nas Universidades americanas o referencial – a curto prazo é o pagamento de mensalidades.

PROIBIÇÕES E LIMITES

Como se não bastassem as tentativas de se inviabilizar o funcionamento e comprometer a qualidade da pesquisa, do ensino e da extensão das Universidades públicas, o ministro resolveu dificultar mais um pouco a situação. “Proibiu” professores e servidores de participarem de eventos científicos ou de formação. Na sua pequenez – e desconhecimento do que significa e como se dá a socialização da Ciência

em encontros nacionais e internacionais promovidos pelas Associações Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em todas as áreas – o ministro queria estabelecer limites do número de participantes, por curso, por instituto e por Universidade. Esqueceu o principal: a autonomia institucional das universidades, garantida pelo art.207, da Constituição Federal/1988.

Weintraub parece odiar qualquer espaço de autonomia das escolas – em qualquer nível ou modalidade de ensino – buscando sempre formas de atingir o funcionamento minimamente democrático das instituições universitárias e resolveu que a escolha dos reitores passaria a ser dele. Qualquer observador perspicaz sabe que a democracia na Universidade é essencial para o funcionamento harmônico. Não é o que o ministro pensa. Ele quer que os conflitos internos ocupem o tempo da atividade acadêmica para que seus projetos extravagantes não sejam contestados. Isso pode acontecer, em especial, se as reitorias dependerem de recursos a contagotas pelo MEC.

ATAQUE À EDUCAÇÃO BÁSICA

Com relação à educação básica, é possível que alguns acreditem que por não ser área prioritária do MEC, ela teria sido poupada. Engano! Tivemos na realização dos exames do ENEM uma amostra das trapalhadas e incompetências que estavam por vir. “O melhor exame realizado”, disse o ministro diante do fato de mais de um milhão de alunos terem até hoje dúvidas em relação às notas.

Quando ao ensino fundamental, a situação se repete. Temos hoje um decreto que define o que é e como deve ser a alfabetização das crianças. O método sugerido é um dos mais antigos, o fônico, que favorece alguns vendedores de material didático. Claro que o responsável pelo feito não é um especialista e nunca alfabetizou ninguém. Além de ferir a autonomia docente, as inúmeras pesquisas na área já demonstraram que a professora alfabetizará conforme suas convicções pedagógicas.

Não bastasse isso, agora o MEC quer aplicar testes no 1º ano do ensino fundamental, para saber o quanto as crianças leem. Trata-se de proposta de alto custo e absolutamente desnecessária do ponto de vista pedagógico.

Ainda no que toca às crianças, a vonta-

Temos hoje um decreto que define o que é e como deve ser a alfabetização das crianças. O método sugerido é um dos mais antigos, o fônico, que favorece alguns vendedores de material didático



de de o ministro anterior mexer nos livros didáticos parece não ter desaparecido. Desde o início do governo, o MEC tenta mudar os editais para a produção de materiais didáticos, cada vez mais com menos exigências e desqualificando a qualidade da produção. É importante lembrar que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o maior processo de compra e distribuição de obras pedagógicas do Brasil e, evidentemente, é cobiçado pelas grandes editoras. Trata-se de setor altamente oligopolizado.

MATERIAIS DIDÁTICOS

O PNLD é um dos mais antigos programas educacionais do Brasil. Com diferentes nomes, ele existe desde 1937. A partir de 1985 as escolhas de livros passaram a ser feitas por professores. Atualmente, nota-se forte tendência para adoção de livro único em cada uma das disciplinas, gerada pela aprovação – sem discussão e por interesses espúrios – da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Temos o quadro ideal para isso acontecer: primeiro, implantou-se um sistema de avaliação nacional (Governo FHC); depois criou-se o Indicador do Desenvolvimento da Educação Básica (Governo Lula), com o estabelecimento pelo MEC de um índice a ser atingido por cada município e estado. Em seguida, vincularam-se recursos financeiros às unidades da Federação que ampliassem ano a ano seus resultados. Qual o parâmetro para se medir a qualidade de ensino de cada escola do Brasil? Os resultados nas provas nacionais que o sistema de avaliação elaborava.

Como ainda assim, as escolas não se enquadravam como desejado, criou-se a BNCC na qual são definidos os conteúdos que todos os alunos e alunas devem estudar em cada um dos anos escolares – da creche ao 9º ano do ensino fundamental. O ensino médio nesse momento ficou de fora.

No limite e radicalizando, se o Brasil adotasse um livro único, ficariam mais fáceis dois aspectos:

Primeiro: controlar os conteúdos que cada professor e professora trabalham e

Segundo: obrigá-los a adotar o livro oficial, com os conteúdos que o governo de plantão espera que sejam transmitidos nas escolas. E aí não importa que a maioria das escolas da educação infantil e do ensino fundamental esteja sob a responsabili-



dade dos municípios, pois estes terão que se submeter aos desígnios superiores.

Era tudo o que o governo Bolsonaro precisava. Não por acaso, o MEC, no final de 2019 autorizou que o próprio ministério produzisse livros e materiais didáticos além das editoras. A tentativa de facilitar para o próprio MEC essa tarefa já aconteceu. Já tentaram propor – e foram derrotados – que os autores não precisariam citar as fontes de onde haviam tirado as citações e informações, nem precisariam respeitar todas as regras da língua portuguesa. Foram editais que precisaram ser anulados pela pressão, inclusive das próprias editoras que historicamente haviam sido cobradas de aperfeiçoamento e qualificação da produção.

CONTEÚDOS DUVIDOSOS

Vai ficando evidente que o objetivo governamental é produzir livros para as quase 185 mil escolas de educação básica do Brasil, com conteúdos duvidosos. Seriam temas como criacionismo, Terra plana, negação do que chamam de “ideologia de gênero”, despolitização e “reinterpretação” dos fatos da história brasileira, em especial sobre o golpe empresarial-militar de 1964.

É importante lembrar que temos no

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica

Paulo Freire

MEC o maior número de militares ocupando cargos de direção, mesmo não sendo especialistas nas áreas. Nem a ditadura ousou tanto.

Com isso, trabalhar a pluralidade nas escolas e conhecer as condições de vida dos alunos para definir um currículo que traduza suas expectativas é algo considerado como “balbúrdia”. Obediência à hierarquia e não fazer perguntas aceitando como verdadeiro tudo que o professor disser é o desejo deste governo. Não são esses os objetivos das escolas cívico-militares, prioridade maior do atual presidente?

Essa é a razão por que a educação e a ciência têm que ser atacadas até à exaustão. Mas, não nos vencerão. À luta, pois!



Lisete Arelaro é professora titular sênior e ex-diretora da Faculdade de Educação da USP.

Foi por duas vezes secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em Diadema e também candidata ao governo de São Paulo (PSOL), em 2018

As propostas que podem resolver de forma duradoura os problemas na área de segurança pública dependem de mudanças estruturais no conjunto das relações sociais brasileiras. Segurança pública não deveria ser combate, mas tratar de localizar os problemas de rompimento de conduta, identificar seus promotores e, usando mais inteligência do que força, aplicar recursos legais para normalizar relações sociais em conformidade com os objetivos que interessam à maioria da população

Parâmetros para uma política de **SEGURANÇA PÚBLICA**

Amauri Soares

Pela natureza de classe das instituições, pelo abismo econômico e social existente na nossa sociedade e pelos quase quatrocentos anos de escravidão, o universo da segurança pública é marcado pela naturalização da violência, pela construção continuada de ódio e pelo sentimento de injustiça.

Sem entender a natureza das instituições às quais pertencem, muitos policiais passam a nutrir ódio e desprezo em relação aos setores sociais pobres onde vão atuar, e sua ação descamba para mais violência. Eles também são vítimas dessa violência que reverbera e contradita.

Um ambiente assim, torna-se propício para o desenvolvimento de milícias. E uma pergunta se impõe: como esperar que as vítimas de qualquer tipo de violência sigam confiando no poder público? Como esperar que aceitem a tese de que o Estado é muito punitivista e que é necessário diminuir o número de presos? É nessa dolorosa curva que nós da esquerda perdemos o debate para a direita, inclusive para a extrema direita, que promete institucionalizar e colocar na lei os métodos milicianos. Nos bairros empobrecidos é mais barato pagar a milícia do que pagar imposto. E a milícia cumpre o que promete.

O ESTABELECIMENTO DA MILÍCIA

A milícia se estabelece pelo consórcio de policiais corruptos com setores da sociedade dispostos a pagá-los para fazer justiça com as próprias mãos, com o respaldo de autoridades influentes nas esferas de poder.

Não existe milícia sem três elementos:

1 - policiais que se corrompem, desviando-se da função pública para ganhar “um por fora”, com o uso do cargo e dos instrumentos de trabalho;

2 - setores da classe média ou da pequena burguesia dispostos a pagar “um por fora” a policiais corruptos para eles “limparem a área”, ou seja, expulsarem ou matarem pessoas indesejadas na região que esses setores atuam; e

Sem entender a natureza das instituições às quais pertencem, muitos policiais passam a nutrir ódio e desprezo em relação aos setores sociais pobres onde vão atuar, e sua ação descamba para mais violência

3 - autoridades das instituições e dos poderes do Estado.

A composição com dois desses elementos (policiais corruptos e setores sociais dispostos a pagá-los) existe há muito tempo no Brasil, e não chegava a adquirir a influência que passou a ter nos últimos anos ou décadas. Faltava o terceiro sujeito social para formar o que no Brasil de hoje se chama de milícia, e este elemento veio de dentro dos aparatos de poder do Estado, seja de dentro das próprias instituições de segurança, das esferas de governo dos estados, ou de instituições federais, como deputados, senadores etc, ou de todos esses lugares ao mesmo tempo.

COBERTURA INSTITUCIONAL

Com a participação de autoridades na partilha e cobertura institucional para o “negócio”, policiais corruptos se tornaram mais poderosos e passaram a intimidar todos os comerciantes dos bairros a “participar do rateio”, ou seja, pagar tais policiais e a organização criminosa que os protege. Se antes alguns poucos comerciantes pagavam os profissionais de segurança para trabalhos específicos ou para patrulhas mais frequentes - e havia

um pacto de silêncio entre eles porque as corregedorias das instituições algumas vezes apuravam e puniam -, agora, com o respaldo de autoridades, essa estrutura se generaliza e se expande.

Diversos outros setores das comunidades onde a milícia se instala passam a ser coagidos a pagar uma espécie de imposto para ter a “segurança” que só a milícia pode oferecer.

Esse arranjo de policiais corruptos e autoridades se torna o elo dominante da milícia, privatiza as funções do Estado segundo o interesse financeiro e eleitoral do próprio grupo, e constitui uma espécie de “Estado paralelo” por dentro do próprio Estado oficial.

O “Estado paralelo” dos traficantes tinha uma tênue influência dentro das instituições de segurança, pagando propina para alguns policiais. A milícia é muito mais poderosa, pois está bem instalada nas esferas de poder do Estado e tem capacidade até para subordinar o poder do tráfico, que por vezes combate e por vezes se torna sócia majoritária, passando a gerenciar também o tráfico de entorpecentes e de armas em algumas regiões. Exemplo disso, viu-se na apreensão de 117 fuzis feita na casa de um dos presos por executar Marielle Franco e Anderson Gomes. Uma apreensão desse porte indica um esquema bem organizado de tráfico internacional de armas.

Cabe destacar, antes de prosseguir, que milícia é o termo brasileiro para definir a organização criminosa descrita acima. Em outros países, esse termo é usado para definir organizações sociais ou militares com objetivos diferentes, e até mesmo com filosofia oposta.

Precisamos entender por que perdemos o debate da segurança na sociedade, des-trinchar todos os motivos que levaram Bolsonaro a ser eleito presidente da República e eleger quase todo mundo que lhe copiou na ignomínia. Precisamos achar uma forma diferente, mais didática, para apresentar nossas posições sobre as questões de segurança pública e reverter a situação sem abrir mão das nossas posições.

DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS

A desmilitarização das polícias é um elemento importante nas políticas de segurança, pois não faz sentido existirem estruturas militares, com códigos militares,

filosofias militares e treinamentos militares para realizar uma função que não é militar.

Segurança pública não é uma função social militar porque a sociedade, e parte dela que se coloca em confronto com a lei, não deve ser considerada como inimigo a se combater.

Segurança pública não deveria ser combate. Deveria tratar de localizar os problemas de rompimento de conduta, identificar os promotores e, usando mais inteligência do que força, aplicar os recursos legais para normalizar as relações sociais em conformidade com os objetivos que interessam à maioria da população.

Diferentemente do que prega a extrema direita, é possível fazer isso até mesmo nos espaços sociais mais conflagrados e mais dominados pelas organizações criminosas. Nada justifica colocar tanques de guerra nas favelas, pois dentro dessas comunidades nunca teve um exército a ser aniquilado. Mesmo que várias dezenas de pessoas estejam armadas nas comunidades “dominadas pelo tráfico”, ainda assim, o que prepondera ali é uma maioria desarmada e sem condição de combater.

A maior parte das pessoas das comunidades empobrecidas não é favorável ao crime e gostaria que o Estado as ajudasse a resolver os problemas sociais e de segurança. Mas, à medida que a polícia atua como se todos fossem potenciais inimigos e usa métodos e técnicas de “combate” que acabam vitimando inocentes, toda a comunidade se volta contra ela.

Mas apenas desmilitarizar as polícias não resolve quase nada. Em diversas partes do mundo, polícias que não são militares atuam de forma parecida com a polícia brasileira. Aqui, as instituições não militares da estrutura de segurança pública estão se militarizando, na forma, no método e na filosofia. Isso vale para setores das polícias civil, federal e rodoviária federal e para muitos guardas municipais. Tem sido cada vez mais comum em quase todas essas instituições a criação de grupos de choque.

MILITARIZAÇÃO GERAL

Se defendemos a desmilitarização das polícias militares, uma posição correta, temos que perceber a ocorrência de um movimento inverso: outras instituições têm se militarizado. E agora estamos diante da ameaça de militarização de outros setores da sociedade. Mas chama a aten-

ção especial, a militarização de escolas! A polícia que fracassou na missão de fazer segurança pública, colocou a culpa disso nas professoras e professores, e agora quer assumir a educação.

Essa desmilitarização não acontece porque as classes dominantes no Brasil as querem tal como são. Evidentemente há também o corporativismo das estruturas de comando das instituições, mas esse corporativismo tem apoio fundamental da classe dominante. A burguesia brasileira e parte da classe média alta nunca confiaram no povo brasileiro para realizar um projeto nacional de desenvolvimento. Ao contrário disso, sempre nutriu preconceito, ódio e medo em relação à maioria do povo trabalhador.

Numa sociedade com o nível de desigualdade social apresentada pelo Brasil, a classe dominante se protege atrás de insti-

Precisamos entender por que perdemos o debate da segurança na sociedade, destrinchar todos os motivos que levaram Bolsonaro a ser eleito presidente da República e eleger quase todo mundo que lhe copiou na ignomínia

tuições fortes, centralizadas, com capacidade operacional para massacrar o povo se este se rebelar contra sua condição social. Para massacrar o próprio irmão, os policiais precisam estar submetidos a um regime disciplinar de obediência cega, dentro de instituições nada democráticas. Essa é a condicionante principal para que as maiores instituições de segurança pública no Brasil continuem sendo organizações militares, subordinadas ao exército. É a forma mais prática para a classe dominante comandar a partir de cima, sem ter que fazer muitas concessões à classe trabalhadora.

DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

É necessário e importante desenvolver formas pedagógicas de mostrar à população que a defesa da descriminalização das drogas não está vinculada à defesa do uso de drogas. Não pode haver culto ao uso de drogas nos programas e na propaganda dos partidos de esquerda. Seria o mesmo que ter culto ao alcoolismo ou tabagismo.

Nossa defesa da descriminalização das drogas está baseada no fato de que a criminalização não resolveu e não pode resolver nenhum dos problemas relacionados à sua existência. Não é a proibição que impede as pessoas de usarem. A ilegalidade cria toda uma logística de produção e abastecimento ao arripio da lei, potencializando a violência como forma de resolver as contradições da relação social e econômica. Nossa posição pela descriminalização das drogas deve estar acompanhada da informação e da compreensão sobre os efeitos nocivos à saúde.

É preciso descriminalizar, porque a política de combate, ao longo de todas as décadas passadas, provocou apenas mais violência na sociedade, e não impediu e não impede o uso massivo das drogas consideradas ilícitas. A “guerra às drogas”, como está provado, transformou-se numa guerra aos pobres.

A quantidade de drogas circulando e sendo consumida na sociedade só tem aumentado e os conflitos entre as polícias e os traficantes pobres têm provocado a morte tanto de crianças e jovens pobres quanto de policiais (também pobres). É irracional manter a atual política de “combate às drogas”, pelo simples fato de que o Estado não consegue ou não tem interesse de combater os grandes controladores desse comércio, que estão no sistema

financeiro, nas instituições do Estado (inclusive no Congresso Nacional) e mesmo em setores de cúpula de instituições de segurança e de fiscalização.

Como explicar que uma quantidade imensa de drogas consideradas ilícitas entre todos os dias de caminhão, de navio e de avião em nosso país, e que o “combate” vá ser feito nas periferias das cidades? Não se previne o tráfico no atacado e depois se vai correr atrás, no varejo? Não seria mais óbvio perceber que as grandes quantidades só são produzidas, embaladas e distribuídas porque em alguns ou em vários locais da fiscalização os patrões do tráfico estão corrompendo funcionários e autoridades? São respostas que precisamos exigir das autoridades.

MENOS CADEIA E MAIS EDUCAÇÃO

Evidentemente estamos ainda longe do dia em que vamos convencer a maioria da população de que é preciso mudar a forma de abordagem sobre a questão das drogas em nossa sociedade. A descriminalização precisa vir acompanhada (quando não precedida) de um conjunto de outras políticas públicas para que o impacto da mudança das leis seja absorvido pelo desenvolvimento de políticas de acolhimento e de oportunidades para os jovens dependentes e ou funcionários do tráfico.

Muitos dos atuais praticantes do pequeno tráfico estão nessa função por ser a for-

Numa sociedade com o nível de desigualdade social apresentada pelo Brasil, a classe dominante se protege atrás de instituições fortes, centralizadas, com capacidade operacional para massacrar o povo se este se rebelar contra sua condição social

ma que encontraram para pagar o próprio consumo. Outros tantos pagam as drogas que satisfazem a sua dependência praticando pequenos furtos, enquanto outros adquirem armas e passam a praticar roubos mais violentos.

Descriminalizar as drogas é a forma de, em poucos anos, diminuir bastante a população carcerária, pois, como as estatísticas provam, uma grande proporção dos jovens que está presa ou é acusada de tráfico de pequenas quantidades, ou porque praticaram outros crimes para alimentar o vício.

Crimes mais graves, como homicídios praticados por conta de conflitos em virtude do tráfico de drogas, deixariam de ocorrer. Naturalmente, não se deve defender a liberdade de assassinos, mas descriminalizar as drogas iria contribuir também para a diminuição futura de homicídios.

Para essa mudança de política de segurança pública e inclusive de abordagem à questão das drogas, é necessário um conjunto de outras políticas públicas, na geração de empregos, na geração de renda, na educação e na cultura. A julgar que o trabalho hoje é alienado e faz pouco sentido para quem o realiza (salvo raras exceções), é difícil tirar um jovem do mundo das drogas e do tráfico (onde há violência, mas há também muita adrenalina e até um certo *glamour*) oferecendo um salário mínimo para ensacar produtos num supermercado.

É evidente que projetos na área da cul-



tura, meio ambiente, esportes e educação demandam por recursos públicos, mas podem ter mais êxito. Precisamos convencer a sociedade, a começar pela classe trabalhadora, que diminuir a quantidade de pessoas presas não é sinônimo de ampliar a liberdade para a violência e a criminalidade, mas o contrário. E nós não estamos conseguindo fazer esse convencimento.

CADEIAS E PENITENCIÁRIAS

Seria possível realizar trabalho de “ressocialização” de presos, se a finalidade fosse essa. Há um cinismo nas instituições do Estado e em camadas da sociedade quando se afirma que o objetivo das prisões no Brasil seria ressocializá-los para que deixassem de delinquir. Esse é, na maioria dos casos, um discurso hipócrita, pois na prática as penitenciárias sempre foram construídas longe das vistas da sociedade, atrás de morros, em lugares sombrios para que a sociedade esquecesse da existência dessa condição social.

As penitenciárias ficavam, historicamente, um pouco para além dos leprosários em termos de segregação social. Depois, os leprosários foram desfeitos (felizmente), mas as penitenciárias permaneceram lá. Mas, mesmo que a política oficial seja de segregação social, algumas autoridades intermediárias, com apoio de servidores públicos interessados, apesar de tudo e de todos, conseguiram fazer trabalhos notáveis em algumas instituições carcerárias. Isso mostra ser possível melhorar muito as possibilidades de humanização e recuperação pelo menos de uma parte da população carcerária. Mas não há como se fazer em escala significativa, a não ser pelo investimento de muito mais recursos para o setor. Custa mais caro reeducar um adulto do que educar uma criança. A questão é outra vez o volume da riqueza socialmente produzida que se vai dispor em benefício da sociedade. Só os ignóbeis e ou ignorantes afirmam que isso é ajudar bandido em detrimento da sociedade, pois isso é ajudar a sociedade em benefício dela própria.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS

As resoluções duradouras para os problemas na área de segurança pública dependem de mudanças estruturais no conjunto das relações sociais brasileiras. É preciso uma sociedade sem desigualda-

des para se poder democratizar a fundo as instituições de segurança. Mas muita coisa se pode fazer, mesmo remando contra a maré, para mitigar os altos índices de criminalidade, violência e políticas de encarceramento.

O problema ficou maior, ou as soluções mais distantes, porque a maioria da população brasileira nesse momento, está se posicionando ao lado das políticas opostas às necessidades reais.

Nada justifica colocar tanques de guerra nas favelas, pois dentro dessas comunidades nunca houve um exército a ser aniquilado. Mesmo que várias dezenas de pessoas estejam armadas nas comunidades “dominadas pelo tráfico”, ainda assim, o que prepondera ali é uma maioria de pessoas desarmadas e sem condições de combater

A maioria da sociedade brasileira está apostando na política de ódio como forma de diminuir os índices de criminalidade e de violência. Ou seja, acredita que matando, prendendo mais e por mais tempo, negando os mais elementares direitos humanos se vai diminuir a criminalidade. Essa é uma posição equivocada, inclusive porque em médio e longo prazos trará resultado oposto ao que diz pretender.

É preciso que os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) invistam mais recursos nos serviços públicos essenciais, incluindo a segurança pública. Especialmente na segurança pública, os recursos precisam vir acompanhados da mudança de filosofia e de método. E não se trata de mudar só as polícias, pois todo o sistema de persecução penal e as demais estruturas do Estado precisam ser democratizadas.

Há três décadas achávamos que o estabelecimento de concursos públicos, o fortalecimento de aparatos como o Ministério Público e a Defensoria Pública poderiam nos tirar do fisiologismo, clientelismo e atraso das instituições do Estado. A operação Lava Jato e seus métodos mostram que estávamos errados, que esses institutos por si só não garantem a democratização. Foi de dentro dessas estruturas públicas e pela mão de uma geração de “concurseiros” que a classe dominante conseguiu promover um golpe de Estado, subordinar ainda mais o Brasil aos interesses do imperialismo, e normalizar o arbítrio como método.

FIM DOS SUPERPODERES

Numa próxima Constituinte, será necessário ter como referência que toda instituição pública, sem exceção, deva estar subordinada ao controle social, feito pelas bases da sociedade e não pelos integrantes dos aparatos de poder. É preciso quebrar os superpoderes de alguns segmentos dentro das instituições de justiça e segurança: desmilitarizar para diminuir o superpoder dos comandantes militares; extinguir o inquérito policial para acabar com o superpoder dos delegados; criar uma polícia desmilitarizada e com carreira única; submeter as prerrogativas de promotores e juizes ao controle social, desencastelando e dando transparência aos seus atos. O segredo necessário à investigação e ao processo, não atrapalha o controle social e a transparência em todos os outros aspectos.

RICARDO MORAES / REUTERS



O controle social deve valer para definir sobre a estrutura, os métodos e a prática de todas as instituições públicas, inclusive sobre o tipo de trabalho e quais os trabalhos que as polícias devem fazer. A polícia deve trabalhar subordinada às leis e ao controle social, em todos os lugares.

Aqui no Brasil, na iniciativa que ficou conhecida com “polícia comunitária”, o controle social foi impedido de prevalecer, pois prevaleceu o poder de mando dos comandantes e chefes das instituições de segurança. O choque principal dentro das instituições de segurança quando o assunto era “polícia comunitária” se dava justamente porque a maior parte dos policiais (especialmente dos comandantes) tinha medo do controle social que as comunidades buscavam exercer sobre o trabalho da polícia. Era comum os policiais pretenderem ter os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) apenas como instrumento para apoiar e informa-los sobre quem eram e como agiam os “delinquentes” dos bairros. Ou seja, no geral, a polícia queria as lideranças comunitárias como informantes e não como controle social.

Hoje, a polícia comunitária não vai além

de manuais empoeirados em algumas prateleiras. Ela foi sabotada e enterrada, e tem prevalecido a política de ocupação militar, pela força, dos bairros pobres. Mesmo sabendo-se que parte dos policiais nasceu e cresceu nos bairros pobres, eles aparecem nesses territórios como se fossem uma tropa de ocupação estrangeira.

Descriminalizar as drogas é a forma de, em poucos anos, diminuir bastante a população carcerária

Não tem solução para a segurança pública a não ser revertendo essa situação, não importa o quanto custe.

Só outros governos que não os atuais podem começar a fazer isso. Somente outra proposta de sociedade pode humanizar as relações sociais, o que inclui ter uma polícia educada ou reeducada para fazer segurança pública e não para ser capitão do mato do aprofundamento da segregação social.

A boa vontade dos policiais é necessária, mas não basta, pois além de boa vontade é preciso entender, “mesmo com o risco da própria vida”, que segurança pública deve ser a realização dos princípios estabelecidos pela declaração universal dos direitos humanos.



Amauri Soares é cientista social, ex-deputado estadual em Santa Catarina (2007-2015) e

policial militar aposentado. É ainda diretor da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

O papel dos cristãos diante do fascismo



Qual a relação da esquerda com os evangélicos? Ribamar Passos, da Assembleia de Deus e dirigente do PSOL, comenta os dilemas entre igrejas e política no Brasil de hoje

Ribamar Passos

Vivemos em tempos sombrios, com o avanço do fascismo, a retirada de direitos vitais para os pobres e o acúmulo de riquezas em poucas mãos. Isso tudo exige que o povo cristão, sobretudo os líderes, tenham lado nessa história. Em qual lado deve estar a igreja de Cristo?

“Assim diz o Senhor: por causa de três transgressões de Israel, e por causa de

quatro, não voltarei atrás, porque vendem o justo por prata, e o pobre por um par de sandálias” (Amós 2:6)

Se seguimos os preceitos bíblicos históricos, não temos dúvida de que a igreja deve estar ao lado do povo pobre e necessitado, dos sem-teto, dos sem-terra, dos desempregados, das prostitutas, dos idosos, dos órfãos. Foi esse o exemplo que Deus, nosso criador, nos deixou quando da edição das tábuas da lei Mosaica, “E,

quando teu irmão empobrecer, e as suas forças decaírem, então sustentá-lo-ás, como estrangeiro e peregrino viverá contigo”. (Levítico 25:35).

Foi esse o ensinamento passado pelos diversos profetas que viveram antes da era cristã, e foi esse o exemplo daquele que deu a vida na cruz por nós. “E quando Jesus ouviu isto, lhe disse: ainda te falta uma coisa; vende tudo quanto tens, reparte-o com os pobres, e terás um tesouro no

céu; vem e segue-me” (Lucas 18:22).

Por isso, devemos estar ao lado desse povo sofrido. Isso significa ser contra esse governo nefasto, contra esse sistema opressor que joga milhões de pais e mães de família na miséria extrema e que destrói os sonhos de nossa juventude.

O PIOR PARA O POVO

O governo Bolsonaro, representa o que há de pior para o povo brasileiro. Se o compararmos aos governantes bíblicos da antiguidade, poderíamos nos lembrar de Nabucodonosor, um tirano que blasfemava e usava o povo de Deus para satisfazer seus delírios.

Como filhas e filhos de Deus precisamos contribuir para a manutenção do bem-estar social e da paz. Devemos lutar e assegurar que nossos contemporâneos tenham seus direitos garantidos, pois assim,

Se seguimos os preceitos bíblicos históricos, não temos dúvida de que a igreja deve estar ao lado do povo pobre e necessitado, dos sem-teto, dos sem-terra, dos desempregados, das prostitutas, dos idosos, dos órfãos

garantimos também a dignidade humana. “Vede que ninguém dê a outrem mal por mal, mas segui, sempre, o bem, tanto uns para com os outros como para com todos” (1 Tessalonicenses 5:15).

O Brasil é um país de maioria cristã, os evangélicos somam mais de 42 milhões de pessoas no Brasil. Destes, em torno de 80% são assalariados que vivem nas periferias das grandes cidades, são idosos que sonham com uma aposentadoria digna, para que possam ter uma velhice sem tantos sofrimentos, são jovens que sonham com uma educação pública digna e que pensam em ter uma carreira promissora.

AS ELEIÇÕES DE 2018

No ano de 2018 vivenciamos uma situação inusitada, para não dizer outra coisa. Nas eleições para presidente da República e para governadores dos estados, os cristãos apoiaram candidaturas de extrema direita.

A pergunta imediata é: o que está acontecendo com os cristãos no Brasil? A resposta pode demandar muito tempo de estudo e análises. A esquerda no Brasil passou por um momento de inércia nos últimos 13 anos, tendo deixado de lado a formação política da juventude e da militância em geral e se distanciado da base formadora, como por exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja católica. Por outro lado, a crítica aos evangélicos e a defesa das pautas identitárias se tornaram as principais bandeiras de algumas organizações. Com isso, parte dos evangélicos se deixou levar por aqueles que se dizem defensores do povo cristão, da moral e dos bons costumes. Nós Evangélicos, que militamos na esquerda, compreendemos e defendemos as pautas identitárias. Elas são vitais para que esses setores conquistem direitos. No entanto, representamos um número ainda pequeno de cristãos na esquerda.

AINDA HÁ TEMPO

Hoje, partidos como o PSOL e o PT têm um número grande de evangélicos em seus quadros. Alguns são apenas membros de alguma igreja outros são pastores e dirigentes de congregações. Faltam, no entanto, à esquerda brasileira, projetos que façam com que esse grupo social se sinta representado e acolhido. Os cristãos e evangélicos são partes do povo pobre que

No ano de 2018 vivenciamos uma situação inusitada. Nas eleições para presidente da República e para governadores dos estados, os cristãos apoiaram candidaturas de extrema direita

está nos sindicatos, nas associações de moradores, nos movimentos de sem-terra e sem-teto. “Mas deixarei no meio de ti um povo humilde e pobre; e eles confiarão no nome do Senhor.” (Sofonias 3:12)

OS CRISTÃOS E A ESQUERDA MUNDIAL

A esquerda se caracteriza classicamente pela defesa da justiça, igualdade social e liberdade para todos os povos. Nas últimas décadas, acrescentaram-se a afirmação da pluralidade social, em todas as suas expressões não discriminatórias e não impositivas. No Brasil há desigualdades injustificadas que devem ser abolidas, particularmente quando elas envolvem hierarquias e ordenamentos sociais opressivos e exploradores, sancionados por argumentos baseados na “natureza”, no “costume” ou na “vontade de Deus”. Não restam dúvidas que os cristãos por natu-

reza são de esquerda, ou ao menos deveriam ser, pois seguem preceitos bíblicos, que nos conduzem à prática de ações, que hoje são pautadas pela esquerda no mundo todo. As maiores riquezas que Cristo nos ensinou foi o amor aos pobres e se fazer pobre. Devemos aprender a enxergar Jesus no pobre.

Há um bombardeio televisivo, com alguns canais de TVs voltados quase que exclusivamente para a transmissão de programas evangélicos, com pastores cada vez mais reacionários. Em sua maioria tais personagens defendem as políticas neoliberais, a teologia da prosperidade e que exibem um Deus que odeia os pobres. Falam o tempo todo em riqueza material, pregam o ódio a homossexuais, presidiários e prostitutas.

Por isso, é importante que o povo de Deus fique atento aos discursos e às candidaturas políticas que utilizam os anseios e angústias do povo para sua autopromo-

ção. Acabam por colocar em mãos perigosas e muitas vezes criminosas a direção política do país.

UTILITARISMO FASCISTA

Em tempos anteriores o povo Cristão já foi usado por políticas fascistas, como nos regimes fascista e nazista, na primeira metade do século XX. Precisamos de estudo que nos leve a criar e disseminar a teologia dos direitos sociais, baseados exatamente nas lições extraídas da bíblia.

Vejam: “Não oprimirás o teu próximo, nem o roubarás: o salário diário do trabalhador não ficará contigo até a manhã seguinte. (Levítico 19:13);

“Não oprimas um assalariado pobre, necessitado, seja ele um dos teus irmãos ou um estrangeiro que mora em tua terra, em tua cidade.” (Deuteronômio 24:14-15);

É muito difícil dialogar com o povo evangélico, mas não é impossível. Hoje, no Brasil, temos diversas frentes que se

criaram com o objetivo de organizar esse povo cristão, com diferentes ideologias políticas e religiosas.

AS FRENTES EM AÇÃO

Temos as seguintes organizações religiosas em atuação:

- Frente de Evangélicos pelo Estado Democrático de Direito

Coordenação: Pr. Ariovaldo Ramos e Nilza Valéria Zacarias.

É um movimento nascido no meio cristão evangélico, com os objetivos de promover a justiça social, a defesa dos direitos garantidos pela Constituição (direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais etc.) e pela legislação internacional de Direitos Humanos.

- Cristãos Contra o Fascismo

Coordenação: Tiago Santos e Heber Farias.

Movimento cristão plural, ecumênico, suprapartidário, radicado na defesa da democracia e contra intolerâncias.

- Aliança de Batistas do Brasil.

Coordenação: Pr. Paulo Cesar Pereira.

Organismo de identidade batista e com caráter ecumênico, constituído por pessoas e comunidades identificadas com os princípios expressos na “Carta de compromissos e princípios”.

LUGAR NA ESQUERDA

No evangelho de Mateus vemos o relato do jovem rico, que não conseguiu se desprender de suas posses materiais, e as declarações de Cristo sobre o perigo das riquezas. Depois que o jovem se retirou triste, Cristo afirmou: “Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. E ainda vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus” (Mt. 19:22-24).

A afirmação de Cristo é mais verdadeira que nunca em nossos dias. Se assim não fosse, os 206 bilionários brasileiros já te-

Os cristãos e evangélicos são partes do povo pobre que está nos sindicatos, nas associações de moradores, nos movimentos de sem-terra e sem-teto

riam aberto mão de parte de suas riquezas para ajudar o povo pobre que vive em situações de extrema pobreza no país.

Claro que cada um cria sua própria interpretação para o que lê, mas não temos dúvidas que nosso lugar é na esquerda.



Ribamar Passos é presbítero da Assembleia de Deus ministério Madureira Campo

de Vila Industrial, Secretário de Política Sindical da Intersindical CCT, membro da comissão de PCCS da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, graduando em Química Industrial no IFSP-SZ e presidente do PSOL em Ferraz de Vasconcelos – SP.





A CHINA E A PANDEMIA

do Covid-19: do papel do Estado à estratégia global

Valéria Lopes Ribeiro

Ainda é cedo para mensurar o impacto que a pandemia do vírus Covid-19 causará em todo o globo. Em termos de saúde pública e da vida de milhões de pessoas, os impactos já são evidentes, com a expansão do contágio alcançando diversos países e o número de mortes aumentando¹.

Com relação aos impactos econômicos

1 Até 30 de março foram registrados 738.562 casos confirmados e 35.006 mortes pelo Coronavírus COVID-19 em todo o mundo. Fonte: Worldometer, 2020. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/coronavirus-cases/>

e geopolíticos, estes são mais difíceis de mensurar no presente momento. Ainda assim, levando em conta o ponto de onde partimos, o futuro é bastante desanimador.

Mesmo após mais de dez anos desde a crise de 2008, as taxas de crescimento econômico mundiais não tinham se recuperado completamente. O baixo crescimento suscitava debates acerca de uma possível “estagnação secular”² e de características do capitalismo contemporâneo que acabavam por adiar a solução da crise,

2 CHOONARA, Joseph. “Marxist accounts of the current crisis”. London. International Socialism. Issue: 123. 2009.

como “a inflação; [...] o endividamento do Estado; [...] a expansão dos mercados de crédito privados; e [...] a compra de dívidas de Estados e de bancos pelos bancos centrais”³. Alguns alertavam para a existência de uma crise de sobreacumulação, marcada pela contínua expansão dos instrumentos de acumulação financeira⁴.

Diante da crise, a insistência dos gover-

3 STREECK, Wolfgang. “Tempo Comprado - A crise adiada do capitalismo democrático”. São Paulo. Editora Boitempo, 2018. (cit. pg. 28)

4 CHESNAIS, François. “Finance Capital Today - Corporations and Banks in the Lasting Global Slump”. Brill Academic Pub; Lam edition. 2016. Chesnais

nos de diversos países na adoção de políticas de austeridade, já nos colocava em uma situação de baixo crescimento, concentração de renda e baixos níveis salariais.

O cenário de crise manifestava-se também no acirramento das disputas interestatais, por meio da postura nacionalista de governos (como o caso da Inglaterra com o Brexit), das tensões entre EUA e Irã, além da contínua guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Diante desse cenário, a pandemia do Covid-19 pode provocar uma crise profunda na economia mundial, com consequências sociais difíceis de prever. No centro desse complexo debate sobre as consequências da pandemia, parecem-me fundamental dois aspectos diferentes, mas ligados entre si: primeiro a discussão sobre o papel do Estado e as controvérsias do modelo neoliberal; segundo, a forma como a China vem lidando com a pandemia e sua estratégia global. Falarei aqui sobre o segundo aspecto, na tentativa de ajudar no debate sobre o primeiro.

INÍCIO DO CONTÁGIO

A China foi o primeiro país a registrar o contágio do Covid-19. Em novembro de 2019 ocorreu o primeiro caso⁵ em Wuhan, província de Hubei. Até 15 de dezembro, o número total de infecções era 27 e até 20 de dezembro já havia 60 infectados. Em 30 de março a China registrou 81.470 casos e 3.304 mortes.

Uma série de controvérsias se apresentaram a partir do surgimento do vírus na China, entre elas: o episódio em que o governo chinês teria controlado informa-

5 South China Morning Post. Disponível em: <https://www.scmp.com/>

ções sobre o vírus, silenciando a denúncia feita pelo médico Li Wenliang, que depois acabaria falecendo pelo Covid-19; e a campanha realizada pela mídia ocidental, acusando a China de ser responsável pela pandemia global, ressoando em um ataque de xenofobia e racismo, com a divulgação de vídeos e acusações sobre hábitos alimentares e sanitários chineses⁶.

Após o surto inicial e as controvérsias sobre a origem da crise, a China começa um programa amplo de contenção da pandemia. Segundo o Relatório da Missão Conjunta OMS-China sobre Doença de Coronavírus 2019 (COVID-19)⁷ “diante de um vírus anteriormente desconhecido, a China lançou, talvez, o esforço mais ambicioso, ágil e agressivo de contenção de doenças na história”.

Quais foram essas medidas? Como elas podem ser entendidas dentro do modelo de Estado e economia da China?

EMERGÊNCIA NACIONAL

Segundo o Relatório da Missão Conjunta OMS-China, após a detecção de um conjunto de casos de pneumonia de etiologia desconhecida em Wuhan, o CPC, Comitê Central e o Conselho de Estado lançaram a resposta nacional de emergência. A partir daí foram criados dois grupos para coordenar os esforços de controle do vírus, o “Central Leadership Group for Epidemic Response” e o “Joint Prevention and Control Mechanism”.

6 Para mais detalhes ver: <https://revistaopera.com.br/2020/03/22/o-coronavirus-e-a-propaganda-anti-china/>

7 Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) (16-24 de fevereiro). Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf>

A pandemia pode provocar uma crise profunda na economia mundial, com consequências sociais difíceis de prever. No centro desse debate, dois temas são fundamentais. Primeiro, a discussão sobre o papel do Estado e as controvérsias do modelo neoliberal. Segundo, a forma como a China vem lidando com a pandemia e sua estratégia global

As medidas de prevenção e controle foram implementadas rapidamente, desde os estágios iniciais em Wuhan e outras áreas-chave de Hubei até o nível nacional. As medidas adotadas podem ser divididas em três fases:

Na primeira fase, de início do surto, a principal estratégia esteve focada na prevenção da exportação de casos de Wuhan e outras áreas prioritárias da província de Hubei. O mecanismo de resposta foi iniciado com envolvimento multissetorial em medidas conjuntas de prevenção e controle. Mercados foram fechados e foram feitos esforços para identificar a fonte zoonótica. A formação epidêmica foi notificada à OMS em 3 de janeiro e sequências genômicas inteiras do COVID-19 foram compartilhadas com a OMS em 10 de janeiro. A partir daí, protocolos para diagnóstico de COVID-19 e para tratamento foram formulados, além do gerenciamento de contatos próximos de pessoas contaminadas e aplicação de testes laboratoriais.

Na segunda etapa, durante a segunda fase do surto, a principal estratégia foi reduzir a intensidade de epidemia e retardar o aumento de casos. Em Wuhan e outras áreas prioritárias da Província de Hubei, o foco era o tratamento ativo de pacientes, a redução de mortes e a prevenção de exportações. Em outras províncias, o foco estava na prevenção de importações, restringindo a propagação da doença e implementação de medidas conjuntas de prevenção e controle. Nacionalmente, os mercados de animais silvestres foram fechados e as instalações de criação de animais em cativeiro foram isoladas. Em 23 de janeiro, estritas restrições de tráfego e um cordão sanitário foram estabelecidos em torno de Wuhan e municípios vizinhos, impedindo efetivamente a exportação de indivíduos infectados para o resto do país. Restrições de viagens foram impostas em 14 cidades próximas a Wuhan na província de Hubei⁸.

Nessa fase o protocolo para diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de epidemias foram aprimorados; o isolamento e o tratamento dos casos foram reforçados. Foram tomadas medidas para garantir que

8 MORITZ U. G. Kraemer et. al. "The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China". Revista Science. 25 de março de 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/early/2020/03/25/science.abb4218>

Após o surto inicial e as controvérsias sobre a origem da crise, a China começa um programa amplo de contenção da pandemia. Segundo o Relatório OMS, "diante de um vírus anteriormente desconhecido, a China lançou, talvez, o esforço mais ambicioso, ágil e agressivo de contenção de doenças na história"

todos os casos fossem tratados e contatos próximos fossem isolados e colocados sob observação médica. Segundo a OMS, a China tem uma política de identificação metódica de casos e contatos para o COVID-19. Em Wuhan, cerca de 1800 equipes de epidemiologistas, com um mínimo de 5 pessoas/equipe, rastream as dezenas de milhares de contatos por dia.

Além das medidas de controle de tráfego e controle da capacidade de transporte para reduzir o movimento de pessoas, informações sobre a epidemia e medidas de prevenção e controle foram divulgadas regularmente. A alocação de suprimentos médicos foi coordenada e novos hospitais foram construídos, como o Hospital Huoshenshan. Camas de reserva foram usadas e instalações foram redirecionadas para garantir que todos os casos pudessem ser tratados, além de esforços para manter um fornecimento estável de mercadorias e seus preços para garantir o bom funcionamento da sociedade. (Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease 2019 (COVID-19), 2020).

Na terceira etapa, as autoridades procuraram controlar a epidemia mediante o controle e prevenção. O foco foi no tratamento dos pacientes e na interrupção da transmissão, com ênfase em medidas para implementar plenamente o teste e prevenção de disseminação em lugares públicos. Para isso novas tecnologias foram aplicadas, como o uso de big data e inteligência artificial (IA) para fortalecer o rastreamento de contatos e o gerenciamento de populações prioritárias. Políticas de expansão dos seguros de saúde foram promulgadas, com pagamentos de seguros e liquidação e compensação financeira.

Em meados de março a curva de contágio na China começa a se estabilizar. Em 7 de março não foram registrados novos casos na China. Novas manifestações surgem, mas importadas de fora, fazendo o país reforçar o controle da entrada de estrangeiros. O número de mortes pelo contágio caiu. Em 28 de março registraram-se cinco mortes na China.

Como foi possível essa resposta chinesa e o sucesso em termos de redução do contágio?

PLANEJAMENTO ESTATAL

A discussão sobre as medidas adotadas pela China certamente ainda deverá ser aprofundada. Para iniciar esse debate

parece fundamental apontar um aspecto essencial, qual seja, a capacidade do Estado chinês em responder ao desafio da pandemia. A trajetória chinesa das últimas décadas esteve amplamente ligada "à flexibilidade adaptativa diante das recorrentes transformações da conjuntura global – como num constante esforço de "gestão planejada do imprevisível"⁹. Nesse sentido, assim como em diversos momentos de sua trajetória, a China procurou adaptar-se aos desafios, a partir da capacidade de planejamento estatal, que sempre esteve no centro da trajetória, mesmo após a abertura econômica dos anos 1980.

Assim, ainda que convivendo com uma série de contradições (como a desigualdade de renda entre a população, a degradação ambiental, a ascensão de uma burguesia cada vez mais forte) diante da

9 RIBEIRO, Valéria Lopes e PARANÁ, Edemilson. "Virtú e fortuna: A trajetória da ação desenvolvimentista chinesa e seus desafios contemporâneos". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Número 54 (set 2019 - dez 2019).



LIANGXIAOPENG / XINHUA

Apesar do combate bem sucedido diante da epidemia, não se sabe ainda os impactos da crise para o país. Em 2019, a China já vinha apresentando taxas de crescimento menores. Os primeiros dados após a pandemia mostram um cenário bastante complicado

pandemia, a capacidade de planejamento do Estado e o controle da gestão de sua economia, inclusive em termos fiscais, certamente foram essenciais para responder aos desafios de expansão do atendimento aos pacientes infectados, disponibilização de testes, criação de novos postos de saúde, ampliação dos investi-

mentos em infraestrutura como construção de hospitais, além da ação coordenada de gestão da crise, como o controle da mobilidade de pessoas e tráfego.

Vale ressaltar um aspecto importante nessa discussão: a atual estrutura do sistema de saúde na China. O país enfrentou um desmonte considerável no sistema de

saúde que vigorou durante o período socialista, sob Mao Tsé-Tung¹⁰.

A partir das reformas de Deng Xiaoping, no final dos anos 1970, diversos direitos sociais foram atingidos, inclusive a oferta de saúde pública. O descuido ficou evidente com a epidemia de SARS em 2003, quando a China enfrentou o desafio semelhante a pandemia atual. A epidemia de SARS marcou um ponto de inflexão da política governamental chinesa ligada à saúde, e desde então o governo vem procurando estender o sistema de saúde, na esteira da construção da “sociedade harmoniosa” empreendida pelo presidente Hu Jintao. Ainda que não tenha um sistema universal de saúde, e o modelo seja baseado em seguros de saúde, a cobertura foi sendo ampliada ao longo dos anos 2000, de forma a atender a maioria da população.

10 FERREIRA, Fabiana Bácio L. “Estado de bem-estar social na China: análise de sua tipologia a partir do sistema de proteção social na saúde pós-1980”. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. 2016.

Ainda que a China não tenha um sistema universal de saúde, e seu modelo seja baseado em seguros de saúde, a cobertura foi sendo ampliada ao longo dos anos 2000, de forma a atender a maioria da população

Hoje, existem três principais seguros sociais de saúde vigentes na China que cobrem quase a totalidade da população: o Urban Employee Basic Medical Insurance (UEBMI), para trabalhadores formais urbanos, o New Rural Cooperative Medical Scheme (NRCMS), para residentes rurais, e o Urban Resident Basic Medical Insurance (URBMI), para trabalhadores não formais. O sistema tem muitos problemas do ponto de vista de não corresponder a um sistema universal e até mesmo reforçar a desigualdade, mas houve uma melhora importante no fornecimento de saúde na China, o que também deve ser considerado quando se pensa em como o Estado chinês conseguiu responder a epidemia do Covid-19.

IMPACTOS INCERTOS

Apesar do combate bem sucedido diante da epidemia, não se sabe ainda os impactos da crise para o país. Em 2019, a China já vinha apresentando taxas de crescimento menores. Os primeiros dados após a pandemia mostram um cenário bastante complicado. Houve uma queda dos lucros

industriais de 38,3% nos dois primeiros meses de 2020. O investimento concluído por empresas estatais caiu 23,1% em fevereiro. A taxa de crescimento acumulado do valor agregado da indústria caiu 13,5%. A taxa de desemprego urbano aumentou de 5,3% em janeiro para 6,2% em fevereiro¹¹.

Nos anos mais recentes a taxa de crescimento menor da economia chinesa refletia, para além dos efeitos da crise de 2008, uma mudança do perfil do crescimento. Apesar do investimento permanecer sempre alto como proporção do PIB, observa-se maior convergência, principalmente desde 2010, entre as taxas de expansão do PIB, do investimento e do consumo das famílias, o que sinaliza para o fato de que o consumo das famílias começava a avançar em paralelo ao investimento. Ou seja, a China estaria tentando adequar o crescimento a partir do fortalecimento do mercado interno, aliado à modernização da indústria via programas como o China Manufacturing 2025.

Nesse sentido, é possível que enfrente uma queda brusca na economia, mas o futuro dependerá de como ela responderá a própria crise, em termos de ações estatais, políticas de manutenção e investimento, do emprego e do mercado interno. Essa resposta será fundamental não apenas para a dinâmica do crescimento chinês, mas de todo o mundo, além dos impactos em termos políticos, na medida em que diante da crise a resposta neoliberal de países ocidentais tende a ser desastrosa.

Finalmente, outro aspecto fundamental com relação à China e à pandemia diz respeito a projeção global.

PROTAGONISMO GLOBAL

Até o momento os Estados Unidos têm fracassado na resposta global à crise¹². Isso se refere à capacidade de fornecer bens públicos globais e apresentar vontade de coordenar uma resposta global. A pandemia estaria assim testando os elementos da liderança dos EUA. Até agora, Washington estaria falhando e ao mesmo tempo abrindo uma espécie de vácuo global.

Por outro lado, a China está se movendo, aproveitando esse vácuo e buscando se posicionar como líder global em resposta à pandemia. O presidente Xi Jinping afir-

11 National Bureau Statistics of China, 2020.

12 Campbell e Doshi

A pandemia está testando os elementos da liderança dos EUA. Até agora Washington estaria falhando e ao mesmo tempo estaria abrindo uma espécie de vácuo global. A China está se movendo, aproveitando esse vácuo e buscando se posicionar como líder global

mou na abertura do Congresso do Partido Comunista Chinês realizado recentemente que chegou a hora de o país assumir uma posição central no mundo.

Diante disso, a China vem fortalecendo a narrativa de que está disposta a ajudar o mundo a combater a pandemia. Em março, o governo chinês forneceu assistência material a diversos países, incluindo máscaras, roupas de proteção, kits para testes, respiradores, ventiladores e medicamentos enviados a países como Sérvia, Libéria, Filipinas, Paquistão, República Checa, Itália, Espanha, Irã, Egito, Iraque, Malásia, Camboja, Sri Lanka¹³. Empresas chinesas, como Alibaba, prometeram enviar grandes quantidades de kits de teste e máscaras para os Estados Unidos, além de 20.000 kits de teste e 100.000 máscaras para cada um dos 54 países da África¹⁴.

Apesar da postura mais assertiva da China, ainda é cedo para afirmar algo no sentido de uma ruptura hegemônica norte-americana. A capacidade dos Estados Unidos de enfrentar os impactos da pandemia internamente será crucial para manter a posição global, mesmo sem apresentar uma solução, uma vez que sua força está assentada em aspectos estruturais, sejam eles militares ou monetários.

Ainda assim, o sucesso da resposta da China à pandemia e seu reposicionamento global podem contribuir para acentuar as críticas ao modelo neoliberal, como aquele incapaz de fornecer soluções para a pandemia e à crise global. Aqui a discussão sobre o papel do Estado no combate a pandemia e na recuperação social e econômica será crucial. As ações da China ligadas à centralidade do Estado e ao planejamento podem influenciar significativamente essa discussão.

13 Revista Time; ABC News; South China Morning Post; CNA (ChannelNewAsia)

14 Campbell e Doshi



Valéria Lopes Ribeiro é professora do Programa de Pós-graduação em Economia

Política Mundial e do Programa de Pós-graduação em Relações internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC)

França se levanta contra a reforma da Previdência de Macron

Foram meses de mobilizações populares. A reforma imposta por decreto pelo presidente francês em fevereiro - e aprovada em 3 de março sem votação no Parlamento - foi suspensa quando a pandemia do coronavírus tomou impulso, duas semanas depois. Até ali, era um dos pontos centrais do governo Macron. Michael Löwy analisa aqui a extensão da luta contra a medida

PHILIPPE LOPEZ/ANP

Michael Löwy

Depois do episódio dos Coletes Amarelos, em 2018-19, que protagonizaram uma ampla e inédita mobilização de camadas populares marginalizadas contra as políticas neoliberais do presidente Emmanuel Macron, assistimos nos últimos meses a uma nova luta social, agora sob a direção dos sindicatos. Trata-se do protesto da classe trabalhadora diante de uma con-

trarreforma tipicamente mercadista do sistema de pensões. Ao invés de uma organização coletiva, baseada na solidariedade intergeracional, o governo propõe um sistema por pontos individual.

O novo formato rompe com toda a estrutura criada em 1944-45, no momento da libertação da França da ocupação nazista. Com o projeto definido por Macron, a idade de aposentadoria seria estendida, obrigando os idosos a trabalharem mais

anos e impedindo os jovens, principais vítimas do desemprego, de conseguirem trabalho. Os mais prejudicados são trabalhadores como ferroviários, limpadores dos esgotos, enfermeiras etc. que, devido às difíceis condições de trabalho, tinham conquistado o direito a uma aposentadoria precoce, depois de anos de luta. Macron alega que a reforma é *universal* e suprime estatutos "privilegiados". Mas ela mantém os privilégios de alguns setores

muito específicos, como militares, policiais, magistrados, ministros etc.

Segundo os cálculos dos sindicatos, o tal ponto individual resultaria numa redução geral do nível das pensões, sobretudo para as mulheres e os trabalhadores precários.

FUNDOS PRIVADOS

Um dos objetivos da reforma é obrigar uma parte dos trabalhadores a investir nos fundos de pensão privados para compensar a perda da pensão pública. Trata-se de um ótimo negócio para esses fundos "abutres". O patronato, por meio de sua organização (Movimento das Empresas da França - Medef), apoia com entusiasmo a reforma, sobretudo o aumento da idade de aposentadoria. Já que todos - com o aumento da expectativa de vida - vivemos mais anos, por que não continuar trabalhando? Se dependesse deles, os trabalhadores só se aposentariam depois de mortos.

A mobilização contra essa infâmia foi sem precedentes na história contemporânea da França. Durante dois meses, greves paralisaram boa parte do transporte urbano e ferroviário, refinarias de petróleo, hospitais, escolas e alguns setores privados. Estudantes, professores, advogados, médicos, enfermeiras, lixeiros, operários da indústria, artistas, condutores de trem e de ônibus se mobilizaram, com o apoio dos Coletes Amarelos, em enormes manifestações de centenas de milhares e às vezes milhões nas ruas da França. Foi notável a grande participação de mulheres e jovens. As dançarinas da Ópera de Paris se puseram em greve e com o apoio dos músicos deram espetáculos gratuitos para os manifestantes, em frente ao edifício histórico. A organização do protesto foi dirigida por uma frente sindical, incluindo a CGT, Solidários Unidos e Democráticos (SUD), um sindicato pequeno e muito combativo, a Força Operária (FO), mais moderado, mas indignando com a reforma. O sindicato mais reformista, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), hesitou constantemente entre apoio à reforma e à negociação com o governo.

BATALHA DA OPINIÃO PÚBLICA

O protesto ganhou a batalha da opinião pública. Apesar da propaganda governamental, apoiada por quase toda a mídia, 62% da população se manifestou contrária à reforma. Quando a oposição de esquerda

Durante dois meses, greves paralisaram boa parte do transporte urbano e ferroviário, refinarias de petróleo, hospitais, escolas e alguns setores privados. Estudantes, professores, advogados, médicos, enfermeiras, lixeiros, operários da indústria, artistas, condutores de trem e de ônibus se mobilizaram, com o apoio dos Coletes Amarelos, em enormes manifestações nas ruas da França

no Parlamento - socialistas, comunistas e França Insubmissa - exigiu um referendo para que a população pudesse se pronunciar sobre a reforma, 71% dos franceses se manifestaram a favor dessa proposta.

Ela foi recusada pelo governo, que teme perder uma votação democrática. Até o Conselho Constitucional, instituição pouco crítica, considerou o projeto de reforma altamente insatisfatório.

Qual a resposta do governo a essa mobilização? A mais brutal repressão policial da França moderna, desde o fim da guerra colonial (1961), com cinco mortos, dezenas de mutilados (perda de uma mão ou de um olho), centenas de feridos e milhares de prisões. Utilizando balas de borracha (proibidas no resto da Europa) e colocando milhares de policiais armados até os dentes nas ruas, o governo não encontrou outro argumento em resposta ao protesto social a não ser o cassetete.

Passando com um rolo compressor sobre os sindicatos, a juventude, e sobre a maior parte da opinião pública, o governo está buscando aprovar a lei pelo Parlamento, valendo-se do chamado "decreto 49.3" para impedir o debate. Resultado político: queda vertiginosa da popularidade de Macron e de seu partido.

É curioso verificar que Macron segue exatamente o mesmo caminho do predecessor, François Hollande, do Partido Socialista, que também impôs, na marra uma reforma impopular das leis trabalhistas. Resultado: suicídio político de Hollande, que sequer se apresentou para reeleição. Até parece que esses senhores são heróicos kamikazes do neoliberalismo: sacrificam a carreira política pela nobre causa do Imperador, perdão do capital financeiro...

No momento em que escrevemos estas linhas, Macron está impondo sua lei, mas existem ainda várias etapas antes que seja definitivamente aprovada.



Michael Löwy, sociólogo franco-brasileiro formado pela USP, vive em Paris desde 1969.

Foi professor da Universidade de Paris VIII e diretor emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). É autor de *Estrela da manhã: marxismo e surrealismo* (2018), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano* (2014) e organizador de *Revoluções* (2009), entre outros, todos pela Boitempo.

Celso Furtado e a utopia da Nação

Em 2020 comemoram-se os cem anos de um dos principais teóricos mundiais do desenvolvimento e o mais importante economista brasileiro do século XX. Celso Furtado sempre foi um homem ligado ao Estado e à atividade acadêmica, constituindo-se num raro e feliz caso de intelectual da ação. Para ele, só haveria transformação social com planejamento, industrialização e soberania

Leda Maria Paulani

Em meio a dias sombrios, de confinamento e impotência, é uma felicidade poder escrever sobre Celso Furtado (1920-2004). É como se despertássemos de um pesadelo e pudéssemos voltar a sonhar.

Mas ao mesmo tempo, o desalento e a tristeza nos invadem.

O que acontece com nosso país desde 2016 o está transformando no oposto daquilo que Celso Furtado esperava. Nascido há 100 anos, esse homem público de rara grandeza de espírito, jurista de formação,

mas economista por opção, pensava que este florão da América não poderia ser pequeno. Para Furtado, um país qualquer, sem autonomia, geopoliticamente sem importância, esse destino tão mixo não combinava com a imensidão do território, a abundância de recursos naturais, o

imenso mercado potencial do país.

No grandioso imaginário nacional de meados do século XX, era outro, sem dúvida, o futuro que para o Brasil se entrevia: o de um país forte, dono e senhor de seu destino, com economia e cultura próprias e com um lugar ao sol no comando dos rumos mundiais. E Furtado acreditava nesse destino. Mas acreditava também que, para efetivá-lo, seria preciso, durante algum tempo, preservar o país das forças cegas do mercado, completar o processo de industrialização, planejar a redução das desigualdades regionais e de renda, e fortalecer a sociedade civil no sentido da preservação das instituições democráticas. O golpe militar de 1964 foi um enorme banho de água fria nesse sonho, mas a esperança ficou com Celso Furtado até quase o final de sua vida.

UM ENCONTRO ANIMADOR

Tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente. Em 1997, com a *Revista de Econo-*

No grandioso imaginário nacional de meados do século XX, o futuro que se entrevia para o Brasil era o de um país forte, dono e senhor de seu destino, com economia e cultura próprias e com um lugar ao sol no comando dos rumos mundiais. Furtado acreditava nesse destino

mia Aplicada dando os primeiros passos, o editor e colega, o professor Carlos Roberto Azonni convidou-me para entrevistar o grande economista. Numa iniciativa muito bem-vinda, o professor Azonni inaugurara na jovem revista uma seção chamada *Como eu pesquiso*, cuja finalidade era entrevistar grandes nomes da economia para que eles contassem de que modo haviam escrito seus livros mais famosos. No caso de Furtado, tratava-se, é claro, da *Formação econômica do Brasil*. Não é preciso dizer que fiquei felicíssima com o convite e aceitei na hora.

O caráter inequivocamente gratificante da tarefa, ficou-me evidente mesmo antes de ir ao Rio de Janeiro, em companhia do professor Armênio de Souza Rangel, também da Faculdade de Economia e Administração da USP, realizar a entrevista. Sabendo que eu iria, Celso Furtado disse a seu interlocutor (professor Roberto Smith, encarregado pelo professor Azzoni de contatá-lo) que ficava muito contente de que fosse eu uma das pessoas a entrevistá-lo. Quando o professor Armênio me pôs a par disso, fiquei espantadíssima, pois não fazia a menor ideia de que ele me conhecia. Depois de muito matutar concluí que ele guardara meu nome por conta da polêmica que, um ano antes, eu travara com Gustavo Franco (então diretor da área externa do Banco Central) nas páginas da *Folha de São Paulo*, acerca de um texto que ele escrevera sobre a inserção externa do Brasil e que o presidente FHC tornara muito famoso ao dizer que, com ele, Franco “tinha feito a revolução copernicana na economia”.

O texto era um pastiche formalizado (ou seja, transformado em modelo matemático) das máximas neoliberais então em alta, e basicamente colocava no processo de substituição de importações e nas “veleidades nacionais” (essa preocupação com industrialização e com mercado interno, essa insistência em ter o Estado no planejamento e controle de tudo) como os grandes culpados pelo atraso do país.

Dado o tema e o contexto dessa polêmica, concluí que só podia ser essa a explicação do fato de Furtado, que dividia o tempo entre o Rio e Paris, conhecer o nome de uma professora de economia iniciante que ensinava em São Paulo, e de ter gostado de saber que eu iria entrevistá-lo. Concluí isso, mas fiquei sem saber se estava certa, pois não tive coragem de

A abundância de mão de obra e a propensão a importar das camadas superiores da sociedade compuseram um movimento que por longo tempo aprisionou nossa evolução econômica numa dinâmica determinada completamente de fora, pelo vaivém dos ciclos de exportação

perguntar quando da realização da entrevista, que foi interessantíssima.

LUCIDEZ E ESPERANÇA

Sua figura impressionava não só pela lucidez e raciocínio arguto, mas também pela esperança, que, apesar de tudo, continuava a demonstrar na realização, um dia, do futuro majestoso que julgava ser possível para o país.

Esperança, por sinal, foi o nome que o professor Luís Carlos Bresser Pereira decidiu colocar na coletânea de artigos por ele organizada sobre Celso Furtado por ocasião de seus 80 anos, completados em 2000 (*A grande esperança em Celso Furtado*, São Paulo, Editora 34, 2001). O professor Bresser me contara em meados de setembro desse ano para saber se eu escreveria um artigo para esse livro que ele estava orga-

nizando. Claro que disse sim, pois teria até fevereiro do ano seguinte para escrevê-lo, mas me arrependi depois.

Antes que eu conseguisse levar a cabo a tarefa, a qual planejava para janeiro de 2001, veio o convite do professor João Sayad, meu colega de departamento na FEA, para assessorá-lo na Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, para onde ele iria a convite de Marta Suplicy (então no PT), recém-eleita prefeita da cidade.

Sabedora do tamanho do desafio que teria pela frente, pois pegariamos as finanças municipais em difícil situação, depois de oito anos da dupla Maluf/Pitta, julguei que não teria condições de escrever o artigo. Minha intenção era conseguir terminar de ler a trilogia autobiográfica de Furtado, publicada alguns anos antes (*Fantasia organizada, fantasia desfeita e Os ares do mundo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997) para melhor embasar minhas considerações sobre a obra e sua importância. Com aquele inesperado e gigantesco desafio pela frente, sem contar com as atividades na universidade (aulas, orientações) que não paravam, percebi que isso seria quase impossível, e escrever qualquer coisa eu não queria.

Tentei recusar, mas o professor Bresser não aceitou; deu-me um pouco mais de tempo, disse que fazia questão do artigo. Fiquei sem alternativa e me desdobrei trabalhando alguns fins de semana e noites a fio para conseguir terminar de ler a citada trilogia (leitura deliciosa, por sinal) e escrever algo que eu julgasse à altura do homenageado.

MELHORES IDEIAS

Editado o volume, tive uma recompensa muito maior por esse esforço do que a mera publicação de mais um artigo. Para minha surpresa, recebo um dia, pouco tempo depois do lançamento do livro, uma mensagem eletrônica de Celso Furtado, dizendo que tinha gostado muitíssimo de meu artigo e que, pela primeira vez, alguém tinha conseguido colocar, em cerca de 20 páginas, de uma forma sistematizada, todas as melhores ideias que ele tinha tido na vida. Vindo dele era um elogio e tanto.

Essa mensagem ficou como um troféu por muito tempo em meu computador, sem que eu tivesse a ideia de imprimi-la e guardá-la fisicamente. Em tempos em que se trabalhava com editor de mensagens e computação em nuvem ainda estava

É só a partir de 1930, afirma Furtado, que se pode efetivamente falar em industrialização no Brasil. É esse o Brasil que ele descobre, com sua economia nacionalmente constituída, com a consolidação do mercado interno, com seu centro dinâmico deslocado de fora para dentro do país e com o vasto território economicamente integrado

fora do horizonte, um belo dia, um vírus destruiu o HD da máquina e a mensagem se perdeu para todo o sempre no paraíso virtual, impedindo-me de comprovar a história. De qualquer maneira é com esse aval dado pelo próprio Celso Furtado, que vou tentar alinhar, nos poucos parágrafos que me restam, a forma como conectei algumas de suas considerações teóricas, focando em seu diagnóstico de nosso país e nas possibilidades de sua construção como Nação.

OS ANOS NA CEPAL

Na *Fantasia Organizada*, Celso Furtado conta que “descobriu o Brasil” no final da década de 1940, escrevendo um ensaio que viria a ser publicado na *Revista Brasileira de Economia* e que daria origem, dez anos depois ao *Formação*. Já muito influenciado pelas ideias do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), com quem viria a trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e sem dar ouvidos à admoestação de Eugênio Gudín (1886-1986), que dissera que ele apelava demais para a imaginação em suas análises, e que deveria ter sido romancista, não economista, nosso autor estava então obcecado pela ideia de compreender o Brasil, particularmente as causas de seu clamoroso atraso.

Mas, ao invés de trabalhar com a ideia prebischiana de *periferia*, Furtado optou por fazer a análise a partir da ideia de *economia colonial*, que lhe permitia inserir o país num quadro histórico. Assim, a famosa *deterioração dos termos de troca*, conceito chave da economia cepalina, vai aparecer como um corolário natural da vinculação metrópole-colônia, constituindo dessa forma um aspecto particular da tendência geral do capitalismo de concentrar renda. Ele já vislumbrava aí o famoso mecanismo de *socialização das perdas*, que marcava os períodos de contração cíclica de nossa economia, e cuja dinâmica ele vai detalhar na *Formação*. Mas o que ele descobre sobre o comportamento da economia brasileira nas fases de prosperidade tem talvez ainda mais importância: dada a elevada propensão a importar das camadas superiores, a demanda efetiva aumentada desses períodos, ao invés de reverter para dentro, gerando produto e emprego e elevando a renda monetária, vazava para fora, gerando uma pauta de



Celso Furtado, nos Estados Unidos, em fins dos anos 1970

ACERVO ROSA FREIRE/DAGUJAR

compras e vendas externas em tudo favorável à perpetuação do mecanismo de transferência de renda ao exterior. De outro lado, a oferta de mão de obra fortemente elástica tampouco contribuía para o fomento ao mercado interno, pois, mesmo nos momentos de ascenso cíclico, os salários não cresciam.

DINÂMICA APRISIONADA

Esses dois elementos percebidos por Furtado (a abundância de mão de obra e a propensão a importar das camadas superiores) compuseram um movimento que por longo tempo aprisionou nossa evolução econômica numa dinâmica determinada completamente de fora, pelo vaivém dos ciclos de exportação. Esse círculo vicioso só vai ser quebrado com a grande crise dos anos 1930, que coloca em marcha o processo de substituição de importações e faz a indústria crescer de importância, deixando de ser mero apêndice do setor primário-exportador. É só a partir daí, afirma Furtado, que se pode efetivamente falar em *industrialização* no Brasil.

É esse o Brasil que Furtado descobre, com sua economia nacionalmente constituída (a consolidação do mercado interno colara os cacos herdados de ciclos exportadores anteriores), com seu centro dinâmico deslocado de fora para dentro do país e com o vasto território economicamente integrado, graças à geração cada vez mais intensa de renda monetária em função do fortalecimento do mercado interno.

Jogou-se, a partir daí, no colo do país, a possibilidade histórica de se constituir como Nação soberana, já que o centro dinâmico da evolução material passara a ser a economia doméstica. Mas, coerente com a percepção de que o *subdesenvolvimento* é um tipo específico de *desenvolvimento capitalista* (e não uma etapa na história econômica dos países), Furtado considerava que, para essa possibilidade se transformar em realidade seria preciso planejadamente tomar as providências elencadas no início deste artigo: completar o processo de industrialização, planejar a redução das desigualdades regionais e de renda, e fortalecer a sociedade civil no sentido da preservação das instituições democráticas. Caberia a nossas elites dar conta dessa tarefa.

A CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Mas a história não caminhou nesse sen-

**As elites
escolheram a
tutela militar,
que produziu
um processo
de crescimento
econômico com
retrocesso de
desenvolvimento
social e, depois
disso, foram
seduzidas pelas
promessas da
globalização e do
neoliberalismo**

tido. As elites escolheram a tutela militar, que produziu um processo de crescimento econômico com retrocesso de desenvolvimento social, e depois disso foram seduzidas pelas promessas da globalização, e do discurso (neo)liberal que a acompanhou. Para Furtado, esse movimento viria interromper o processo de construção da Nação. Num pequeno livro lançado em 1992 (*Brasil: a construção interrompida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra), Furtado escrevia: "Interrompida a construção de um sistema econômico nacional, o papel dos líderes atuais seria o de liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país e nos abriu uma grande opção histórica". Apesar de reconhecer "que o tempo histórico se acelera e que a contagem desse tempo se faz contra nós", ele mantinha a esperança. Falava ainda em "projeto nacional" e se referia ao Brasil como um "país em formação". É só no ano 2000 que Furtado parece finalmente ter sido tomado pelo desalento. Numa entrevista ao jornal *Valor* ele afirma: "Agora o Brasil chegou ao extremo (...). O triste é imaginar que um país em construção fosse entregue ao mercado."

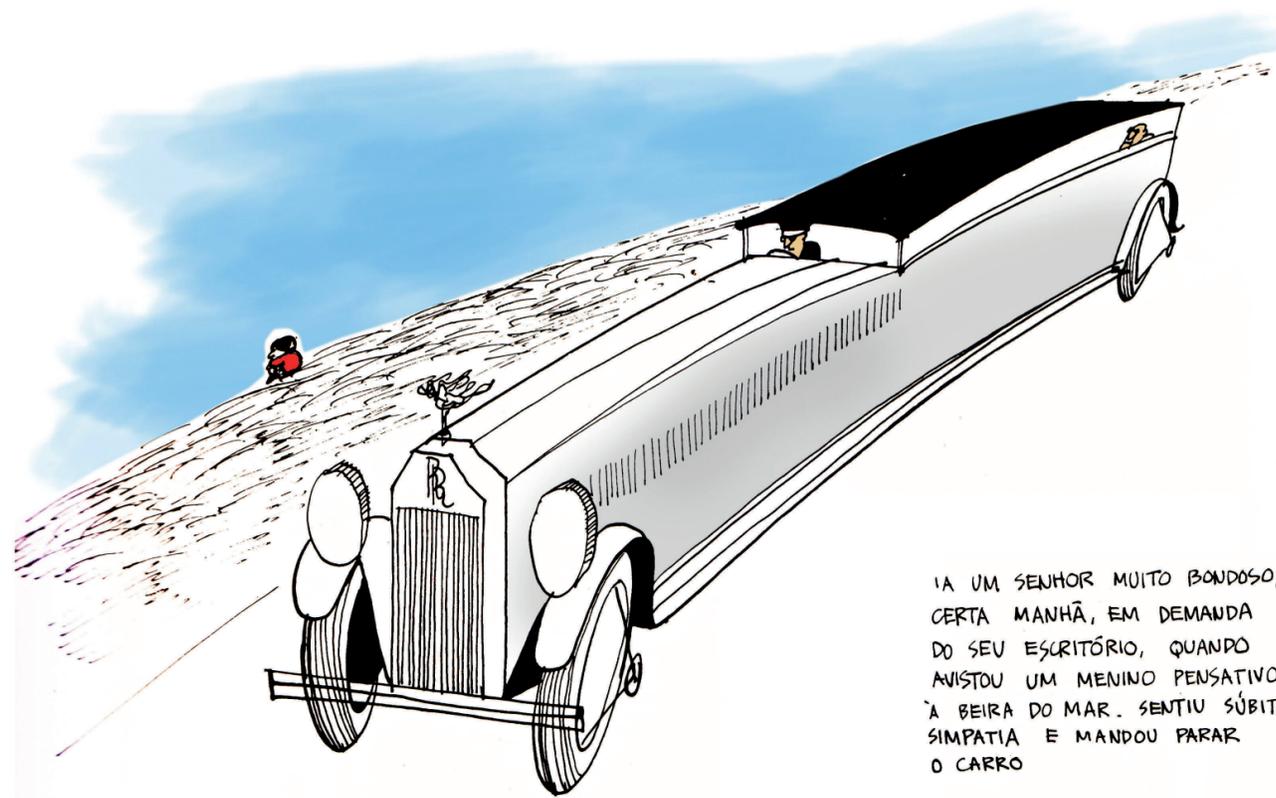
Furtado não viveu o suficiente para testemunhar o sucesso, ainda que temporário, de um projeto reformista que, a despeito de fomentar a riqueza financeira e andar na contramão do que ele prescrevia com relação à importância da indústria e à necessidade de reverter o *desenvolvimento tecnológico dependente*, ao menos buscou combater com vontade e perseverança a miséria e a desigualdade. Tampouco teve o dissabor de ver nossa democracia e as instituições erigidas pela alvissareira constituição de 1988 serem destruídas por um golpe jurídico-civil-midiático, que teve como consequência a ascensão de um governo profascista, além de ultraliberal.

Furtado como todo bom nordestino, era antes de tudo, um forte. Mas se ele já estava desalentado pela entrega do país ao mercado, este último desfecho lhe causaria com certeza um desgosto infinito.



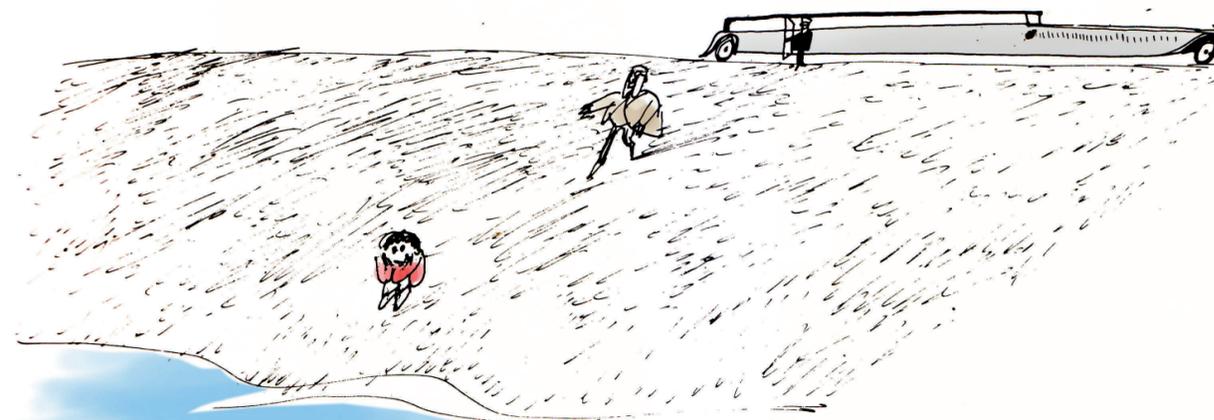
Leda Maria Paulani
é professora
titular (sênior) do
Departamento de
Economia da FEA-
USP e pesquisadora do CNPq

CLAUDIUS CECCON



IA UM SENHOR MUITO BONDOSO,
CERTA MANHÃ, EM DEMANDA
DO SEU ESCRITÓRIO, QUANDO
AVISTOU UM MENINO PENSATIVO,
À BEIRA DO MAR. SENTIU SÚBITA
SIMPATIA E MANDOU PARAR
O CARRO

DESCEU E DIRIGIU-SE AO MENINO, ANUNCIANDO SEU NOME, JÁ DE LONGE:
—BOM DIA! SOU J.G. SILVESTRE ALBUQUERQUE III, DIRETOR DA SILVESTRE, SILVESTRE E
ALBUQUERQUE LTDA, COM CAPITAL DE R\$ 897.578.663.421.695.000.000,00...



... E DE UM HOLDING DE MAIS
147 COMPANHIAS.
QUERO OFERECER-LHE
UM EMPREGO DE BOY
NUMA DE MINHAS
ORGANIZACOES



- PRA QUE ?

- PRA QUE? PARA GANHAR DINHEIRO, ORA,
PRODUZIR, SUBIR NA VIDA - DE BOY
A CONFERENTE, DE CONFERENTE A
SECRETARIO, DEPOIS A CHEFE DA
SECRETARIA, A SUBGERENTE,
A GERENTE, QUEM SABE A DIRETOR,
AI VOCE VAI GANHANDO
CADA VEZ MAIS, VAI
ECONOMIZANDO,
INVESTINDO...



- PRA QUE ?

- ORA, INVESTINDO EM ACOES VOCE SE TORNA
CO-PROPRIETARIO, AUMENTA SEUS LUCROS, GANHA
CADA VEZ MAIS...



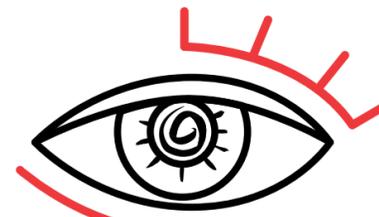
- PRA QUE ?

- PRA FICAR RICO - FICANDO RICO VOCE PODERA'
FINALMENTE DESCANSAR, GOZAR A VIDA,
DEDICAR-SE AO LAZER, DESPREOCUPADAMENTE...

- POIS É EXATAMENTE O
QUE ESTOU FAZENDO, MÔÇO...



WAVES/



Fundação lança o Observatório da Crise

A FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO inaugura mais uma ferramenta para contribuir no enfrentamento da crise de saúde pública e, principalmente, da crise econômica. Por esse motivo criou o **Observatório da Crise** dentro da iniciativa da Escola Nacional de Formação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. O objetivo é fomentar a pesquisa e promover o debate sobre a profunda crise do capitalismo que atravessamos, a partir do referencial teórico marxista.

Para tanto, a Fundação propõe disponibilizar um amplo acervo de textos que discutem a nossa realidade nos diferentes aspectos, em análises que transitam das questões mais superficiais da conjuntura às causas mais profundas, assim como vislumbram as possibilidades postas à luta pela emancipação da humanidade de todas as formas de dominação.

O **Observatório da Crise** planeja ainda a produção de sínteses e formulações próprias, a partir de grupos de trabalho setoriais, tendo em vista a necessidade de se realizar uma reflexão tão ampla e profunda quanto possível, sobre uma sociedade que se quer radicalmente transformar.

Para debater o momento contemporâneo, em especial o funcionamento do capitalismo global na indissolúvel relação com

os diferentes âmbitos da vida, esta seção apresenta textos de intelectuais marxistas que analisam as causas, o conteúdo e os possíveis desdobramentos da crise multidimensional em curso, a partir de seus diferentes matizes.

Será garantida a divulgação de textos sobre a crise atual produzidos pela Direção Nacional do PSOL, bem como das diferentes correntes políticas que compõem o Partido, dando amplo amparo ao debate imprescindível na construção de uma síntese necessária à transformação social no Brasil.

Acesse o site da Fundação e prestigie o observatoriodacrise.org.

A equipe responsável para impulsionar esse projeto são:

Francisvaldo Mendes, Presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco;

Bernadete Menezes, Coordenadora Executiva da Escola Nacional de Formação Lauro Campos e Marielle Franco;

Carla Ferreira - Coordenadora Político-pedagógica da Escola Nacional Lauro Campos e Marielle Franco;

Colaboradores - **Edemilson Paraná**, sociólogo; **Flávio Miranda**, economista;

Gustavo Capela, advogado e doutorando em Antropologia; **Ricardo Pessetti**, jornalista, e **Leonardo Fernandes**, jornalista.

 **ACESSE:** observatoriodacrise.org

observatório da **CRISE**


FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**



Claudius Ceccon é arquiteto, jornalista, educador e cartunista. Tem uma longa carreira na imprensa brasileira e integrou o primeiro time d'O Pasquim, no final dos anos 1960. Exilado em Genebra, nos anos 1970, trabalhou com Paulo Freire em projetos de alfabetização em países africanos de língua portuguesa. É diretor executivo do Cecip (Centro de Criação da Imagem Popular) e tem dezenas de livros publicados nas áreas de educação, infantil e humor. Estas duas páginas foram originalmente publicadas no livro 10 em Humor (Editora Expressão e Cultura), em dezembro de 1968.

FLCMF APOIA CRIAÇÃO DE PLATAFORMA ON-LINE COLABORATIVA PARA MAPEAR VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO BRASIL

acesse:

WWW.OVP-DH.ORG



Observação	Município	Logradouro/Endereço	Localidade	Data de ocorrência	Observação	Município	Logradouro/Endereço	Localidade	Data de ocorrência	Observação	
✓ OVP-DH 846	Submetido para análise	14/03/2020 00:00:00		10.188	Vol. 1000, Curitiba				20/04/2020 22:18:00	sem cartório	20/04/2020 22:24:01
✓ OVP-DH 845	Submetido para análise	20/02/2020 00:00:00		7.440	Centro				20/04/2020 22:01:00	sem cartório	20/04/2020 22:08:02
✓ OVP-DH 844	Submetido para análise	27/01/2020 00:00:00		10.188	Praga Barão de Teffé				20/04/2020 22:08:00	sem cartório	20/04/2020 22:02:04
✓ OVP-DH 843	Submetido para análise	20/02/2020 00:00:00		10.188	Luiz Torres Pinheiro, São Leopoldo				20/04/2020 21:58:00	sem cartório	20/04/2020 22:02:17
✓ OVP-DH 842	Aprovado	04/01/2020 00:00:00		10.188	Colônia Trindade - Zona Leste				20/04/2020 21:28:00	sem cartório	20/04/2020 21:24:00
✓ OVP-DH 841	Aprovado	16/01/2020 00:00:00		10.100	Avenida Getúlio Vargas, 400 - Jardim Pinguim				20/04/2020 20:40:00	sem cartório	20/04/2020 21:18:42
✓ OVP-DH 840	Aprovado	14/02/2020 00:00:00		8.040	Barro Preto Grande				20/04/2020 19:22:00	sem cartório	20/04/2020 21:11:01
✓ OVP-DH 839	Submetido para análise	09/03/2018 00:00:00		4.000					22/04/2020 18:47:00	alvarado.unlms	22/04/2020 18:55:28
✓ OVP-DH 838	Revisar	09/03/2020 00:00:00		700	Município de Esperanos, Bahia				22/04/2020 21:01:00	sem cartório	20/04/2020 21:00:18
✓ OVP-DH 837	Cancelado	07/04/2020 00:00:00		10.188					22/04/2020 18:58:07		

O OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLICIAL e DIREITOS HUMANOS (OVP-DH) é um site que acompanha violações cometidas por todos os agentes do Estado brasileiro contra as populações pobres, assim como faz a conexão entre as denúncias recebidas e as redes de proteção, visando justiça e reparação e, conseqüentemente, a diminuição da impunidade.

